PERLA DANIELE COSTA CARREIRO

MULHERES OPERÁRIAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO MARANHÃO, 1870 A 1945: industrialização e desenvolvimento, da perspectiva das questões de gênero

São Luís

2025

PERLA DANIELE COSTA CARREIRO

MULHERES OPERÁRIAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO MARANHÃO, 1870 A 1945: industrialização e desenvolvimento, da perspectiva das questões de gênero

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza.

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa Carreiro, Perla Daniele.
Mulheres Operárias na Indústria Têxtil do Maranhão 18701945 : industrialização, Desenvolvimento e Questões de Gênero / Perla Daniele Costa Carreiro. - 2025.
172 p.

Orientador(a): Luiz Eduardo Simões de Souza.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Mulheres. 2. Trabalho. 3. Industrialização. 4. Maranhão. 5. Desenvolvimento. I. Simões de Souza, Luiz Eduardo. II. Título.

PERLA DANIELE COSTA CARREIRO

MULHERES OPERÁRIAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO MARANHÃO, 1870 A 1945:

industrialização e desenvolvimento, da perspectiva das questões de gênero

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza.

Aprovada em ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza (Orientador)
PPGDSE - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

_____

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira
PPGDSE - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

_____

Profa. Dra. Cláudia Alessandra Tessari
Departamento de Economia - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

_____

Profa. Dra. Simeia de Nazare Lopes
Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram de forma significativa para a realização desta dissertação.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Sheila e Pedro, pelo amor incondicional e apoio constante durante toda essa jornada, assim como ao meu irmão, Pedro Daniel, ao meu tio Marcelo Costa, e às minhas avós Maria Costa e Maria Assunção Carreiro, pelo carinho e afeto, que sempre me acompanharam ao longo dessa caminhada.

Agradeço também aos arquivos da Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA), à Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), aos acervos do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e ao Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), cujas fontes e registros oficiais foram essenciais para a fundamentação deste trabalho. A escolha dessas fontes se deu pela confiabilidade das informações, que permitiram uma análise histórica e econômica sólida, base fundamental para este estudo.

A FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão) merece meu reconhecimento pelo apoio financeiro, por meio da bolsa concedida, que foi fundamental para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço à equipe do grupo de pesquisa GEEPHE (Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica), especialmente ao Felipe Borti, Maylane Marques, Tárcia Zaqueo, Luiza e João Gabriel Lima, pela colaboração e pelas discussões enriquecedoras que contribuíram para o progresso desta pesquisa.

Agradeço aos professores que me acompanharam nesta jornada, especialmente à banca de defesa, composta pelas professoras Cláudia Tessari, Simeia Lopes e Welbson Madeira, por suas contribuições valiosas. À professora Renata Rodrigues, pelos conselhos e conversas ao longo do processo, e ao professor Eduardo Trivelli, cuja ajuda no acervo da Biblioteca Benedito Leite foi importante para o desenvolvimento deste trabalho. Por fim, agradeço ao meu orientador, professor Luiz Eduardo Simões de Souza, pela orientação, paciência e dedicação.

Aos meus amigos de infância Carlos Alberto, Emanuel Jansen, Maria Luiza Magalhães, Renata Oliveira e Suzana Petrus, e àqueles que a vida me presenteou ao longo da jornada João Victor Fonseca, Conceição Rabelo, Karoline Carvalho, Alex Rabelo, Henrique Rocha, Anne Carolline Brito e Giselly Saldanha, agradeço por todo o apoio e amizade ao longo dessa trajetória. Ao meu afilhado, José Victor Oliveira, que trouxe ainda mais alegria e motivação a essa caminhada. E, finalmente, aos meus queridos gatinhos, que foram companheiros leais a cada página escrita.

A todos vocês, meu muito obrigado. Sem o apoio, a amizade e o amor de cada um, essa jornada teria sido muito mais difícil e solitária.

“Não se faz política econômica neutra: toda política é socialmente situada.”

Maria da Conceição Tavares

“A vida das mulheres que ousaram sair às ruas, trabalhar ou viver de seus próprios meios esteve, por muito tempo, associada à suspeição, à vigilância e ao preconceito. Era preciso, além de trabalhar, provar constantemente sua honestidade e sua dignidade.”

Mary Del Priore

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS, TABELAS

FIGURAS

Figura 01 – Cartão fotográfico da Rainha do Algodão, representando a Fábrica Rio Anil, 1908 113
Figura 02 - Paisagem urbana com casebres e trilhos da Estrada de Ferro São Luís–Teresina (década de 1940) 117
Figura 03 – Bonde na Estrada do Anil (1920) 123
Figura 04 – Estação da Companhia Ferro-Carril de São Luís (1908) 124
Figura 05 - Jornal Tribuna do Povo, de 17 de janeiro de 1958: 133
Figura 06 - Jornal Tribuna do Povo, 1954 134
Figura 07 - Acidente com operária da Companhia União Caxiense, 1895 138
Figura 08 - Acidente com menor de idade na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, 1932 138
Figura 09 - Fábrica Rio Anil, 1908 143
Figura 10 - Fábrica Cambôa, 1908 144
Figura 11 - Fábrica Cambôa - As massoroqueiras, 1908 145
Figura 12 - Fachada do Edifício da Companhia Fabril Maranhense, 1908. 146
Figura 13 - Fachada do Edifício da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Fábrica Câmboa), 1908 147
Figura 14 - Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, 1908 147

GRÁFICOS

Gráfico 01: Brasil Índices de produto industrial (IPI) e Índice de produto industrial têxtil (IPI TÊXTIL), 1914 - 1939.....74
Gráfico 02: Brasil Índices de produto industrial (IPI) e Índice de produto industrial têxtil (IPI TÊXTIL), 1939 - 1949.....76
Gráfico 03: Brasil, Índices de produto industrial (IPI) e Índice de produto industrial têxtil (IPI TÊXTIL), taxas de variação percentual anual, 1939 - 1949.....77
Gráfico 04: Brasil, índice do valor da importação, 1869 -1939 (em libras esterlinas de 1913, 1907 - 100).....78
Gráfico 05 – Quantidade de Algodão Exportada (kg)..... 100
Gráfico 06 – Valor da Exportação de Algodão (mil-réis)..... 100

MAPAS

Mapa 01.....87
Mapa 02.....88

QUADROS

Quadro 01: Interpretações da Industrialização Brasileira..... 64
Quadro 02: Relação sindical e divisão sexual do trabalho no setor têxtil maranhense, 1943.....124

TABELAS

Tabela 01: Brasil, censos 1920 - 1980..... 70
Tabela 02: Nº de estabelecimentos no setor têxtil no Brasil, anos selecionados.....71
Tabela 03: Capital empregado na indústria têxtil do Brasil, anos selecionados.....72
Tabela 04: Brasil, população economicamente ativa por sexo, segundo os principais, setores de atividade, inativos e aposentados, anos selecionados.....79
Tabela 05. Indústrias têxteis fundadas até 1895 no Maranhão.....85
Tabela 06: Maranhão, Indústrias Têxteis em 1895, área ocupada e capital investido..... 90
Tabela 07: Maranhão, Indústrias Têxteis em 1895, capacidade produtiva e preço de venda dos tecidos.....91
Tabela 08: Maranhão, correlação entre variáveis selecionadas da indústria têxtil, 1880 - 1940.....95
Tabela 09: Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), setor têxtil, Maranhão, 1880 - 1940..... 97
Tabela 10. Maranhão, Percentagem de Empregadores, Empregados e Salários, por Indústria, 1937.....101
Tabela 11. Maranhão. Produção anual no quinquênio de 1931-35 comparada com a média quinquenal de 1926-30..... 103
Tabela 12. Maranhão. Produção Industrial 1925-1929..... 105
146
Tabela 13 – Acidentes de Trabalho por Gênero (TJMA, 1921–1948)..... 149

LISTA DE SIGLAS

APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão

BPBL - Biblioteca Benedito Leite

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CEPAL - ECLAC - Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Economic Comission for Latin America and Caribbean)

GEEPHE - Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JUCEMA - Junta Comercial do Maranhão

PSI - Processo de Substituição de Importações

TJMA - Tribunal de Justiça do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

Esta pesquisa analisa a participação das mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão entre 1870 e 1945, focando nos processos de industrialização e desenvolvimento socioeconômico. Fundamentada no materialismo histórico, a investigação examina as relações sociais produtivas e as questões de gênero que marcaram o ambiente fabril. O estudo destaca as experiências das operárias, suas lutas e suas contribuições para as transformações econômicas e sociais da região. A pesquisa também explora a evolução da indústria têxtil no estado, suas conexões com o ciclo algodoeiro e o impacto da industrialização no mercado de trabalho feminino. A metodologia empregada combina análise documental, levantamento bibliográfico e uma abordagem quantitativa, possibilitando uma visão crítica e integrada dos dados históricos sobre a inserção feminina no setor fabril. Este trabalho contribui para a compreensão das desigualdades de gênero no ambiente de trabalho e das estratégias adotadas pelas mulheres, evidenciando sua importância na consolidação das dinâmicas socioeconômicas no Maranhão. Ao longo do estudo, busca-se estimular uma reflexão teórica sobre o papel das mulheres na história do trabalho no estado e os desafios enfrentados no contexto da industrialização.

Palavras-chave: mulheres, trabalho, industrialização, Maranhão, desenvolvimento.

ABSTRACT

This research examines the participation of women workers in the textile industry of Maranhão between 1870 and 1945, focusing on the processes of industrialization and socioeconomic development. Based on historical materialism, the study analyzes the productive social relations and gender issues that characterized the factory environment. It highlights the experiences of female workers, their struggles, and their contributions to the economic and social transformation of the region. The research also explores the evolution of the textile industry in the state, its connections with the cotton cycle, and the impact of industrialization on the female labor market. The methodology combines documentary analysis, bibliographic survey, and a quantitative approach, providing a critical and integrated view of historical data on female participation in the industrial sector. This work contributes to understanding gender inequalities in the workplace and the strategies employed by women, emphasizing their significance in consolidating socioeconomic dynamics in Maranhão. Throughout the study, the aim is to promote a theoretical reflection on the role of women in the history of labor in the state and the challenges they faced in the context of industrialization.

Keywords: women, work, industrialization, Maranhão, development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12

2. HISTORIOGRAFIA E GÊNERO: MULHERES OPERÁRIAS NO CONTEXTO MUNDIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA 29

2.1. Historiografia econômica e gênero no mundo 30

2.1. América Latina e Brasil 39

2.3. Maranhão 53

3. INDÚSTRIA BRASILEIRA, ORIGENS E DESENVOLVIMENTO, SÉCULOS XIX E XX 62

3.1. Algumas interpretações preliminares 62

3.2. Uma observação empírica: os censos industriais do IBGE, 1920 e 1940 69

4. A INDÚSTRIA TÊXTIL MARANHENSE, 1870 - 1945 81

4.1. Evolução histórica da indústria têxtil maranhense (1870–1945) 81

4.2. Alguns instantâneos da indústria têxtil maranhense 85

4.3. Exportação de Algodão e Indústria Têxtil no Maranhão (1914–1922) 98

4.4. A produção algodoeira no Maranhão na década de 1930: estagnação diante da industrialização 103

4.5. Oscilação da produção industrial maranhense no final da década de 1920 104

5. OPERARIADO FEMININO NA INDÚSTRIA TÊXTIL MARANHENSE, 1870 - 1945: CONTINGENTE E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS 107

5.1. Considerações sobre as fontes utilizadas 107

5.2. Condições de vida, moradia e trabalho 111

5.3. A origem e o significado do termo “Pipira”: estigma, gênero e trabalho 119

5.4. Transporte sobre trilhos e a mobilidade operária 120

5.5. Relações Laborais, vida no trabalho, contexto e cotidiano 124

6. OPERARIADO FEMININO NA INDÚSTRIA TÊXTIL MARANHENSE, 1870 - 1945: COTIDIANO, MATERIALIDADE ICONOGRÁFICA E ACIDENTES DE TRABALHO 129

6.1. Imprensa e cotidiano 129

6.2. Iconografia 142

6.3. Acidentes de trabalho 148

6.4. Considerações liminares 153

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 155

REFERÊNCIAS 161

FONTES 170

1. INTRODUÇÃO

A participação das mulheres no mercado de trabalho sempre foi alvo de discussões em diversos campos. Ainda que tais estudos não tenham adquirido volume na temática dos estudos ligados ao desenvolvimento, seu lugar é amplamente reconhecido.

No Brasil, a industrialização no final do século XIX e início do XX transformou as relações de trabalho e as dinâmicas de gênero no país. A presença das mulheres no setor industrial, sobretudo na produção têxtil, foi expressiva nesse período, porém, suas histórias e experiências ainda observam lacunas de estudo pelas abordagens do desenvolvimento. Em relação à indústria têxtil, muitos estudos se concentram na região Sudeste do Brasil, em especial São Paulo, enquanto outras regiões do país, como o Maranhão, ainda carecem de uma análise mais robusta sobre o papel das mulheres trabalhadoras no setor.

Desde o fim do século passado, pesquisas tem abordado a participação das mulheres na indústria têxtil brasileira, buscando compreender suas trajetórias e a importância de seu trabalho na construção da economia do país. Isso traz à tona o Maranhão, e sua importância histórica na produção têxtil nacional.

O Maranhão teve protagonismo na cultura de algodão em dois períodos distintos da história do Brasil: um entre o final do século XVIII e o início do XIX e outro, da segunda metade do século XIX até meados do século XX. A presença das mulheres na indústria têxtil maranhense foi significativa, mas pouco se sabe sobre suas experiências de trabalho, suas formas de resistência e as relações de gênero que permearam o setor.

Compondo o cenário em conjunto a esses movimentos, a economia brasileira passou por transformações estruturais entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. De uma economia escravista, de caráter exclusivamente primário-exportador e ultra-extensivo, o Brasil foi paulatinamente substituindo a mão de obra escravizada pela livre, adicionando relativa complexidade em sua pauta produtiva, com a incorporação de alguma atividade industrial, que ganharia corpo a partir da virada do século. As nuances dessas transformações ainda permanecem

pouco exploradas pela historiografia, que se apoia majoritariamente em dados agregados ou na análise de fluxos econômicos. Estes, por sua vez, assumindo a hipótese da predominância de um sistema primário-exportador ao menos até meados do século XX, apontam para uma possível reconfiguração das características socioeconômicas da massa trabalhadora. Tal hipótese desperta interesse em investigações mais detalhadas, como já indicam, ainda que de forma limitada, o Censo de 1872, realizado sob o Império, e os Censos Industriais iniciados em 1920.

O período que vai do acirramento do movimento abolicionista no Brasil, dado a partir da década de 1870, até o final da Segunda Guerra Mundial, o último choque externo a potencializar o Processo de Substituição de Importações (PSI) (SUZIGAN, 2000), deflagrado desde o início do século XX, parece concentrar características singulares na composição do operariado brasileiro no período (CARONE, 1984), verificando um avanço que vai desde o fim de uma ordem institucional de caráter escravista, que deixou marcas profundas também no estabelecimento das relações sociais produtivas do Brasil pós-abolição, até a consolidação de um marco legal dessas relações com a massa trabalhadora, consolidado pela legislação trabalhista de 1943. Instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, durante o Estado Novo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas com o objetivo de unificar a legislação trabalhista vigente à época. Com sua promulgação, os direitos trabalhistas foram incorporados de maneira definitiva ao ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se, entre eles, disposições específicas voltadas às mulheres, como a licença-maternidade. Ainda que representasse um avanço expressivo em relação à situação anterior, a CLT deixou em aberto diversas questões ligadas à participação feminina no mundo do trabalho e à plena garantia de seus direitos civis como trabalhadoras. No Maranhão, esse processo se articula com o ciclo da indústria têxtil, impulsionado inicialmente pelos efeitos da Guerra Civil Estadunidense (1861–1865) e intensificado pelos choques externos de 1914–1918, 1929 e 1939–1945. Nesse contexto, o protagonismo de operários e operárias do setor têxtil assume importância singular para a compreensão das dinâmicas econômicas regionais e nacionais no período.

O estudo das mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão parece fundamental para um entendimento da dinâmica econômica do Brasil no período analisado, sobretudo quando se coloca a questão da participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, permite uma reflexão sobre as desigualdades de gênero e as formas de resistência e organização das trabalhadoras em um contexto de profunda exploração e precariedade. Este trabalho visa, assim, contribuir para suprir uma lacuna presente na historiografia brasileira, destacando a relevância da atuação das mulheres na produção têxtil maranhense e suas estratégias de organização em um contexto marcado por profundas desigualdades de gênero e classe. Ao evidenciar suas trajetórias e formas de resistência, busca-se não apenas ampliar o entendimento sobre o tema, mas também valorizar o papel dessas mulheres na construção histórica e social de sua época.

Portanto, a proposta desta pesquisa é analisar a participação das mulheres na indústria têxtil do Maranhão no período de 1870 a 1945. Nela, busca-se compreender as condições de trabalho das mulheres operárias, suas formas de resistência e organização em um contexto de exploração e desigualdade de gênero. Além disso, pretende-se identificar as mudanças na dinâmica da produção têxtil maranhense ao longo do período analisado e a influência dessas transformações na vida das trabalhadoras.

O recorte temporal 1870 - 1940 pode suscitar, a princípio, alguma estranheza. Trata-se de uma extensão que incorpora a fase final do Império (1870 - 1889), a Primeira República (1889 - 1930), e mesmo parte da Era Vargas (1930 - 1940). Mesmo de maneira mais rápida, seriam três contextos históricos distintos, o que poderia tornar a análise mais complexa, na identificação de movimentos da sociedade e economia brasileiras (e maranhenses). É possível especular até que tais subdivisões dentro do recorte seriam ainda mais intrincadas - Gabinete Ouro Preto (1889), República da Espada (1889 - 1894), República do Café com Leite (1894 - 1930), República Nova (1930 - 1937), Estado Novo (1937 - 1945). É possível ainda adicionar mais complexidade ao sistema ao enumerar-se as Constituições (1824, 1889, 1934 e 1937). Como analisar um intervalo de tempo marcado por tantas mudanças nos marcos institucionais, nas formas e sistemas de governo, e mesmo nas normas jurídicas?

Uma primeira resposta a esse questionamento sobre a possibilidade de se observar uma continuidade institucional entre 1870 e 1940 reside no recorte espacial, em um primeiro momento. O Maranhão, em sua história, sempre apresentou uma relação singular com o resto do país, desde antes mesmo da formação nacional. Visto a partir da província, depois estado, o enredo político brasileiro não recebeu, nem exigiu-lhe um papel de contínuo protagonismo, cabendo em muitas ocasiões, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, no que se estenderia pelo seguinte, um papel de observador e coadjuvante reativo e renitente das tendências e movimentos políticos. Isso quer dizer que a reação maranhense às transformações dadas na sociedade brasileira se dava de maneira mais lenta e menos eficiente, prevalecendo os elementos de continuidade que caracterizam a formação socioeconômica do país.

Outro aspecto diz respeito aos dados. Não à sua análise, ou mesmo disponibilidade. Mas ao contexto da história censitária do país. Há uma fase, caracterizada por Souza e Previdelli (2020, p. 181) como o início do período censitário no Brasil:

> O Censo de 1872, com seus avanços e limitações, tem o mérito irrevogável de inaugurar a premência da realização de recenseamentos periódicos no Brasil, consolidando a cultura da coleta, do trato e da análise dos dados estatísticos sobre a população. Essa tomada de consciência já encontrou o Império em seu ocaso, o que se refletiu na efetividade de suas políticas administrativas, que estenderam o hiato temporal de um novo censo para além de seu final, em 1889.
> A República, advinda de um golpe militar, pareceu, a princípio, apresentar um sincero interesse em retomar a realização contínua da prática censitária e mesmo a criação de órgãos da Administração Pública. Esse interesse, contudo, não foi para além da realização de um censo, em 1890, o qual não teve continuidade nas suas instituições. Devido às dificuldades políticas internas e externas características da Primeira República (1889-1930), a criação de um órgão efetivo de geografia e estatística ocorreu apenas em 1938, com a criação de um instituto, oito anos após a mudança do regime.

Esse período, que vai do censo de 1872 até a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938, testemunhou a consolidação de um sistema de estatísticas censitárias referentes a informações socioeconômicas do país. Se, por um lado, esse sistema não chegou a se consubstanciar em um órgão da administração pública naquela época, por outro ofereceu subsídios importantíssimos para o surgimento das temáticas referentes à pauta das políticas públicas para o

desenvolvimento, como, por exemplo, os Censos Agrícolas, Industriais e Eleitorais, entre outros. Assim, o período 1870 - 1940 também observa uma massa de dados censitários sobre a economia e sociedade brasileiras, se não homogêneos ou robustos, ainda assim passíveis de arrolamento e comparação em recortes temporais, horizontais e transversais, no campo da análise histórico-econômica (Souza, 2008). Descartar a possibilidade de análise de uma continuidade de elementos demoeconômicos significa, em nosso ver, descartar uma massa de dados estabelecida de maneira minimamente contínua no tempo e no espaço. Por mais que as rupturas e disrupções encantem a análise, especialmente no curto prazo, pelo contraste e brilho, o exame das permanências e continuidades informa, às vezes até mais, pela profundidade oferecida.

Uma análise crítica do recorte temporal 1870-1940 suscita ainda alguns argumentos contrários à sua adoção. A principal objeção reside na complexidade dos contextos políticos e institucionais que o período engloba, com mudanças radicais que vão do fim do Império à Primeira República, passando pelo governo Vargas. Cada um desses regimes trouxe consigo novos marcos constitucionais, sistemas de governo e normas jurídicas que poderiam sugerir uma abordagem fragmentada, focada nas disrupções, para captar com maior clareza as singularidades de cada fase. A análise de períodos mais curtos permitiria uma atenção mais precisa às transições políticas e às suas consequências imediatas sobre a economia e a sociedade, o que poderia ser negligenciado ao se adotar um recorte mais longo.

Entretanto, ao se contrapor tais argumentos com os favoráveis ao recorte 1870-1940, a continuidade de elementos estruturais, como os censos e a reação mais lenta das regiões periféricas, como o Maranhão, ganha peso. A fragmentação excessiva da análise temporal poderia ofuscar as permanências que atravessam essas mudanças políticas, especialmente em termos de formação socioeconômica. Além disso, a existência de uma série de dados censitários ao longo de todo o período oferece uma base sólida para comparações, fornecendo subsídios importantes para a compreensão das continuidades.

Portanto, embora a hipótese de uma abordagem mais fragmentada possa parecer atraente do ponto de vista das rupturas políticas, o recorte 1870-1940

permite uma análise mais profunda das permanências, favorecendo uma visão integrada dos processos históricos que, no longo prazo, podem ser tão ou mais informativos do que as disrupções de curto prazo. Assim, o recorte temporal 1870-1940 se justifica pela continuidade de elementos institucionais, socioeconômicos e censitários que atravessam os diferentes regimes políticos do período. Embora marcado por rupturas formais e mudanças governamentais significativas, a perspectiva regional e a análise da formação socioeconômica permitem identificar um ritmo mais lento de transformação, especialmente no Maranhão, onde a reação às mudanças nacionais foi mais gradual. A consolidação de um sistema censitário contínuo oferece uma base de dados suficiente para comparações e estudos de longo prazo, revelando permanências estruturais que, por vezes, iluminam mais profundamente as dinâmicas históricas do que os momentos de ruptura imediata.

A industrialização do Brasil (e do Maranhão) teve peculiaridades que poderiam nominá-la como “tardia” ou “periférica”, a se tomar o referencial teórico de análise[1]. A concepção de capitalismo tardio, conforme formulada por João Manuel Cardoso de Mello e Ernest Mandel, permite compreender as disparidades regionais no Brasil, sopesadas com outras obras, como por exemplo as de Wilson Cano e Sérgio Silva. O desenvolvimento desigual da economia brasileira, caracterizado pela concentração industrial em São Paulo e pela persistência do subdesenvolvimento em outras regiões, insere-se na lógica centro-periferia desenvolvida pela CEPAL nos anos 1950. Essa inter-relação permite uma triangulação entre os conceitos de capitalismo tardio, centro-periferia e subdesenvolvimento, essenciais para a análise da industrialização dependente do Brasil.

Segundo Mello (1982), o capitalismo tardio nos países periféricos caracteriza-se por uma industrialização restringida, em que o setor produtivo não se desenvolve de forma autônoma, mas sim condicionado pelas relações comerciais e

[1]Ao considerar a concepção de Mello (1982) sobre o capitalismo tardio, é possível compreender as disparidades regionais no Brasil a partir das análises de Wilson Cano e Sérgio Silva. Esse conceito também se relaciona com a perspectiva de Ernest Mandel sobre o capitalismo tardio, que pode ser associado à teoria centro-periferia, desenvolvida pela CEPAL nos anos 1950, especialmente por Raúl Prebisch e Celso Furtado, para explicar a relação desigual entre economias industrializadas e periféricas. Dessa forma, estabelece-se uma triangulação direta entre os conceitos de capitalismo tardio, estrutura centro-periferia e subdesenvolvimento, evidenciando como as dinâmicas econômicas globais impactam de maneira diferenciada as economias periféricas e aprofundam as desigualdades regionais (MANDEL, 1982; MELLO, 1982; CANO, 1977; SILVA, 1976; CEPAL, 1950).

financeiras com as economias centrais. Esse fenômeno se manifesta de forma explícita na industrialização brasileira, que, apesar de seu avanço no século XX, permaneceu estruturalmente dependente da tecnologia, dos investimentos e dos fluxos financeiros externos. A análise de Mandel respalda essa visão ao demonstrar que a industrialização periférica ocorre sob um modelo subordinado, onde os países dependentes reproduzem as desigualdades estruturais do sistema capitalista global.

Dentro dessa perspectiva, Cano (2007) enfatiza que a industrialização brasileira não ocorreu de maneira homogênea, mas sim altamente concentrada em São Paulo, devido ao legado do complexo cafeeiro e à infraestrutura acumulada ao longo do período da economia agroexportadora[2]. Esse padrão reforçou as disparidades regionais, consolidando um modelo no qual as demais regiões permaneceram como periferias econômicas dentro do próprio país. Cano argumenta que essa concentração industrial resultou não apenas de fatores econômicos, mas também de políticas estatais que privilegiaram o Sudeste, intensificando o desequilíbrio regional (Cano, 2007, p. 19).

A análise de Sérgio Silva (1973), realizada anteriormente a Cano, confere profundidade a essa relação, ao demonstrar como a economia cafeeira foi o principal motor do capitalismo brasileiro entre 1880 e 1930. Ele afirma que a transição do trabalho escravo para o assalariado, aliada à expansão da rede ferroviária e ao desenvolvimento do sistema bancário, criou as bases para a industrialização paulista (Silva, 1973, p. 49). No entanto, esse crescimento se deu de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo que o café impulsionou a industrialização, também impôs limites à diversificação produtiva e manteve a dependência do Brasil em relação à demanda externa (Silva, 1973, p. 103).

Silva demonstra que a burguesia industrial brasileira emergiu do grande comércio, particularmente do setor de exportação e importação, reforçando a

[2] A expressão "infraestrutura acumulada ao longo do período da economia agroexportadora" refere-se aos investimentos em transportes, comunicações e estrutura financeira que foram desenvolvidos para atender à economia cafeeira e que, posteriormente, favoreceram a industrialização paulista. Como aponta Cano (2007, p. 23), *a economia cafeeira não apenas gerou capitais para a industrialização, mas também promoveu a criação de um sistema de transportes, um mercado de trabalho mais dinâmico e uma rede bancária estruturada, conferindo a São Paulo vantagens decisivas no processo de industrialização nacional.* Esse conjunto de fatores possibilitou que a industrialização paulista ocorresse de forma acelerada e concentrada, em contraste com outras regiões que não receberam os mesmos investimentos.

conexão entre a economia cafeeira e a indústria nascente. Ele refuta a tese de que a industrialização foi impulsionada por pequenas manufaturas locais, argumentando que, desde suas origens, a indústria nacional esteve ligada ao comércio externo e, portanto, subordinada às oscilações do mercado internacional (Silva, 1973, p. 95). Essa dinâmica está em consonância com a concepção do capitalismo tardio como um modelo de desenvolvimento que aprofunda as desigualdades e limita a autonomia produtiva das economias periféricas, remontando-se à tese original de Mandel, em 1972.

Ao explorar as reflexões de Mandel, Silva, Mello e Cano, percebemos que o caminho do Brasil não foi muito diferente do que se viu em outras economias periféricas no contexto do capitalismo global. A concentração industrial em São Paulo, por exemplo, não é um fenômeno isolado. Ela reflete, em escala nacional, aquela relação centro-periferia que a CEPAL já destacava há tempos. Em outras palavras, o país acabou reproduzindo internamente as mesmas desigualdades estruturais que marcam o sistema capitalista em nível global. O que esses autores nos ajudam a entender é que o subdesenvolvimento não é uma etapa temporária, algo que um dia será superado. Na verdade, ele é resultado de um processo histórico marcado por relações de dependência e por uma industrialização que avançou de forma desigual, traços típicos do capitalismo tardio. E isso não é só teoria é a realidade que vivemos, com todas as suas contradições e desafios.

A industrialização mais do que a incidência de indústrias[3] no Maranhão pode ser considerada um processo tardio em relação a outras regiões do país, o que pode ter implicado particularidades na organização do trabalho e nas relações entre capital e trabalho, ou capitalistas e trabalhadores, há reflexos nas relações inerentes às estruturas sociais e produtivas, o que inclui as relações de gênero. Dessa forma, o estudo da participação das mulheres na indústria têxtil maranhense pode trazer contribuições relevantes para o entendimento das dinâmicas do trabalho no contexto da industrialização brasileira.

[3] Existe uma diferença entre o processo de industrialização e a incidência de indústrias (SOUZA, 2005). No caso maranhense, há uma discussão aventada por Jerônimo Viveiros (1954), se se trataria de um surto ou processo industrial.

De acordo com Hirschman (1968), a industrialização é um processo complexo que envolve mudanças estruturais e institucionais na economia e na sociedade. Nesse sentido, é importante entender como a industrialização afetou a vida das mulheres operárias na indústria têxtil, tanto em termos de emprego quanto de condições de trabalho e vida.

A urbanização também é um tema relevante para a compreensão desse processo. Como destaca Jacobs (2000), a urbanização é um processo social e econômico que envolve a concentração de pessoas e atividades em áreas urbanas. É preciso considerar como a urbanização influenciou a criação de oportunidades de emprego para as mulheres na indústria têxtil, bem como as condições de vida nas cidades e o impacto da urbanização na organização do trabalho e dos sindicatos. As cidades modernas são erigidas a partir de histórias acerca da sua construção. Ao destacarmos os vestígios dos processos industriais, destaca-se a modernidade inerente à urbanização brasileira em razão do processo de industrialização. A industrialização e urbanização brasileira pode ser caracterizada como tardia e reflexa (SUZIGAN, 2000 e SANTOS, 1993). A estrutura de posse fundiária, relações sociais produtivas de caráter escravista, a dependência histórica da monocultura, a privação de investimentos nesse setor somadas à carência de tecnologia e mão de obra qualificada, a dominação inglesa sobre a produção de manufaturas entravaram esse crescimento industrial (FURTADO, 2009 e ANDRADE, 2010). Nessa perspectiva, o Maranhão não divergiu do resto do país. Ainda em meados do século XIX, identificam-se surtos industriais em algumas partes do Brasil. Destacam-se alguns empreendimentos industriais têxteis no Maranhão, na fabricação de fios, punhos e tecidos, feitos a partir de algodão e cânhamo (FERNANDES, 2020).

Grande parte do operariado era composta pelas camadas mais pobres da população urbana, enquanto a execução de funções que exigiam algum grau de especialização ficava, em alguns casos, a cargo de imigrantes. O contexto fabril era marcado por mecanismos sistemáticos de superexploração, que incluíam desde a concessão de moradias até o uso de sistemas de adiantamento de salários ou mercadorias, formas que contribuíam para manter os trabalhadores em permanente estado de dependência em relação à estrutura industrial. Eram comuns os abusos e

desrespeitos por parte de patrões, chefes imediatos e companheiros de trabalho (CORREIA, 2006).

Com a gênese da análise materialista histórica, as raízes da opressão feminina foram percebidas como importantes elementos de consideração.

Para Clara Araújo (2000, p. 66): *a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora*. Segundo ela, a família moderna nada mais seria do que *algo construído e mediado pelas relações sócio econômicas ao longo do tempo e do espaço*.

É importante atentar o papel fulcral das mulheres no processo de desenvolvimento. Segundo Michelle Perrot (2005, p.288), na cidade, as operárias são duplamente negadas: como mulheres, por serem a antítese da feminilidade – *operária, esta palavra ímpia* (PERROT, 2005, p.288); e como trabalhadoras, pois seu salário, estatutariamente inferior ao do homem era considerado como um "complemento" ao orçamento da família, definidor de sua tarefa e seu destino. No século XX, a identidade operária se construiu segundo o modelo da virilidade, tanto no nível do cotidiano e do privado, quanto do público e do político.

A economia maranhense interage e tem seu reflexo no contexto brasileiro e mundial da época. Os ciclos do algodão maranhense viram o surgimento de indústrias fabris no Estado, as quais acompanharam o desempenho das exportações primárias, de alguma forma, em seu desenvolvimento e decadência (VIVEIROS,1954). Essa expansão algodoeira resultou do choque externo da Guerra de Secessão Norte-Americana (1860-1875) (FURTADO, 2009). Houve um primeiro ciclo de expansão do algodão no Maranhão, no final do século XVII, com o início das lutas pela independência norte-americana, Sobre os desenvolvimentos dos efeitos locais desses choques externos Maria Cristina de Melo afirma que (1990, p. 34):

> A desorganização definitiva da grande exploração algodoeira, em razão da abolição do trabalho escravo, levou os detentores dos capitais a buscar como alternativa de acumulação, a atividade industrial têxtil. Contavam, para isso, com condições especiais de matéria-prima, disponibilidade de capital e, em certa medida, existência de uma população urbana relativamente significativa, além da tecnologia têxtil encontrar-se à disposição do mercado internacional.

A formação da força de trabalho da indústria maranhense no último quartil do século XIX acompanha a inserção da população liberta das relações escravagistas, em seu caráter desprovido de qualquer posse ou usufruto dos meios produtivos, tendo apenas sua capacidade laborativa para assegurar seu sustento. Nesse contingente, encontravam-se mulheres, em sua grande maioria escravizadas ou filhas de escravizados. Segundo Melo (1990), chegavam a 70% do total das trabalhadoras fabris em uma das maiores indústrias da época entre 1940 - 1960, o que mostra um indicador relevante para induzir-se que nas demais, o percentual não fosse muito diferente. Em alguns jornais é possível encontrar relatos a respeito das operárias de São Luís, em condições de precariedade, longas jornadas de trabalho, salários baixos, maus tratos e várias formas de assédio que essas mulheres sofriam constantemente[4].

É possível identificar denúncias nas relações de trabalho daquele período por meio das vozes de mulheres e homens que ecoavam por justiça. O papel dessas mulheres na dinâmica econômica maranhense foi deixado de lado, deixando para trás uma importante história a ser contada, *O Segundo Sexo*[5], de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, alertava que as mulheres não têm história, pois há muito a historiografia prioriza aqueles que foram tratados por mulheres. Os homens, suas ações e poder, marginalizam o feminino.

Mesmo com pouquíssimas informações sobre estudos e referências mais concretas a respeito desse período que compreende entre final do século XIX e início do século XX , esta pesquisa tem por objetivo lançar vistas ao protagonismo dessas mulheres operárias no sistema fabril maranhense, e seu papel de luta e resistência. Segundo Facina e Soihet:

---

[4] É característico das relações de subsunção do trabalho ao capital o assédio à força de trabalho, manifestado por meio de relações sociais produtivas que assumem um caráter abusivo. No caso das relações de gênero, contudo, há uma genealogia que ultrapassa a esfera estritamente produtiva, estendendo-se para além do ambiente de trabalho e entrelaçando-se com dinâmicas mais amplas de poder e dominação. Como aponta Davis (2016, p. 198), *a opressão das mulheres trabalhadoras não pode ser dissociada das estruturas mais amplas de exploração que sustentam o capitalismo e o patriarcado, pois ambas operam conjuntamente para restringir a autonomia e perpetuar a subordinação*.

[5] Nessa obra, Beauvoir crítica o que chama de “monismo econômico de Engels”, ao afirmar que ele tentou reduzir a oposição dos sexos a um conflito de classes. In: RANGEL, Olívia & SORRENTINO, Sara. Gênero: conceito histórico. op. cit.

> Destinadas à esfera privada, por longo tempo, elas estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento de futuras gerações (FACINA E SOIHET, 2004, P.15).

Há exceções, em que essas operárias contaram com a ajuda de personalidades importantes no protagonismo feminino no contexto maranhense como a da médica Maria Aragão (1910 - 1991)[6], que em seu jornal *Tribuna do Povo*, denunciou os abusos aos quais essas mulheres operárias eram expostas, dando voz e ouvidos a esses fatos.

No caso deste estudo, a delimitação do objeto de pesquisa se concentra nas mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão entre 1870 e 1945. Trata-se de compreender como a industrialização, a urbanização e a participação das mulheres na indústria têxtil impactaram o desenvolvimento socioeconômico da região. A partir desse recorte temporal e geográfico, será possível analisar a evolução das condições de trabalho e vida das mulheres operárias, bem como o papel que elas desempenharam na transformação da economia e da sociedade maranhense nesse período.

Portanto, a delimitação do objeto dessa pesquisa aborda uma questão fundamental para a compreensão do desenvolvimento socioeconômico do Maranhão que visa o entendimento da participação das mulheres no processo de industrialização, urbanização e desenvolvimento regional.

A hipótese norteadora desta pesquisa é a de que as mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão, entre 1870 e 1945, foram sujeitas a um processo de inserção subsumida[7] em decorrência da expansão do capitalismo industrial e da

---

[6]Maria Aragão (1910-1991) foi uma médica, militante política, editora de jornal e líder comunista maranhense. Nascida em Pindaré-Mirim, Maranhão, em uma família de origem humilde, superou inúmeros desafios sociais e econômicos até se formar em Medicina, tornando-se uma das primeiras mulheres a exercer a profissão no estado. Seu engajamento político se fortaleceu na luta pelos direitos dos trabalhadores e contra as injustiças sociais, o que a levou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945. Ao longo da vida, enfrentou perseguições políticas, prisões e torturas durante a ditadura militar (1964 - 1985), mas nunca abandonou a defesa dos ideais de justiça e igualdade. Seu legado permanece vivo na história do Maranhão e do Brasil, sendo reconhecida como símbolo de resistência e compromisso com as causas populares.

[7] A expressão “inserção subsumida” remete à teoria marxiana da subsunção do trabalho ao capital, que descreve o grau de dominação do capital sobre o processo produtivo. Marx distingue duas formas: a subsunção formal, em que o capital incorpora processos de trabalho preexistentes sem transformá-los tecnicamente, e a subsunção real, na qual o capital modifica profundamente o processo produtivo por meio de inovações tecnológicas, divisão técnica do trabalho e controle direto sobre o ritmo e os métodos de produção. Nesta última, o trabalhador torna-se inteiramente

dependência da economia brasileira em relação aos países centrais. Além disso, a inserção dessas mulheres na produção capitalista foi marcada por relações de gênero desiguais e hierárquicas, que se expressaram em diferentes formas de opressão e exploração no ambiente de trabalho.

A título de objetivo geral, tem-se investigar a participação das mulheres na indústria têxtil do Maranhão, no período de 1870 a 1945, com o intuito de compreender suas condições de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

São objetivos específicos deste estudo: (a) analisar o processo de industrialização no Maranhão, com ênfase nas particularidades do setor têxtil e na expressiva participação das mulheres na força de trabalho fabril; (b) identificar as formas de organização do trabalho e as condições laborais enfrentadas pelas mulheres na indústria têxtil maranhense, evidenciando os aspectos de exploração, precarização e opressão de gênero presentes no ambiente fabril; (c) investigar a participação das mulheres nos movimentos sociais e sindicais, destacando suas estratégias de resistência, lutas por melhores condições de trabalho e os reflexos dessas mobilizações no desenvolvimento socioeconômico regional.

O referencial teórico-metodológico parte da análise interpretativa clássica acerca do papel da industrialização e urbanização do desenvolvimento, visa agregar uma análise da experiência das mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão, em uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico e inserção na mundialização, busca incorporar indicações específicas, integradas aos estudos de gênero (DAVIS, 2016; MURARO, 1972 e SAFFIOTI, 1976), além das contribuições da historiografia econômica maranhense (VIVEIROS, 1954; FERNANDES, 2020; CAMPOS, 2008; ESCANDÓN, 1996; MELO, 1990).

O método utilizado, em sentido amplo, é o materialismo histórico, baseado na compreensão de que as condições materiais e sociais influenciam as relações entre as pessoas e as instituições. Ele busca entender a dinâmica da sociedade a partir das relações de produção e do papel das classes sociais no processo histórico. Em

---

subordinado à lógica da valorização do capital, sendo sua força de trabalho reorganizada segundo os imperativos da produção de mais-valia relativa (MARX, 2013; MARX, 2011).

outras palavras, a metodologia materialista histórica considera a importância da base material da sociedade, incluindo as forças produtivas e as relações de produção, para compreender como as mudanças sociais ocorrem ao longo do tempo. Buscar compreender a situação das mulheres trabalhadoras na indústria têxtil do Maranhão em um período específico, considerando as relações de produção e as forças produtivas que moldaram esse contexto, é útil para analisar como as condições materiais e sociais influenciaram a organização das trabalhadoras e o papel que elas desempenharam no processo de desenvolvimento socioeconômico da região.

A pesquisa bibliográfica visa contextualizar o período analisado, compreender as dinâmicas da economia e da indústria têxtil brasileira e identificar outras pesquisas já realizadas sobre o tema. Já a análise de fontes, como documentos oficiais, jornais e relatos de trabalhadores e trabalhadoras, permite compreender as condições de trabalho e vida das mulheres operárias.

Para a análise documental, utilizaram-se os documentos dos seguintes acervos: Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA), Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A escolha dessas fontes deve-se à relevância das informações contidas nos registros oficiais das empresas, que permitem a análise das condições produtivas e financeiras do setor têxtil e das condições de trabalho das mulheres operárias.

Para a análise dos dados coletados, optou-se pela abordagem quantitativa, possibilitando uma visão mais ampla e precisa das condições do mercado têxtil no período estudado. Além disso, foram utilizadas fontes qualitativas, como notícias de jornais da época, que permitiram uma análise mais detalhada das condições de trabalho das mulheres operárias. Há também o uso de documentos ligados aos processos de acidentes de trabalho sofridos pelas operárias, em cotejo comparativo aos operários, para se analisarem semelhanças, diferenças, identidades, padrões e eventuais vieses.

A metodologia de análise histórico-econômica quantitativa combina métodos quantitativos com a interpretação de dados históricos, buscando uma compreensão

detalhada das transformações econômicas ao longo do tempo. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1976), essa abordagem prioriza a sistematização e quantificação de fenômenos socioeconômicos, o que facilita a identificação de padrões estruturais e relações de causalidade que explicam o desenvolvimento e a dinâmica das sociedades. Souza (2009) ressalta que a integração da análise quantitativa com uma contextualização historiográfica sólida é fundamental para atribuir significado aos dados numéricos, revelando as complexidades dos contextos sociais e políticos que moldam os processos econômicos.

É importante ressalvar que utilizou-se também a perspectiva de gênero como categoria analítica, que permite compreender as desigualdades e hierarquias existentes na experiência das trabalhadoras. Dessa forma, a análise dos dados e fontes coletadas visa não somente descrever a trajetória das mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão, mas também compreender as relações de poder que foram estabelecidas no contexto da produção.

Esta introdução, assim, serviu para apresentar a proposta da pesquisa ora desenvolvida, também no âmbito de seus objetivos, hipóteses, métodos e roteiros. Ela constitui o mapa da jornada a se seguir.

O referencial teórico-metodológico parte da análise interpretativa clássica acerca do papel da industrialização e urbanização do desenvolvimento, visa agregar uma análise da experiência das mulheres operárias na indústria têxtil do Maranhão, em uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico e inserção na mundialização, busca incorporar indicações específicas, integradas aos estudos de gênero (DAVIS, 2016; MURARO, 1972 e SAFFIOTI, 1976), além das contribuições da historiografia econômica maranhense (VIVEIROS, 1954; FERNANDES, 2020; CAMPOS, 2008; ESCANDÓN, 1996; MELO, 1990).

Segundo capítulo, é apresentada uma análise historiográfica que situa o papel das mulheres operárias em múltiplos contextos, abrangendo o cenário mundial, a América Latina e o Brasil, e por fim o Maranhão. Essa divisão permite estabelecer um quadro teórico e histórico sólido para compreender a inserção das mulheres no mercado de trabalho industrial, destacando as transformações nas

relações de gênero e trabalho ao longo do tempo. O capítulo enfatiza a importância das abordagens que integram as categorias de gênero nas análises econômicas e sociais, evidenciando as disparidades e os mecanismos de opressão presentes nas sociedades capitalistas. Além disso, aprofunda as reflexões sobre as lutas e resistências femininas diante da exploração e da precarização, demonstrando como as experiências locais dialogam com processos globais.

O terceiro capítulo examina a indústria brasileira nos séculos XIX e XX, buscando apresentar uma visão ampla das origens e do desenvolvimento industrial do país, com destaque para as interpretações historiográficas predominantes. A partir da análise dos censos industriais realizados pelo IBGE nos anos de 1920 e 1940, são identificados padrões e dinâmicas que caracterizaram o processo de industrialização nacional, especialmente a concentração regional da atividade produtiva e os desafios enfrentados nas regiões periféricas. Este capítulo fornece o pano de fundo econômico e social que fundamenta a compreensão da inserção da indústria têxtil no Maranhão, permitindo compreender as limitações e potencialidades do setor no contexto brasileiro.

O quarto capítulo dedica-se ao estudo específico da indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945, traçando sua trajetória histórica desde as primeiras instalações até os momentos de expansão e estagnação. São explorados os principais eventos e características do setor, incluindo a exportação de algodão, a produção algodoeira na década de 1930 e as oscilações produtivas do final da década de 1920, que revelam as particularidades da industrialização local. A análise contempla também aspectos como a formação do mercado regional, o acesso a tecnologias e capital, e as relações produtivas que moldaram o desenvolvimento do setor, oferecendo uma visão detalhada da complexidade e das contradições inerentes ao processo industrial maranhense.

O quinto capítulo concentra-se no operariado feminino da indústria têxtil, destacando o contingente de mulheres que compunham essa força de trabalho e suas características socioeconômicas. São discutidas as fontes documentais utilizadas para reconstruir esse cenário, bem como as condições de vida, moradia e trabalho enfrentadas pelas trabalhadoras. A mobilidade operária proporcionada pelo transporte sobre trilhos é analisada como fator relevante para a dinâmica laboral,

enquanto as relações laborais são abordadas a partir do cotidiano de trabalho, das divisões sexuais do trabalho e das relações sindicais. Este capítulo ilumina a complexidade das experiências femininas no ambiente fabril, ressaltando as desigualdades e estratégias de enfrentamento presentes no cotidiano das operárias.

No sexto capítulo, a investigação aprofunda-se nas dimensões mais vivenciais e simbólicas da vida das mulheres operárias, explorando o cotidiano através da imprensa da época, da iconografia e dos registros de acidentes de trabalho. A análise iconográfica oferece uma perspectiva visual e material que complementa as fontes escritas, possibilitando compreender as representações e condições de trabalho. O estudo dos acidentes evidencia as vulnerabilidades e riscos a que as trabalhadoras estavam submetidas, enquanto as considerações finais do capítulo abordam os impactos dessas experiências na organização social e produtiva. Dessa forma, o capítulo amplia a compreensão das realidades diárias das mulheres na indústria têxtil maranhense, relacionando-as às estruturas econômicas e sociais mais amplas.

O sétimo capítulo arrola as considerações finais, articulando os principais achados da pesquisa e refletindo sobre suas implicações para a historiografia econômica regional e para o entendimento do desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, ressaltando a importância de incorporar as experiências femininas na análise histórica do processo de industrialização.

2. HISTORIOGRAFIA E GÊNERO: MULHERES OPERÁRIAS NO CONTEXTO MUNDIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A historiografia econômica de gênero apresenta-se como um campo valioso para decifrar as disparidades na economia, desnudando estruturas de poder e privilégios historicamente arraigados. O acréscimo da participação feminina no mercado de trabalho, somado à intensificação da precarização das condições laborais, torna premente a análise da trajetória histórica do labor feminino e a investigação da interseção entre as relações de gênero e os vínculos econômicos.

Nesse sentido, a Economia Política do Gênero rompe com os enfoques tradicionais da teoria econômica, que desconsideram tais dimensões, ao articular as variáveis de gênero, classe e raça para oferecer uma interpretação mais abrangente das dinâmicas econômicas e das desigualdades estruturais. Ademais, essa perspectiva enfatiza a importância da contingência histórica e das transformações econômicas na reconfiguração dos papéis de gênero. No contexto da sociedade capitalista, as mulheres assumem uma posição singularmente oprimida, marcada por uma sobrecarga desproporcional de responsabilidades domésticas, sobretudo entre as trabalhadoras e pela carência de direitos democráticos plenos, evidenciada tanto na esfera privada quanto na pública por meio de discriminações institucionais e práticas sociais informais (VOGEL, 2013).

A historiografia acerca das mulheres no Brasil emergiu a partir da década de 1980, impulsionada pela publicação de obras e pela realização de pesquisas que passaram a focalizar as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” (SOIHET; PEDRO, 2007).

Propõe-se, dessa forma, apresentar algumas reflexões críticas sobre a historiografia econômica de gênero em escala global e regional, enfatizando a análise da inserção feminina no mercado de trabalho, as disparidades nas relações laborais e empresariais, além das formas de resistência e lutas por direitos e igualdade.

É necessário, assim, reconhecer as diversas opressões que se sobrepõem na experiência das mulheres trabalhadoras, especialmente quando permeadas por questões de raça, classe e sexualidade, ampliando assim o olhar para as interseccionalidades de gênero, tendo como cerne propositivo realizar uma análise histórico-crítica das interrelações entre gênero e economia, com especial ênfase na participação e na resistência das mulheres, enquanto sujeitas do processo histórico e na investigação das estratégias adotadas para enfrentar as desigualdades nas relações produtivas.

A justificativa para essa abordagem reside na necessidade de compreender as raízes das desigualdades de gênero no trabalho, de forma a fundamentar políticas que promovam a equidade. Ademais, a historiografia econômica de gênero propicia uma análise integrada das dimensões de classe e gênero, dialogando com teorias como o marxismo, e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade para formas mais justas e inclusivas de organização.

2.1. Historiografia econômica e gênero no mundo

Os estudos acerca do trabalho feminino têm suas origens no final do século XIX, quando o avanço da industrialização em diversos países impulsionou uma crescente demanda por mão de obra, levando inúmeras mulheres a adentrarem o mercado laboral. Essa inserção, contudo, deu-se em meio a condições frequentemente insalubres, com salários exíguos que evidenciavam a exploração imperante nas fábricas. Nesse contexto, Friedrich Engels emerge como um dos primeiros a examinar o labor feminino, salientando tanto as condições adversas a que as mulheres eram submetidas quanto a exploração perpetrada pelos empregadores. Com a consolidação do materialismo histórico, passou-se a reconhecer a importância de investigar as raízes históricas da opressão das mulheres como elementos fundamentais de análise. Em A *Ideologia Alemã* (1846), obra em coautoria com Marx, é exposta a ideia de que *a primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação*. Mas foi em A Origem *da Família, da Propriedade e do Estado* (1884) que Engels procurou aprofundar-se um pouco mais sobre o tema e fazer uma análise sobre a relação entre o surgimento da primeira forma de propriedade privada e a subordinação da mulher (ENGELS, p.54-55):

> A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura te nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada [...].

Diversos estudos aprofundaram a temática, embora tenha-se relegado as mulheres a posições secundárias. Essa marginalização decorreu, em parte, da concepção do espaço público como predominantemente masculino e da escassez de registros documentais confiáveis, frequentemente permeados por estereótipos estigmatizantes (PERROT, 1989). Tais preconceitos, enraizados em uma lógica patriarcal, traduziram-se em representações negativas e práticas discriminatórias no ambiente laboral. Rachel Soihet (1989, p. 15) ressalta que a destinação histórica das mulheres à esfera privada implicou sua ausência nas atividades consideradas relevantes para a construção do conhecimento e para o registro histórico das gerações futuras. Essa segregação de papéis, fundamentada em atribuições de gênero, resultou na subvalorização das experiências, contribuições e vozes femininas ao longo da história.

O esquecimento das mulheres na narrativa histórica não só perpetua desigualdades de gênero, como também restringe a compreensão plena do passado, reforçando estereótipos e hierarquias de poder. Nesse sentido, torna-se imprescindível reconhecer o movimento crescente de resgate e valorização da história das mulheres. Iniciativas de pesquisa, estudos e projetos de preservação da memória buscam preencher essas lacunas, evidenciando a importância do papel feminino em diversas esferas sociais. Essa reavaliação histórica é fundamental para a elaboração de uma narrativa mais inclusiva, que reconheça as contribuições das mulheres e fomente a igualdade de gênero, contribuindo para a correção de uma injustiça histórica e o enriquecimento do entendimento coletivo acerca do passado, com repercussões positivas para o presente e o futuro.

A historiografia econômica de gênero tem direcionado suas investigações para diversas problemáticas, tais como a interface entre o trabalho feminino e a

economia doméstica, a segregação ocupacional baseada em gênero, o efeito das inovações tecnológicas sobre o labor das mulheres e a incessante luta por igualdade salarial e direitos trabalhistas. Hobsbawm (2000, p. 45) argumenta que a produção de algodão foi pioneira no processo de industrialização, beneficiando-se do comércio marítimo atlântico e da importação de matéria-prima oriunda de regiões tropicais ou subtropicais. A crescente demanda por mão de obra na indústria têxtil britânica impulsionou a contratação de mulheres e crianças, em virtude da disponibilidade de trabalho a custos reduzidos, permitindo que essas trabalhadoras complementassem a renda familiar por meio do ingresso no setor industrial. Segundo Hobsbawm (2000, p. 64), a relutância dos homens ingleses em se submeter à "disciplina da mecanização" também favoreceu a predominância da mão de obra feminina nesse segmento. Ademais, constata-se que as mulheres frequentemente recebiam remunerações inferiores às dos homens, mesmo quando desempenhavam funções análogas. Conforme E. P. Thompson (1987, p. 170), no início da década de 1830 a força de trabalho adulta na indústria têxtil do Reino Unido totalizava 191.671 trabalhadores, dos quais 102.812 eram mulheres e 88.859, homens. De forma similar, Hobsbawm (2000) verificou que, em 1838, 23% dos empregados nas fábricas de tecidos eram homens, enquanto 77% correspondiam a mulheres e crianças, dados que evidenciam a predominância da participação feminina. O setor têxtil desempenhou, portanto, um papel crucial na acumulação de capital no Reino Unido, sobretudo em razão da rápida mecanização e do uso intensivo de mão de obra barata, majoritariamente composta por mulheres e adolescentes. Essa dinâmica facilitou uma transferência expressiva dos rendimentos do trabalho para o capital, resultando em uma lucratividade significativa para os empregadores. Durante o período de 1820 a 1845, o produto líquido industrial elevou-se em aproximadamente 40% em valor corrente, enquanto a folha de pagamento cresceu apenas 5%, revelando, assim, a acentuada desvalorização monetária do trabalho feminino na indústria têxtil inglesa (HOBSBAWM, 2000). Segundo o autor:

> [...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes) permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40%

> (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5%. (HOBSBAWM, 2000, p. 65)

Apesar das condições adversas impostas historicamente, as mulheres não se conformaram passivamente com a exploração, engajando-se ativamente em lutas por seus direitos, como greves e a organização sindical. Tais mobilizações, aliadas às transformações promovidas pelas alterações na legislação trabalhista e na cultura empresarial, contribuíram para a melhoria gradual de suas condições laborais. Contudo, persistem marcadas desigualdades de gênero no mundo do trabalho, o que mantém a historiografia econômica de gênero como um campo imprescindível para a compreensão e o enfrentamento dessas disparidades.

A emergência da História das Mulheres como campo de estudo, intensificada a partir da década de 1960 com o fortalecimento do feminismo, representou um ponto de inflexão na reavaliação dos saberes tradicionais. Nos Estados Unidos e na Europa, iniciativas como os *Women's Studies* e a *History Workshop*[8] influenciaram profundamente o desenvolvimento de pesquisas que exploram as experiências femininas (SOIHET; PEDRO, 2007). A destacada interdisciplinaridade desses estudos, que incorporam perspectivas da literatura, linguística, psicanálise e, sobretudo, da antropologia, possibilitou abordagens mais amplas e complexas acerca das vivências das mulheres ao longo da história.

Entre as questões emergentes, releva-se o estudo da jornada múltipla de trabalho, evidenciando como a responsabilidade simultânea pelas tarefas domésticas e pelas atividades laborais externas impõe uma sobrecarga que pode comprometer a saúde e o bem-estar feminino. Paralelamente, o impacto da globalização na economia feminina constitui outro tema de relevância, uma vez que as mudanças na dinâmica empresarial e na organização do mercado de trabalho têm acarretado novas formas de segregação ocupacional e exploração, afetando

[8] *Women's Studies* é uma abordagem interdisciplinar que busca reavaliar a historiografia tradicional, colocando as experiências femininas como foco central. Emergindo nas décadas de 1960 e 1970, este campo acadêmico se dedica a repensar o papel das mulheres na história e a desafiar as narrativas dominantes, frequentemente excluindo suas contribuições. Nesse contexto, o *History Workshop* surgiu na Inglaterra que enfatizava a importância de uma abordagem inclusiva, que fosse capaz de reconceituar eventos históricos sob novas óticas, articulando questões de gênero, classe e identidade. Esse movimento contribuiu não apenas para a ampliação do campo da história, mas também para a transformação do próprio entendimento da historiografia, propondo um olhar mais plural e crítico.

mulheres de maneira distinta em relação aos homens. Nesse contexto, Angela Davis observa que:

> As mulheres negras, entretanto, pagaram um preço alto pelas forças que adquiriram e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido 'apenas donas de casa', elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas – um fardo duplo que sempre exige que as trabalhadoras possuam a capacidade de perseverança de Sísifo. (Davis, 2016, p. 220)

Em O Segundo Sexo (1949), Simone de Beauvoir já antecipava as dinâmicas que hoje observamos no trabalho feminino, destacando que as mulheres foram historicamente silenciadas pela historiografia, que priorizou as ações dos homens e seu poder. A autora afirma: “A mulher não nasce mulher: torna-se mulher. Não é a biologia, mas a sociedade que constrói as categorias de gênero” (BEAUVOIR, 1949, p. 18). Ela sublinha como as mulheres são socialmente moldadas para assumir responsabilidades no âmbito doméstico e familiar, ficando confinadas à esfera privada, enquanto os homens dominam a esfera pública e produtiva.

Essa crítica ressoa diretamente nas observações de Angela Davis sobre a precarização do trabalho feminino e a perpetuação dos estereótipos de gênero, onde a divisão desigual de tarefas contribui para a exploração das mulheres, especialmente as negras. Ambos os pontos de vista se complementam ao analisar como as estruturas sociais e econômicas, historicamente estabelecidas, continuam a marginalizar o trabalho feminino, tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho, perpetuando as desigualdades.

No âmbito teórico, obras como *Marxism and the Oppression of Women* de Lise Vogel oferecem uma análise robusta e inovadora da opressão feminina a partir de uma perspectiva marxista. Publicado originalmente em 1983 e revisitado posteriormente[9], esse trabalho reafirma a capacidade da teoria marxista, ao enfatizar as bases materiais da opressão, de proporcionar um referencial abrangente para

[9] A obra *Marxism and the Oppression of Women* de Lise Vogel foi revisitada na edição de 2013, que inclui uma introdução revisada, onde a autora reflete sobre as discussões que surgiram em torno da sua obra desde a publicação original em 1983. A revisão de 2013 tem como objetivo atualizar e aprofundar a análise da opressão feminina a partir da perspectiva marxista, incorporando novas discussões teóricas e sociais.

abordar a “questão das mulheres”, ainda que necessite de contínua reavaliação (VOGEL, 2013).

Além do trabalho de Vogel, a análise de Silvia Federici (2004) sobre a opressão feminina adiciona, assim, um enfoque crucial ao debate marxista. Em *Calibã e a Bruxa* (2004), Federici expande a compreensão das origens da opressão patriarcal, destacando a relação entre a acumulação primitiva do capital e a subordinação das mulheres. Ela argumenta que esse processo foi estruturado por práticas coloniais e econômicas, enfatizando a importância de uma abordagem que conecte a teoria marxista às experiências históricas de gênero (FEDERICI, 2004; 2012). Federici demonstra como a transição para o capitalismo foi um processo profundamente marcado pelo gênero, no qual o trabalho e o corpo das mulheres foram explorados de formas que ainda moldam as desigualdades contemporâneas entre os sexos. Sua análise evidencia que a acumulação primitiva não apenas expropriou trabalhadores do campo, mas também institucionalizou a divisão sexual do trabalho e o controle sobre os corpos femininos, consolidando a opressão de gênero (FEDERICI, 2004; 2012). Essa perspectiva complementa e expande a abordagem marxista, trazendo à tona dimensões menos exploradas sobre a intersecção entre capital e gênero e reforça a necessidade de compreender as bases materiais da opressão feminina sem negligenciar suas especificidades históricas e sociais. Dessa forma, seu trabalho dialoga com a análise de Vogel, ampliando o entendimento sobre a subordinação das mulheres no contexto da economia capitalista e evidenciando como a exploração feminina esteve e continua profundamente enraizada nas dinâmicas do capital (FEDERICI, 2004; VOGEL, 2013).

A análise das relações entre trabalho e gênero tem sido profundamente enriquecida por abordagens interseccionais que evidenciam as conexões entre raça, classe e gênero. Esse olhar ampliado permite compreender como a opressão feminina não pode ser dissociada das estruturas sociais e econômicas historicamente construídas. Em Feminist *Theory: From Margin to Center* (1984), Bell Hooks argumenta que a dominação patriarcal não opera isoladamente, mas em conjunto com a opressão racial e de classe, o que reforça a marginalização das mulheres em múltiplos níveis de dominação. Para a autora, a experiência feminina é

atravessada por diferentes dimensões de desigualdade, exigindo que a análise teórica integre esses fatores para revelar as complexas relações de poder. Nesse sentido, Hooks destaca a necessidade de emancipação intelectual e social das mulheres, afirmando que: “é urgente que as mulheres liberem suas mentes das correntes da opressão e definam suas próprias realidades” (HOOKS, 1984, p. 62).

Patricia Hill Collins, em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (1990), aprofunda essa perspectiva ao introduzir o conceito de matriz da dominação, que descreve como as estruturas interligadas de opressão atuam simultaneamente para manter a subordinação das mulheres. Collins enfatiza que:

> O poder, a classe e a raça estão entrelaçados de tal forma que seu efeito conjunto cria novas formas de opressão que precisam ser analisadas para começar a entender as questões de classe e gênero (COLLINS, 1990, p. 225).

Essa abordagem ressalta a necessidade de se considerar simultaneamente as múltiplas dimensões da opressão, ampliando a compreensão da marginalização feminina. A análise da divisão sexual do trabalho também contribui para a compreensão das desigualdades estruturais enfrentadas pelas mulheres. Heidi Hartmann, em *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union* (1982), argumenta que a organização do trabalho é estruturada de maneira a privilegiar os homens e desvalorizar a contribuição das mulheres. Ela ressalta que:

> A divisão sexual do trabalho não é meramente uma questão de diferenças de salário, mas também de como a sociedade organiza o trabalho de formas que marginalizam as mulheres (HARTMANN, 1982, p. 35).

Para Hartmann, o patriarcado e o capitalismo operam conjuntamente, reforçando a segregação ocupacional e a precarização do trabalho feminino, sem que a interdependência dessas estruturas seja amplamente reconhecida. Arlie Hochschild, em *The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home* (1989), aprofunda essa discussão ao abordar o conceito da segunda jornada, evidenciando a sobrecarga das mulheres, que além de suas responsabilidades no mercado formal de trabalho, assumem grande parte das tarefas domésticas e do cuidado familiar. Hochschild aponta que:

> As mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, o que adiciona uma carga de uma segunda jornada, frequentemente não remunerada (HOCHSCHILD, 1989, p. 104).

Essa análise revela como a estrutura do mercado de trabalho e as normas sociais reforçam a desigualdade de gênero, impondo às mulheres um duplo fardo que limita sua ascensão profissional e econômica.

As contribuições de Collins, Hooks, Hartmann e Hochschild dialogam com perspectivas teóricas mais amplas sobre a opressão feminina. Carole Pateman, em The Sexual Contract (1988), questiona os pressupostos do contrato social, argumentando que ele é essencialmente sexista, consolidando a autoridade masculina e a subordinação feminina. Complementarmente, Nancy Fraser, em Fortunes of Feminism (2013), defende que uma crítica feminista eficaz deve integrar as desigualdades econômicas ao reconhecimento das identidades culturais. Para Fraser, o projeto emancipatório demanda a desconstrução dos sistemas interseccionais que sustentam a desigualdade (FRASER, 2013, p. 112).

O conceito de matriz da dominação, formulado por Collins, se destaca ao demonstrar como raça, classe, gênero e sexualidade não devem ser analisados isoladamente, mas sim como sistemas mutuamente construtores de opressão. Essa abordagem interseccional permite compreender como diferentes eixos de desigualdade se sobrepõem e interagem, moldando as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres. Segundo Collins, a matriz da dominação revela as intersecções das opressões que moldam a experiência das mulheres (COLLINS, 1990, p. 56). Essa análise é essencial para compreender as formas pelas quais sistemas de poder operam em diferentes estruturas sociais, como educação, trabalho e família, influenciando as trajetórias femininas e reforçando desigualdades persistentes.

Ao destacar a interseccionalidade como um elemento central da opressão das mulheres, essas autoras contribuem para uma compreensão mais ampla e crítica das relações entre capital, trabalho e gênero. Essa abordagem evidencia que a desigualdade não pode ser reduzida a um único fator, mas deve ser analisada em sua complexidade, considerando como diferentes estruturas sociais interagem para

manter a marginalização feminina. A articulação entre feminismo e marxismo, proposta por Hartmann, somada às análises sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, como as de Hochschild, e à crítica do contrato social por Pateman, contribuem para um arcabouço teórico que permite compreender as múltiplas formas de subordinação das mulheres e os desafios para a transformação social.

É necessário ponderar sobre um grande ponto de confluência nessa historiografia, que consolida o campo. Trata-se da coleção *Storia Delle Donne in Occidente* (História das Mulheres no Ocidente), dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot, lançada no final do século passado[10]. Ela representa uma contribuição seminal para a historiografia econômica de gênero, oferecendo uma análise aprofundada da evolução do papel das mulheres na sociedade ocidental ao longo dos séculos. Esta obra coletiva, composta por cinco volumes, abrange desde a Antiguidade até o século XX, destacando as transformações nas esferas econômica, social e cultural que impactaram a vida das mulheres.

A colaboração entre Duby e Perrot resultou em uma obra que não apenas documenta a presença das mulheres na história, mas também desafia narrativas tradicionais que frequentemente as omitiram. Ao incorporar análises de gênero, a *Storia delle donne in Occidente* estabeleceu um marco na historiografia, incentivando futuras pesquisas a considerar as experiências femininas como centrais para a compreensão das evoluções econômicas e sociais. Os volumes IV e V da coleção oferecem uma análise detalhada das transformações na vida das mulheres durante os séculos XIX e XX, respectivamente[11].

No volume IV: *L'Ottocento* (O Século XIX), são examinadas mudanças significativas que ocorreram na posição das mulheres durante o século XIX, período marcado por intensas transformações sociais, políticas e econômicas. A Revolução Industrial, por exemplo, alterou profundamente as dinâmicas de trabalho, afetando diretamente a participação feminina no mercado laboral. Além disso, movimentos sociais e políticos emergentes começaram a questionar as normas de gênero estabelecidas, levando a debates sobre os direitos das mulheres, incluindo o

[10] A obra foi lançada em 1990, pela editora Laterza (Roma-Bari).
[11] Para o volume IV, houve uma contribuição editorial de Geneviève Fraisse, reunindo capítulos adicionais. Para o volume V, esse trabalho de curadoria foi realizado por Mary Nash.

sufrágio feminino e o acesso à educação. O volume também aborda as representações culturais das mulheres na literatura e nas artes, refletindo as tensões entre as tradições e as novas possibilidades que se abriam para o gênero feminino.

No quinto volume, *Il Novecento* (O Século XX), a atenção se volta para o século XX, uma era de mudanças aceleradas e conquistas significativas para as mulheres. Este período testemunhou a consolidação dos direitos políticos femininos em muitas partes do mundo, com as mulheres conquistando o direito ao voto e aumentando sua participação na esfera pública. As guerras mundiais também desempenharam um papel crucial, pois a necessidade de mão de obra feminina durante os conflitos levou a uma reavaliação dos papéis de gênero tradicionais. Além disso, o século XX viu o surgimento de movimentos feministas que lutaram por igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento, provocando mudanças legislativas e culturais significativas. O quinto volume da *Storia delle donne in Occidente* analisa, ainda, as representações midiáticas das mulheres e como elas influenciaram e foram influenciadas pelas mudanças sociais em curso.

Ambos os volumes, IV e V, destacam a interseção entre gênero, economia e cultura, oferecendo uma compreensão profunda de como as mulheres navegaram e influenciaram os contextos históricos de seus tempos.

2.1. América Latina e Brasil

Na historiografia econômica de gênero na América Latina e no Brasil, os estudos sobre o operariado feminino assumiram papel central, intensificando-se a partir da década de 1970 e evidenciando as múltiplas formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho. No âmbito latino-americano, destacam-se as contribuições de pesquisadoras como Marta Lamas e Carmen Escandón, cujas investigações pioneiras, respectivamente na teoria de gênero e na história das mulheres, consolidaram referências fundamentais para a compreensão das desigualdades e da luta por direitos iguais na região (ESCANDÓN, 1996; LAMAS, 1996). De forma complementar, a obra de Eva Blay e Lúcia Avelar, em 50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile (2017), oferece uma análise abrangente das transformações sociais, políticas e culturais ocorridas nos últimos cinquenta anos, abordando questões como igualdade de gênero, direitos reprodutivos, violência

contra as mulheres, participação política e representatividade, e ressaltando as especificidades e complexidades dos movimentos feministas em cada contexto nacional.

No caso da Argentina, a historiografia econômica e social de gênero enfatiza a formação do operariado feminino por meio das mobilizações e paralisações ocorridas já na década de 1910. Nesse período, manifestações de mulheres em diferentes setores industriais evidenciaram uma postura ativa na reivindicação de melhores condições de trabalho e direitos laborais, inserindo-as no cenário da sociedade “moderna” que, no final do século XIX e início do século XX, já lhes atribuía funções que iam além dos papéis tradicionais familiares, embora tais contribuições tenham sido historicamente subvalorizadas. O desenvolvimento da indústria têxtil, impulsionado pela proteção à confecção e à malharia e pelas inovações técnicas como a introdução da máquina de costura, permitiu a expansão do setor, que em 1914 já contava com milhares de estabelecimentos, investimentos significativos e uma força de trabalho predominantemente feminina. Essa massa de trabalhadoras, organizando-se sindicalmente por meio da Asociación Obrera Têxtil, demonstrou uma forte vocação para a militância operária. Estudos apontam que, nas décadas de 1930 e 1940, o crescimento da indústria de vestuário foi acompanhado por um aumento expressivo na contratação de mulheres, atividade que absorvia mais da metade da força de trabalho feminina, enquanto setores como as fiações e tecelagens apresentavam dinâmicas diferenciadas, ressaltando a importância da mão de obra qualificada e dos avanços tecnológicos para o desenvolvimento do setor (BARRANCOS, 2010; BELINI, 2008). A formação do operariado feminino na Argentina, portanto, reflete particularidades que se articulam à relação com a posse fundiária e aos demais meios produtivos, em diálogo com as ideias seminais de Engels.

Os estudos de gênero são fundamentais para a compreensão das relações de poder e das construções sociais que moldam a experiência das mulheres ao longo da história. Ao analisar discursos normativos, práticas sociais e dinâmicas de exclusão, a historiografia feminista evidencia a forma como as identidades de gênero são historicamente produzidas e disputadas. A pesquisa de Joana Maria Pedro, *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe*, exemplifica essa

abordagem ao investigar as representações femininas na imprensa de Desterro/Florianópolis[12] entre 1880 e 1920. A autora revela como essas imagens serviam aos propósitos de consolidação das elites e regulação do comportamento feminino, demonstrando que as narrativas veiculadas pelos jornais desempenhavam um papel central na definição dos papéis sociais das mulheres e na manutenção das hierarquias de gênero.

O estudo de Joana Pedro evidencia a centralidade das construções sociais de gênero na organização das hierarquias e distinções sociais. A autora analisa, a partir de periódicos do final do século XIX e início do XX, como a imprensa veiculava discursos normativos sobre a feminilidade, associando as mulheres ao espaço doméstico e à moralidade familiar. No entanto, a realidade socioeconômica impunha desafios a essa idealização, sobretudo entre as camadas populares, onde as mulheres desempenhavam funções produtivas e resistiam a essas normativas (PEDRO, 1992, p. 11).

Joana Pedro demonstra que o discurso sobre a mulher não apenas refletia valores dominantes, mas também atuava ativamente na construção das relações de poder e na diferenciação entre as elites e os setores subalternizados (PEDRO, 1992, p. 2). A análise da imprensa como instrumento de regulação do comportamento feminino revela os mecanismos de controle social e a persistência de normas de gênero que moldaram as dinâmicas familiares e políticas.

O trabalho reforça a relevância dos estudos de gênero ao demonstrar como as identidades femininas são historicamente construídas e disputadas. A historiografia feminista, ao desnaturalizar esses discursos, permite uma leitura crítica das relações de poder e das formas de resistência feminina, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de exclusão e transformação social (PEDRO, 1992, p. 1).

---

[12] A cidade de Desterro, fundada em 1673 no litoral de Santa Catarina, teve seu nome alterado para Florianópolis em 23 de março de 1894, por meio do decreto estadual nº 17, assinado durante o governo de Hercílio Luz. A mudança ocorreu no contexto da Revolução Federalista (1893–1895), conflito que dividiu o país entre federalistas e republicanos partidários do presidente Floriano Peixoto. O novo nome, uma homenagem a Floriano, refletia a lealdade local ao governo central e buscava apagar referências simbólicas ao passado monarquista e à resistência republicana. A escolha gerou controvérsia, já que Floriano era visto por muitos como autoritário, e parte da população resistiu à imposição do nome. "Florianópolis" deriva da junção de Floriano com o termo grego pólis (cidade), consolidando-se como marco da identidade política e cultural da capital catarinense.

Nessa mesma perspectiva, Margareth Rago amplia o debate ao situar a epistemologia feminista como um dos pilares da crítica histórica contemporânea. Para Rago, a categoria de gênero não apenas reposiciona a mulher como sujeito histórico, mas também propõe uma leitura relacional das estruturas de poder e das práticas discursivas que normatizam a diferença sexual. A autora argumenta que a historiografia tradicional, pautada na lógica da identidade e da neutralidade científica, marginalizou as experiências femininas e as formas de conhecimento não alinhadas ao paradigma dominante. Assim, a epistemologia feminista questiona o modelo universalista da produção do saber, evidenciando que a construção histórica das diferenças de gênero está imbricada em relações de poder e dominação (RAGO, 2012, p. 19).

Rago destaca a importância de historicizar as experiências femininas sem reduzi-las a um papel passivo ou de mera subordinação. Segundo a autora, a historiografia feminista:

> segue os mesmos parâmetros que a desconstrução de Derrida, a arqueologia de Foucault e a teoria crítica marxista, pois tem seu caminho metodológico aberto para a possibilidade de construir as diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais femininos (Rago, 2012, p. 38).

Esse entendimento reforça a necessidade de ampliar os marcos interpretativos para incluir as diversas formas de resistência e atuação das mulheres, reconhecendo suas contribuições e lutas em diferentes contextos históricos e sociais, rompendo com a noção de que as mulheres foram apenas objeto da história, e não protagonistas de transformações sociais. Ao enfatizar a subjetividade e a diversidade de experiências das mulheres, Rago propõe uma revisão crítica das categorias analíticas que sustentaram a historiografia tradicional, reforçando que o gênero deve ser compreendido como uma construção histórica, discursiva e política. A autora argumenta que:

> A inserção das mulheres na história vai além de sua simples inclusão como personagens secundárias; trata-se de compreender como os discursos normativos de gênero estruturam práticas sociais e relações de poder, afetando as possibilidades de atuação feminina ao longo do tempo (Rago, 2012, p. 45)

Os estudos de gênero vão muito além de simplesmente incluir as mulheres na história. Eles promovem uma revisão profunda das formas como o passado foi interpretado, questionando as categorias e os paradigmas que, por muito tempo, justificaram a exclusão e a subordinação das mulheres. Essa abordagem não só amplia o campo da historiografia, mas também abre caminho para novas interpretações sobre como o poder e a resistência se manifestam nas relações entre homens e mulheres ao longo da história. Como destaca Rago, a historiografia feminista propõe uma maneira inovadora de olhar para o passado, rompendo com a visão tradicional que relegou as experiências femininas a um plano secundário e ignorou a importância histórica das relações de gênero (RAGO, 2012, p. 47).

Voltando-se à *História das Mulheres no Ocidente*, coordenada por Georges Duby e Michelle Perrot, em particular nos volumes IV e V, os quais abordam os séculos XIX e XX, há uma série de contribuições que demandam comentário.

No Volume IV – *L'Ottocento* – da coleção, há três capítulos de autoras latino-americanas que oferecem análises que aprofundam as especificidades das experiências femininas na América Latina, abrindo a reflexão e o debate dentro da historiografia econômica.

No primeiro, Maria Del Cármen Simón Palmer (2018) traz uma abordagem centrada na influência dos movimentos liberais e das ideias progressistas na redefinição dos papéis femininos na região. A autora analisa as lutas por direitos civis e trabalhistas, destacando como as reivindicações das mulheres latino-americanas dialogaram tanto com as correntes europeias quanto com as particularidades dos contextos locais. Ela evidencia, por exemplo, a articulação de redes de solidariedade e a emergência de novas formas de participação política, que contribuíram para a reconfiguração da identidade feminina e para a construção de espaços de resistência frente à dominação patriarcal.

Eni de Mesquita Samara e Horácio Gutiérrez exploram detalhadamente o impacto do sistema escravagista sobre as mulheres no Brasil, enfatizando como as intersecções entre raça, gênero e classe definiram estratégias de resistência e criaram espaços de autonomia mesmo sob condições de extrema opressão (SAMARA e GUTIÉRREZ, 2018).

Graciela Maglesini (2018) aborda, por sua vez, as transformações socioeconômicas ocorridas no final do século XIX na Argentina. A autora discute como a inserção das mulheres no mercado de trabalho – tanto no setor doméstico quanto na industrial – se articulou com as novas demandas do capitalismo nascente na América Latina e na construção da Argentina como estado nacional.

No volume V, sobre o século XX, há outros dois capítulos. Um, de Susana Bianchi, que estuda sob o contexto do Peronismo, as especificidades do processo de modernização na Argentina e o impacto das ideias feministas internacionais na redefinição do papel das mulheres (2018). A autora analisa como, no decorrer do século XX, as mulheres argentinas passaram a participar de maneira mais ativa na vida pública, contribuindo para a transformação econômica e social do país. Este texto ressalta as contradições entre a persistência das estruturas patriarcais e as emergentes demandas por direitos e reconhecimento, apontando para a construção de novas formas de organização e ação coletiva que desafiaram os antigos paradigmas de gênero e contribuíram para o avanço das lutas feministas na América Latina.

O último capítulo da obra aborda a industrialização e a inserção das mulheres no mercado de trabalho fabril no Brasil. Trata-se de outra contribuição de Eni de Mesquita Samara, dessa vez com Maria Izilda Santos de Matos, ilustrando como a industrialização brasileira, especialmente no setor têxtil, levou à inserção massiva das mulheres no trabalho fabril. As autoras destacam que, no período entre 1890 e 1920, as mulheres foram responsáveis por uma parte significativa da mão de obra nas indústrias, com destaque para o setor têxtil. Como afirmam as autoras:

> A industrialização trouxe junto a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril ao qual, se se considera o total da mão-de-obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns setores, como juta, à cifra de 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e junto com a expansão urbana se produziu também, nesse período, o incremento do mercado de trabalho informal (SAMARA; MATOS, 1993, p. 325).

Essa inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi apenas um reflexo das necessidades da industrialização, mas também um fator que evidenciou

as desigualdades de gênero presentes nas relações de trabalho. Embora as mulheres tenham representado uma grande parcela da força de trabalho, elas eram frequentemente relegadas a funções subvalorizadas e recebiam salários inferiores aos dos homens. No entanto, as autoras ressaltam que as mulheres não foram meras vítimas passivas dessa exploração. Elas se engajaram ativamente em movimentos de resistência, organizando greves e reivindicando melhores condições de trabalho. Esse papel ativo das mulheres nas lutas operárias reflete a importância da obra ao trazer à tona uma narrativa frequentemente ignorada pela historiografia tradicional, reconhecendo o protagonismo das mulheres na construção da sociedade moderna.

Durante o século XIX, a industrialização em São Paulo resultou na inserção massiva de mulheres e crianças no trabalho fabril, especialmente nas indústrias têxteis, produção de charutos, cigarros, tabaco, confecção de vestuário, produção de tecidos de malha, redes, fósforos, chapéus e chocolates. Nesses setores, as mulheres representavam mais da metade da força de trabalho, com destaque para o setor têxtil, que absorvia uma grande quantidade de imigrantes, especialmente mulheres italianas. Em contraste, sua presença era menor em setores como construção civil, metalurgia, cerâmica e vidro, onde o trabalho era considerado mais especializado e fisicamente exigente (SAMARA; MATOS, 2008).

As fábricas priorizavam a contratação de mulheres jovens, entre 16 e 22 anos, para funções repetitivas e pouco especializadas, oferecendo salários significativamente mais baixos. Em média, as trabalhadoras recebiam cerca de 65% do valor pago aos homens adultos, refletindo a desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho da época. A escolha por essa faixa etária estava associada a uma menor responsabilidade familiar, o que permitia maior regularidade e estabilidade no trabalho, além da condição física que facilitava o desempenho de tarefas que exigiam agilidade e destreza manual. As mulheres no setor têxtil ocupavam funções como passadeiras, enroladeiras, urdideiras, tecelãs e costureiras, embora essas posições tivessem sofrido variações ao longo do tempo. Apesar de inicialmente desempenharem essas funções, com o tempo as atividades femininas foram gradualmente subestimadas e desvalorizadas, tanto no aspecto emocional quanto social. Essa desvalorização levou à rejeição dessas funções pelos

trabalhadores do sexo masculino, perpetuando um ciclo de precarização do trabalho feminino (SAMARA; MATOS, 2008).

O alto índice de participação feminina no trabalho fabril foi, também, impulsionado pela natureza das funções desempenhadas, que exigiam pouca qualificação e estavam associadas a características socialmente atribuídas às mulheres, como paciência, submissão, cuidado e docilidade. A disciplina imposta nas fábricas refletia a estrutura patriarcal da sociedade da época, reproduzindo a subordinação feminina observada no ambiente doméstico, no entanto, essa imposição não impediu que as mulheres se engajassem em formas de resistência. Segundo (SAMARA; MATOS, 2008), há registros de participação ativa em greves e mobilizações trabalhistas, ainda que, muitas vezes, essas manifestações não estivessem diretamente vinculadas aos sindicatos. As ações das trabalhadoras eram, geralmente, mais espontâneas e momentâneas, sendo também influenciadas por pressões externas. Elas protestavam contra a redução de salários, o aumento da jornada de trabalho, abusos físicos e a intensificação das condições de exploração nas fábricas, demonstrando sua capacidade de resistência diante das adversidades impostas pelo sistema de trabalho da época. Essas lutas, embora frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional, revelam o protagonismo das mulheres no cenário da industrialização e na construção da resistência trabalhista, desafiando as normas de subordinação tanto no ambiente fabril quanto no espaço doméstico (SAMARA; MATOS, 2008).

No cenário brasileiro, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth Saffioti (1969), representou um marco ao lançar uma análise pioneira das relações de gênero, enfatizando a alta utilização da mão de obra feminina na indústria têxtil. Saffioti argumenta que essa absorção se deve, em parte, à transição de mulheres que atuavam de forma autônoma como costureiras para atividades industrializadas, associando historicamente o trabalho feminino ao âmbito doméstico e, consequentemente, contribuindo para a desvalorização salarial. Entre as décadas de 1970 e 1990, a historiografia de gênero passou a dar maior ênfase às experiências das trabalhadoras, às suas estratégias de resistência e às formas de organização coletiva, ampliando o debate para incluir a relação entre gênero e desenvolvimento, a história das mulheres trabalhadoras rurais e os movimentos

feministas. O desenvolvimento da indústria têxtil, impulsionado por incentivos protecionistas e inovações tecnológicas, resultou na predominância da mão de obra feminina, especialmente no setor de confecção e malharia. A relação entre a industrialização e a absorção da mão de obra feminina evidencia a persistência da divisão sexual do trabalho, conceito que, conforme Melo e Castilho (2009), se consolidou durante o período de industrialização, resultando na subestimação das atividades femininas e na sua desvalorização salarial. Essa invisibilidade do trabalho das mulheres, muitas vezes considerado como extensão das atividades domésticas, limitou sua ascensão a postos mais qualificados e impôs barreiras à equidade salarial.

A trajetória histórica do setor têxtil brasileiro evidencia o papel central desempenhado pelas mulheres na expansão industrial. No entanto, sua inserção nesse mercado ocorreu sob condições caracterizadas por baixos salários, instabilidade e restritas possibilidades de ascensão profissional. Essa dinâmica ressalta a importância de analisar criticamente as relações de gênero no âmbito produtivo, considerando os impactos da segregação ocupacional e da exploração da força de trabalho feminina para o desenvolvimento econômico. Conforme apontam Melo e Castilho (2009), a ausência de reconhecimento das atividades reprodutivas e de cuidado na economia contribui para a perpetuação das desigualdades estruturais, limitando o acesso das mulheres a setores mais valorizados.

> A incorporação massiva das mulheres na indústria, especialmente no setor têxtil, não significou um avanço na equidade de gênero, mas sim a reprodução de estruturas desiguais, nas quais o trabalho feminino foi subestimado e mal remunerado. (Melo & Castilho, 2009, p. 150).

As autoras evidenciam uma contradição inerente ao processo de incorporação feminina na indústria têxtil. Embora as mulheres tenham representado uma parcela significativa da força de trabalho, essa presença massiva não resultou em avanços concretos na equidade de gênero. Pelo contrário, reforçou as assimetrias já existentes, uma vez que as trabalhadoras foram majoritariamente alocadas em ocupações de menor prestígio e remuneração, reproduzindo as hierarquias tradicionais do mercado de trabalho.

Esse fenômeno está intrinsecamente relacionado à divisão sexual do trabalho, a qual historicamente atribuiu às mulheres tarefas vinculadas ao espaço doméstico, contribuindo para a naturalização da desvalorização de suas atividades e para a limitação de seu reconhecimento no mercado de trabalho formal. Nesse contexto, a ampliação da presença feminina na indústria têxtil não implicou uma ruptura com as estruturas de dominação existentes; ao contrário, reforçou um modelo que perpetua a inserção das mulheres em posições subalternas, frequentemente marcadas pela negação ou restrição de direitos trabalhistas plenos.

A segregação ocupacional observada no setor têxtil reflete um padrão mais amplo da economia, no qual o trabalho feminino é sistematicamente associado a funções consideradas menos qualificadas, mesmo quando exige alto nível de habilidade e longas jornadas. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas para a valorização do trabalho feminino e para a superação das barreiras estruturais que dificultam a equidade de gênero no mercado de trabalho. Nesse contexto, figuras como Rose Marie Muraro emergiram, defendendo a igualdade comportamental entre os gêneros como uma construção social imprescindível. A introdução da categoria *gênero* na historiografia brasileira – impulsionada pela tradução do artigo de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990) – consolidou uma nova perspectiva analítica, enquanto a criação dos Grupos de Trabalho sobre Estudos de Gênero, vinculados à ANPUH, estimulou o desenvolvimento de encontros, simpósios e mini-cursos, revelando a vitalidade e o potencial transformador desse campo de estudo (SOIHET; PEDRO, 2007).

A historiografia econômica brasileira tem sido significativamente enriquecida por contribuições que analisam tanto as estruturas produtivas quanto as relações de gênero no desenvolvimento econômico. Esse avanço se deve a abordagens complementares que ampliam a compreensão dos processos históricos, integrando análises estruturais e categorias socioculturais. Dentro desse contexto, podem ser identificadas duas grandes vertentes: a primeira, composta por historiadoras que se dedicaram à historiografia econômica tradicional, e a segunda, por aquelas que incorporaram os estudos de gênero para oferecer novas perspectivas sobre a inserção das mulheres na economia. Em um primeiro grupo, destacam-se, além da

já citada Eni de Mesquita Samara, Alice Canabrava, Paula Beiguelman, Maria Heloísa Lenz, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Vera Lúcia Amaral Ferlini, cujas pesquisas foram fundamentais para compreender o desenvolvimento econômico, a estrutura fundiária e as transformações no mercado de trabalho brasileiro. Num segundo grupo, historiadoras como Mary Del Priore, Maria Yedda Linhares, e Maria Alice Rosa Ribeiro, por exemplo, desempenharam um papel central ao integrar as relações de gênero como categoria analítica, expandindo o escopo da historiografia ao abordar a experiência feminina na economia e na sociedade.

A produção historiográfica de Alice Canabrava foi pioneira ao adotar uma abordagem quantitativa e metodologicamente rigorosa na história econômica. Sua obra *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)* analisa o impacto do comércio exterior brasileiro, consolidando-se como referência nos estudos sobre a interdependência entre a economia nacional e os mercados internacionais (CANABRAVA, 1984).

Paula Beiguelman destacou-se como uma das intelectuais mais atentas às articulações entre estrutura econômica e cultura política na formação histórica do Brasil. Sua produção, marcada por rigor teórico e engajamento crítico, abordou com profundidade a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, questionando interpretações que viam esse processo como mera decorrência natural da expansão capitalista. Ao invés disso, Beiguelman argumentou que não havia uma oposição estrutural entre escravidão e capitalismo, demonstrando que a manutenção do trabalho compulsório podia coexistir com formas modernas de acumulação. Em obras como *Formação política do Brasil, vol 1: teoria e ação no pensamento abolicionista* (1967) e *A formação do povo no complexo cafeeiro* (1977), contribuiu para desmontar a narrativa oficial que romantizava a abolição como um gesto benevolente da elite imperial, evidenciando os conflitos sociais e as lutas políticas que marcaram esse processo. Seu legado permanece como referência fundamental para os estudos que articulam economia, poder e desigualdade social no Brasil.

Maria Heloísa Lenz realizou um estudo teórico aprofundado sobre a categoria econômica renda da terra, centrando sua análise nas concepções de David Ricardo e Karl Marx. Em sua obra A categoria econômica renda da terra (1981), Lenz

examina criticamente a evolução do conceito de renda fundiária dentro da tradição clássica, destacando as diferenças metodológicas e teóricas entre os dois pensadores. Enquanto Ricardo desenvolve a teoria da renda diferencial a partir do valor-trabalho e da escassez relativa das terras mais férteis, Marx a supera ao integrar a renda à dinâmica geral do capitalismo, introduzindo a noção de renda absoluta, derivada da propriedade privada da terra e da especificidade das relações sociais na agricultura. A autora demonstra como Marx, ao situar a formação da renda na esfera da produção e não apenas da distribuição, amplia e aprofunda a análise ricardiana, conferindo à renda da terra um papel central na compreensão das contradições do modo de produção capitalista. O trabalho de Lenz constitui, portanto, uma contribuição fundamental para a recuperação teórica da renda como categoria analítica essencial na economia política.

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura concentrou-se na história do trabalho, investigando a imigração e a formação da força de trabalho no Brasil. Seus estudos demonstram como a transição do trabalho escravizado para o livre afetou a participação feminina na economia industrial, destacando a persistência da exploração do trabalho feminino e sua marginalização nas análises econômicas tradicionais (MOURA, 2003). Essa abordagem evidencia a interconexão entre transformações econômicas e relações de gênero, ao demonstrar que a mão de obra feminina foi amplamente utilizada na industrialização, mas permaneceu subvalorizada e desprotegida por legislações trabalhistas.

Vera Lúcia Amaral Ferlini, por sua vez, é uma das figuras mais importantes da historiografia econômica brasileira, especialmente no que diz respeito ao estudo do período colonial e da economia açucareira. Sua obra *A Civilização do Açúcar* realiza uma apurada análise da estrutura agrária e das relações de produção no Nordeste colonial, destacando o papel central do latifúndio, da monocultura e do trabalho escravo na formação das estruturas socioeconômicas do Brasil. Neste livro, Ferlini não apenas descreve os mecanismos de produção e comércio do açúcar, mas também analisa como essa atividade econômica moldou a sociedade colonial, consolidando uma estrutura de poder baseada na grande propriedade e na exploração da mão de obra escrava. Como ela mesma afirma, "o açúcar não foi

apenas um produto de exportação, mas a base de uma civilização que forjou as estruturas sociais e econômicas do Brasil colonial" (FERLINI, 1984, p. 45).

Além de *A Civilização do Açúcar*, Ferlini é autora de outras obras fundamentais, como *Terra, Trabalho e Poder*, que aprofunda a análise da estrutura agrária colonial, e *História Econômica: reflexões e construção do conhecimento*, que reúne contribuições teóricas e metodológicas para o campo da história econômica. Suas pesquisas são caracterizadas por uma abordagem interdisciplinar, que integra análises econômicas, sociais e políticas, oferecendo uma visão abrangente e crítica dos processos históricos. A importância de Vera Ferlini para a historiografia econômica reside em sua capacidade de combinar rigor metodológico com uma visão crítica das estruturas de poder e desigualdade que marcaram o desenvolvimento econômico do Brasil.

A historiografia econômica, no entanto, não se limitou às análises estruturais do desenvolvimento econômico. Maria Alice Rosa Ribeiro desenvolveu uma das primeiras pesquisas empíricas sobre a formação da indústria têxtil paulista no período anterior a 1930, com a dissertação *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870–1930)*, apresentada na Universidade Estadual de Campinas, em 1980 (RIBEIRO, 1988). A autora propõe uma abordagem distinta, ao priorizar a organização interna do trabalho e as relações sociais no ambiente fabril, em contraste com as interpretações predominantes centradas em variáveis macroeconômicas, como tarifas, política cambial e valorização do café.

Um diferencial da obra de Ribeiro para a época reside na análise da composição da força de trabalho, com destaque para a presença majoritária de mulheres e menores nas fábricas de fiação e tecelagem de algodão. Esses grupos realizavam tarefas desqualificadas, com baixa remuneração e sob condições adversas, como jornadas extensas, espaços insalubres e violência física, especialmente no caso das crianças. Ribeiro demonstra que essa estrutura não resultou de um processo posterior de substituição da mão de obra masculina, mas estava presente desde a formação do setor.

Há ainda, na obra de Maria Alice Rosa Ribeiro, exames detalhados da divisão técnica do trabalho, da hierarquia interna das fábricas, dos mecanismos de disciplina

e da atuação do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, sobretudo no contexto da crise econômica do final da década de 1920. Aborda também a limitação das primeiras tentativas de regulação do trabalho, como o Código de Menores e a Lei de Férias, cuja aplicação era frágil diante da prática cotidiana nas unidades fabris. A relevância do estudo está na escolha metodológica por uma análise setorial e regionalizada, com base em dados concretos, o que permite observar as formas específicas de exploração e organização do trabalho no interior das fábricas paulistas. Trata-se de uma contribuição útil para compreender a inserção precoce de mulheres e crianças no processo de industrialização brasileira e as condições materiais que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo industrial em São Paulo.

Maria Yedda Linhares, por sua vez, contribuiu para os estudos da história agrária brasileira ao analisar as hierarquias sociais no campo e a invisibilização das mulheres trabalhadoras rurais. Sua obra *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil* amplia a compreensão sobre a organização do trabalho feminino nas atividades agrícolas e as desigualdades estruturais que se perpetuaram ao longo da história (LINHARES, 1992).

Por sua vez, a trajetória de Mary Del Priore destaca-se por seu enfoque na história das mulheres e suas experiências cotidianas. Sua pesquisa investiga as formas de exclusão que as mulheres enfrentaram em diversas esferas sociais, incluindo o trabalho e a economia. Em *Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*, Del Priore discute como a estrutura patriarcal moldou as trajetórias femininas, restringindo o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e reforçando sua subordinação social (DEL PRIORE, 2011). Essa perspectiva amplia as análises econômicas tradicionais ao integrar aspectos culturais e sociais à compreensão da economia.

A complementaridade entre as historiadoras da economia e aquelas que adotaram a perspectiva de gênero demonstra a necessidade de uma abordagem multidimensional na historiografia econômica. Enquanto as primeiras forneceram interpretações estruturais sobre os processos econômicos, as segundas trouxeram uma crítica fundamental para a compreensão das desigualdades de gênero no desenvolvimento econômico brasileiro. A integração dessas perspectivas fortalece a

historiografia ao oferecer uma visão mais ampla das interações entre economia, sociedade e relações de gênero, contribuindo para um entendimento mais profundo da formação das dinâmicas econômicas no Brasil.

2.3. Maranhão

A historiografia sobre a inserção das mulheres no operariado maranhense ainda é um campo de estudo em desenvolvimento, embora algumas pesquisas já tenham contribuído significativamente para a compreensão das dinâmicas do trabalho feminino no estado. A ampliação dessas investigações é fundamental para resgatar e analisar criticamente o papel das mulheres na industrialização local e os desafios enfrentados por essa parcela da classe trabalhadora.

No final do século XIX, o Maranhão passou por um processo de gênese industrial que levou à instalação de diversas fábricas têxteis. Essas unidades produtivas desempenharam um papel central na diversificação econômica e na urbanização, consolidando um novo modelo de organização do trabalho. No entanto, os benefícios desse desenvolvimento não foram distribuídos de forma equitativa, sobretudo para as operárias, que ocuparam posições de extrema precarização dentro da estrutura produtiva.

As mulheres que ingressavam na indústria têxtil pertenciam majoritariamente às camadas mais empobrecidas da população, sendo o trabalho fabril uma das poucas alternativas de sustento para si e suas famílias. Sem acesso a outros meios de produção e sujeitas a um sistema marcado pela desigualdade social e de gênero, tornavam-se alvos fáceis da exploração, com remunerações inferiores às dos homens e condições de trabalho severas.

O ambiente fabril era caracterizado por jornadas exaustivas, baixos salários e ausência de garantias trabalhistas. Além do desgaste físico, as operárias frequentemente enfrentavam práticas abusivas, como maus-tratos e assédio, situação amplamente denunciada em registros da época. A vulnerabilidade dessas trabalhadoras era intensificada pela falta de mecanismos institucionais de proteção, consolidando um sistema que naturalizava a precarização e a desigualdade. Outro fator que acentuava a situação de fragilidade das operárias têxteis era a

precariedade habitacional. Muitas empresas forneciam alojamentos inadequados, perpetuando um ciclo de dependência e exploração. A dificuldade de acesso a condições dignas de moradia reforçava a vulnerabilidade dessas mulheres, tornando ainda mais complexa a sua inserção social e profissional.

Além das adversidades no trabalho e na habitação, as operárias enfrentavam obstáculos no acesso à educação e na conciliação entre a jornada laboral e as responsabilidades domésticas. A falta de instrução formal limitava suas oportunidades de ascensão profissional, enquanto a sobrecarga imposta pela dupla jornada comprometia ainda mais sua qualidade de vida. Os estudos voltados à história do operariado feminino no Maranhão têm sido fundamentais para dar visibilidade a essas trajetórias e às estratégias de resistência das trabalhadoras.

O trabalho pioneiro de Maria Cristina Pereira de Melo, especialmente em sua obra *O Bater dos Panos* (1990), oferece um entendimento das dinâmicas locais da industrialização no Maranhão. A autora examina profundamente a fábrica têxtil Santa Efigênia, que funcionou de 1880 a 1960 em São Luís, estabelecendo uma conexão entre a economia maranhense e os processos históricos nacionais e internacionais. A partir dessa análise, Melo reflete sobre a inserção de São Luís nas grandes transformações econômicas do Brasil e do mundo, além de abordar a condição das mulheres na industrialização regional, um tema até então pouco explorado na historiografia econômica do Maranhão. Ao dialogar com a tese de Jerônimo Viveiros, a autora revela como a industrialização no Maranhão seguiu um padrão típico das economias periféricas dentro do capitalismo global. Sua pesquisa é pioneira ao evidenciar a exploração do trabalho feminino nas indústrias maranhenses e ao destacar a participação significativa das mulheres nesse processo. A dissertação não apenas revisa a historiografia sobre a industrialização no Maranhão, mas também abre novas perspectivas para estudos sobre a atuação feminina e sua resistência frente às precárias condições de trabalho nas fábricas locais.

Dentro desse contexto de exploração e resistência, o livro *Maria por Maria*, de Euclides Moreira Neto, oferece uma narrativa reveladora sobre a vida e a militância de Maria José Aragão, figura de destaque no cenário político e social do Maranhão. A obra traça o percurso de Maria Aragão, desde suas origens humildes até sua

trajetória como militante comunista, negra, médica e ativista, sempre comprometida com a luta pelos direitos dos trabalhadores e das mulheres. Um dos aspectos mais notáveis de sua vida foi sua atuação à frente do jornal *Tribuna do Povo*, veículo de comunicação que se tornou um importante instrumento na denúncia das condições de vida e trabalho da população maranhense, especialmente no que tange à opressão das mulheres no contexto da industrialização.

Em seu trabalho na *Tribuna do Povo*, Maria Aragão utilizou o jornal para dar voz àquelas que eram silenciadas pela sociedade, como as trabalhadoras têxteis nas fábricas de São Luís, Codó e Caxias. A maioria dessas mulheres eram negras e indígenas, muitas das quais haviam acabado de sair do sistema escravagista, enfrentando condições de trabalho extremamente precárias, com longas jornadas, salários baixos e uma profunda exploração dentro do sistema capitalista que se consolidava no Brasil. Através das páginas do *Tribuna do Povo*, Maria Aragão denunciou as injustiças impostas a essas trabalhadoras, revelando como a industrialização, longe de ser um fator de emancipação, contribuía para a intensificação das desigualdades sociais, econômicas e de gênero, conforme pode ser observado no seguinte trecho do jornal *Tribuna do Povo*:

> Operária Têxtil sem Assistência:
>
> A operária Maria José Câmara, tecelã da Sta. Isabel vive doente e sem amparo ou assistência.
> Em consequência de seu estado de saúde, falta muitas vezes ao serviço. Quando volta perdeu sua máquina e fica suplente, conforme a praxe nas empresas. A operária já tem passado dois meses sem poder trabalhar. Há seis dias a operária sentiu-se mal na fábrica e caiu ao pé da máquina em que trabalhava. A empresa nem o transporte providenciou para levá-la para casa. Um dos chefes da empresa a quem ela pediu que a mandasse levar, respondeu-lhe que nada tinha haver com o seu transporte. O médico da empresa que no momento não se encontrava presente, ainda não foi visitá-la. Esta operária que assim vive sem assistência, trabalha há 14 anos na indústria têxtil dos quais 11 na Sta. Isabel (*Tribuna do Povo, setembro de 1945) .*

A relação entre a luta das mulheres operárias nas fábricas têxteis de São Luís, Codó e Caxias e as denúncias feitas por Maria Aragão no *Tribuna do Povo* foi um reflexo de como a resistência das trabalhadoras foi articulada com uma compreensão mais ampla da exploração do trabalho e das estruturas de poder

vigentes. Tal nos permite compreender de forma mais rica e detalhada dentro do contexto social e político do Maranhão a importância da militância feminina na construção de um movimento popular e de resistência. O trabalho de Maria Aragão e da *Tribuna do Povo* se entrelaça com a análise das condições de trabalho nas fábricas têxteis, mostrando como a luta das mulheres se deu não apenas no espaço privado das casas, mas também no espaço público e nas trincheiras da imprensa.

Os ciclos do algodão maranhense viram o surgimento de indústrias fabris no Estado, as quais acompanharam o desempenho das exportações primárias, de alguma forma, em seu desenvolvimento e decadência (VIVEIROS, 2014). Segundo (MELO,1990, p. 34):

> A desorganização definitiva da grande exploração algodoeira, em razão da abolição do trabalho escravo, levou os detentores dos capitais a buscar como alternativa de acumulação, a atividade industrial têxtil. Contavam, para isso, com condições especiais de matéria-prima, disponibilidade de capital e, em certa medida, existência de uma população urbana relativamente significativa, além da tecnologia têxtil encontrar-se à disposição do mercado internacional.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o Maranhão vivenciou a instalação de diversas fábricas têxteis, impulsionadas por investimentos oriundos do capital comercial. Esse setor foi financiado por um sistema de crédito sustentado pelas casas de exportação, que direcionavam recursos para a expansão industrial. Em áreas mais distantes, como Caxias e Codó, os investimentos partiram diretamente dos grandes proprietários rurais, os quais mantinham estreitas relações com as redes comerciais em formação na região (ANDRADE, 2010).

> Em 1888, a abolição da escravidão representaria o golpe de misericórdia sobre os barões do algodão, conseqüentemente, sobre a economia algodoeira exportadora. Como resultado, a maioria dos proprietários de terras investiu seus recursos em atividades comerciais e colocou suas terras sob sistemas de produção semi-feudais. O terceiro, a migração nordestina iniciada com a libertação dos escravos, chegando ao ápice na década de 50 (século XX); ocupou amplos espaços, sobretudo no Vale do Mearim, onde o algodão foi plantado em caráter de subsistência e em consórcio com o arroz, o feijão, o milho e a mandioca (OLIVEIRA, p. 47).

A citação de Oliveira (2007) evidencia as transformações estruturais na economia algodoeira maranhense após a abolição da escravidão, ressaltando o impacto desse processo sobre os grandes proprietários de terras e a reconfiguração

dos sistemas produtivos. A migração nordestina e a transição do cultivo do algodão para um modelo de subsistência, associado a outras culturas agrícolas, refletem as mudanças na organização do trabalho e na estrutura fundiária da região. Esse contexto demonstra como a abolição não apenas desarticulou a economia algodoeira voltada para a exportação, mas também redefiniu as dinâmicas produtivas e sociais, promovendo uma adaptação dos antigos latifúndios a novas formas de exploração da terra. O processo de industrialização da capital, no período republicano, representou uma tentativa de modernização econômica diante das transformações ocorridas no Maranhão. Nesse contexto, Zenkner (2021, p. 89) destaca:

> Com a República, a industrialização começou a se desenvolver. Em 1890, foi inaugurada a primeira fábrica de tecidos da capital, denominada "Camboa do Mato", seguida de outras que vieram formando um importante parque industrial na cidade. Nesta época, São Luís passou a agregar mais um papel, o de cidade-capital industrial da sua região, passando a ser também chamada de "Manchester do Norte". Embora pouco a pouco estivesse se instalando uma crise econômica no novo estado do Maranhão, graças à produção algodoeira, essa estava camuflada pelo surto industrial no ramo têxtil.

Esse panorama evidencia como a industrialização emergiu como uma tentativa de reconfiguração econômica diante do declínio da economia algodoeira, conferindo à capital maranhense um novo protagonismo regional. No entanto, apesar do crescimento do setor têxtil, a crise estrutural do Maranhão continuava a se aprofundar, sinalizando que a industrialização, embora significativa, não foi capaz de compensar as perdas decorrentes da desarticulação da produção algodoeira. Assim, a aparente prosperidade industrial mascarava desafios econômicos mais amplos, evidenciando os limites do surto industrial no estado.

A constituição da força de trabalho na indústria têxtil maranhense ocorreu em meio à transição do sistema escravista para o assalariado. Os indivíduos recém-libertos, sem acesso a terras ou meios produtivos próprios, encontraram na venda de sua força de trabalho a única alternativa de sobrevivência. Dentro desse grupo, as mulheres representavam uma parcela significativa dos operários fabris, sendo a maioria proveniente do sistema escravista. De acordo com Melo (1990), elas compunham aproximadamente 70% do total de trabalhadores em uma das

principais fábricas da época, sugerindo que essa predominância feminina se repetia em outras unidades produtivas.

As condições enfrentadas por essas operárias eram extremamente adversas. Relatos de periódicos da época denunciam longas jornadas de trabalho, salários insuficientes e frequentes episódios de maus-tratos e assédio, revelando a vulnerabilidade a que estavam submetidas. A exploração do trabalho feminino se intensificava devido à falta de regulamentação e de qualquer tipo de proteção institucional, tornando essas mulheres ainda mais suscetíveis à precarização.

No campo da historiografia maranhense, destaca-se a contribuição de Maria de Lourdes Lauande Lacroix, cuja obra *São Luís do Maranhão, Corpo e Alma* (2020), oferece uma leitura densa e sensível da formação urbana e social da capital maranhense, articulando documentação histórica, iconografia e memória coletiva. Sua abordagem, marcada pela atenção às permanências e transformações estruturais da cidade, complementa os estudos voltados às experiências sociais das classes populares, nesse sentido, dialoga com pesquisas como a de Maria da Glória Correia, em seu estudo N*os fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX (2006)*, analisou as condições laborais das operárias têxteis no Maranhão, destacando suas estratégias de resistência e formas de organização. A classe trabalhadora era majoritariamente composta por indivíduos empobrecidos das áreas urbanas, enquanto um número reduzido de migrantes ocupava postos especializados. O sistema fabril impunha diversas formas de exploração extrema, incluindo a oferta de moradia precária, adiantamentos financeiros e pagamento em mercadorias, mecanismos que perpetuavam a dependência do trabalhador em relação à fábrica. No caso das mulheres, essa exploração era agravada pelas relações de gênero desiguais, que impunham obstáculos adicionais à sua mobilidade social.

A dissertação de Danielle Nogueira Magalhães, intitulada *Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado (2021)*, oferece uma contribuição essencial para os estudos sobre a indústria têxtil no Maranhão, com um enfoque especial nas cidades de Caxias e Codó. A pesquisa investiga o legado das primeiras fábricas de tecidos implantadas entre os séculos XIX e XX, ressaltando a

importância cultural desses remanescentes industriais e a necessidade de sua preservação.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, a autora apresenta uma contextualização histórica da indústria têxtil no Maranhão, analisando o desenvolvimento dessas fábricas em relação ao cenário nacional e internacional. A dissertação destaca a formação do parque industrial têxtil maranhense, abordando aspectos como a arquitetura fabril, a evolução técnica e tecnológica da produção de tecidos e a composição da paisagem urbana.

Há que se mencionar o trabalho de Rosário de Maria Carvalho Silveira, *Trabalho e Condição Feminina em São Luís na Virada do Século (1880-1910), a situação do operariado feminino*, que aborda as condições laborais das operárias têxteis em São Luís no período, enfatizando a exploração a que estavam submetidas, caracterizada por jornadas extenuantes, remuneração insuficiente e ambientes de trabalho insalubres. A autora também aborda a dupla jornada enfrentada por essas mulheres, que precisavam conciliar o trabalho fabril com as responsabilidades domésticas, o que intensificava a sobrecarga física e emocional imposta a elas.

Adicionalmente, Silveira destaca a estigmatização social das operárias, frequentemente associadas à prostituição e à perda da honra devido ao trabalho em espaços públicos e mistos. Essa percepção moralista da sociedade ludovicense em relação ao trabalho feminino nas fábricas reflete os mecanismos patriarcais de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres. A estigmatização não apenas reforçava a marginalização das operárias, mas também servia como um instrumento de manutenção das hierarquias de gênero, limitando suas possibilidades de mobilidade social e autonomia.

A obra de Rosário de Maria Carvalho Silveira evidencia as condições precárias de trabalho das operárias têxteis, a superexploração capitalista agravada pelas desigualdades de gênero e as estratégias de resistência adotadas por essas mulheres para enfrentar os desafios impostos pela dupla jornada de trabalho e pela dominação patriarcal. Esse trabalho contribui para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de exploração e resistência que marcaram a experiência

das mulheres operárias no contexto da modernização em São Luís no final do século XIX e início do XX.

A pesquisa se vale de metodologias variadas, como o registro e análise da memória oral, levantamento de dados históricos e estudo detalhado das edificações industriais ainda remanescentes. Entre os complexos industriais analisados, encontram-se a Companhia Industrial Caxiense, a Companhia União Caxiense e a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM), cujas estruturas representam um importante patrimônio cultural. Nela, discutem-se os valores culturais associados a essas fábricas, tanto em seus aspectos tangíveis, como a arquitetura e a tecnologia empregada, quanto nos intangíveis, como a memória coletiva dos trabalhadores. Essa análise contribui para a compreensão da relevância desses complexos industriais como documentos históricos e culturais, reforçando a necessidade de ações de preservação e valorização desse legado.

Ao analisar diferentes contextos regionais sobre mulheres operárias, verifica-se que, além das dificuldades comuns a todos os trabalhadores como longas jornadas, baixos salários e ambientes insalubres, as mulheres enfrentavam desafios específicos relacionados à sua condição de gênero. A superexploração capitalista se manifestava de maneira ainda mais acentuada sobre as operárias, incorporando também mecanismos patriarcais de dominação, que buscavam controlar seus corpos e comportamentos. Ademais, a dupla jornada de trabalho, dividida entre as exigências do emprego fabril e as responsabilidades domésticas, reforçava a sobrecarga imposta às mulheres e influenciava suas estratégias de resistência e emancipação.

A historiografia econômica de gênero constitui-se como um campo crítico fundamental para a compreensão das desigualdades estruturais nas relações de trabalho sob o capitalismo, revelando como a opressão das mulheres se articula historicamente com os processos de acumulação e dominação de classe. A partir de uma abordagem interdisciplinar e interseccional, essa historiografia ilumina a trajetória das mulheres operárias, frequentemente invisibilizadas pelas narrativas tradicionais, expondo a exploração e marginalização que marcam sua inserção no mercado laboral, especialmente nos setores fabris como o têxtil. A análise histórica evidencia que, desde o século XIX, o trabalho feminino foi apropriado de forma

intensiva e desvalorizada, articulando baixos salários, dupla jornada e estigmatização social. Pensadoras como Vogel, Federici, Hooks, Collins e Hartmann oferecem chaves teóricas indispensáveis para compreender essa opressão em múltiplas dimensões, enquanto pesquisas regionais como as de Maria Cristina Pereira de Melo e Maria da Glória Correia evidenciam a particularidade da experiência das operárias no Maranhão, reafirmando o papel ativo das mulheres nas lutas por direitos e melhores condições de vida. A integração entre crítica marxista, teoria feminista e história social revela, portanto, não apenas a centralidade do trabalho feminino na dinâmica do capital, mas também a potência histórica da resistência das mulheres enquanto sujeitas coletivas de transformação.

3. INDÚSTRIA BRASILEIRA, ORIGENS E DESENVOLVIMENTO, SÉCULOS XIX E XX

Este capítulo investiga as origens e o desenvolvimento da indústria brasileira entre os séculos XIX e XX, com base na tipologia de Wilson Suzigan, que identifica quatro correntes explicativas: choques externos, exportações primárias, capitalismo tardio e políticas estatais. Seu objetivo é compreender as dinâmicas históricas que impulsionaram ou limitaram a industrialização nacional, articulando diferentes interpretações historiográficas com dados empíricos dos censos industriais de 1920 e 1940. A análise destaca o crescimento da indústria têxtil, a concentração regional dos investimentos e as transformações na força de trabalho. Nele também observa-se o caso do Maranhão como exemplo de industrialização periférica, marcada por limitações estruturais e pela necessidade de estudos específicos sobre a participação feminina.

3.1. Algumas interpretações preliminares

As origens da industrialização no Brasil remontam à segunda metade do século XIX, período ainda marcado pela vigência do trabalho escravo e por uma estrutura de propriedade dos meios de produção amplamente desfavorável à emergência de um setor industrial autônomo. Embora este tema extrapole os limites analíticos do presente trabalho, é necessário reconhecer que a historiografia econômica brasileira tem se debruçado extensamente sobre o processo de constituição da indústria nacional, oferecendo interpretações diversas a partir de diferentes matrizes teóricas.

Uma das sistematizações mais abrangentes dessas interpretações foi realizada por Wilson Suzigan (2000), com base em sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Londres em 1985. No primeiro capítulo da obra, Suzigan classificou as principais abordagens sobre a gênese e o desenvolvimento da indústria brasileira em quatro grandes correntes explicativas, cada uma ancorada em tradições historiográficas específicas.

1. Industrialização induzida por choques externos – Derivada do pensamento estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL - ECLAC), particularmente das obras de Celso Furtado e Raul Prebisch, essa vertente sustenta que eventos exógenos – como as guerras mundiais, a crise de 1929 e as flutuações no comércio internacional – geraram rupturas nos fluxos de importação, incentivando a substituição de importações e, com isso, impulsionando a instalação de indústrias nacionais. A escassez de produtos externos teria assim criado oportunidades para o crescimento do parque industrial brasileiro, especialmente no setor de bens de consumo não duráveis.

2. Industrialização via exportações primárias – Influenciada por interpretações histórico-estruturais do desenvolvimento, esta corrente destaca a importância das exportações de produtos primários, especialmente o café, na viabilização do processo industrial. Autores como Caio Prado Júnior e Sérgio Silva argumentam que os excedentes gerados pela atividade exportadora foram reinvestidos na economia interna, favorecendo a formação de infraestrutura, o surgimento de instituições bancárias e o fortalecimento de um empresariado que transitou progressivamente para o setor industrial.

3. Capitalismo tardio – Essa abordagem, formulada por João Manoel Cardoso de Mello, situa o processo de industrialização brasileiro no marco de uma inserção periférica e tardia do país no sistema capitalista mundial. A partir do conceito de “capitalismo tardio”, Mello argumenta que o Brasil pôde incorporar técnicas e formas de organização da produção já consolidadas nos centros industrializados, o que permitiu um desenvolvimento industrial relativamente acelerado, embora marcado pela dependência tecnológica e pela heterogeneidade estrutural. Nessa perspectiva, a constituição do mercado interno e a formação de uma burguesia industrial foram processos condicionados por essa temporalidade histórica específica.

4. Políticas deliberadas do Estado – De inspiração institucionalista, esta corrente destaca a atuação do Estado brasileiro, desde o período imperial, como

agente ativo no estímulo à industrialização. Estudos de Maria Teresa Versiani e Flávio Rabelo Versiani evidenciam que, já no século XIX, medidas como tarifas alfandegárias protetoras, concessão de privilégios industriais e estímulos à navegação e ao transporte foram adotadas com o intuito de fomentar a produção manufatureira nacional. Ao longo do século XX, essa intervenção estatal se intensificou por meio de investimentos em infraestrutura, criação de instituições de crédito e fomento, e políticas industriais deliberadas, consolidando-se como um dos pilares da modernização econômica brasileira.

Estas quatro vertentes interpretativas não devem ser compreendidas como mutuamente excludentes; ao contrário, em muitos casos se complementam ou se sobrepõem, revelando a complexidade do processo histórico de industrialização no Brasil. A sistematização proposta por Suzigan permanece como uma referência fundamental para a análise crítica das diferentes leituras que a historiografia econômica nacional construiu ao longo do tempo. O Quadro 1 oferece uma visualização integrada das perspectivas sobre as origens e desenvolvimento da indústria brasileira.

Quadro 01: Interpretações da Industrialização Brasileira

Corrente Explicativa	Descrição	Origem Historiográfica	Principais Autores	Aspectos Destacados
Industrialização induzida por choques externos	Argumenta que o Brasil passou por um processo de industrialização devido a choques exógenos, como guerras, crises financeiras e mudanças no comércio mundial.	Teoria estruturalista, influenciada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e a visão de dependência.	Celso Furtado, Raul Prebisch	Choques internacionais (guerras, crises) forçaram a substituição de importações e incentivaram o crescimento da indústria de bens de consumo no Brasil.
Industrialização via exportações primárias	Argumenta que as exportações de produtos primários, como o café, geraram capital que foi reinvestido na economia interna, incentivando a industrialização.	Escola econômico-histórica, com forte influência das análises de Caio Prado Júnior sobre a formação da economia brasileira.	Caio Prado Júnior, Sérgio Silva	A exportação de produtos primários (café) gerou excedentes financeiros que financiaram a industrialização e impulsionaram a formação de um empresariado

				nacional.
Capitalismo tardio	A industrialização no Brasil é entendida como um processo tardio em relação aos países desenvolvidos, permitindo a adoção de tecnologias e práticas industriais mais avançadas.	Influência do marxismo ocidental, análise de dependência e inserção tardia no capitalismo global.	João Manoel Cardoso de Mello	O Brasil, ao se inserir tardiamente no capitalismo global, pôde adotar práticas industriais modernas, mas com dependência tecnológica dos países centrais.
Políticas deliberadas do Estado	Defende que o Estado brasileiro, desde o período imperial, adotou políticas deliberadas para promover a industrialização, como tarifas protecionistas e fomento à infraestrutura.	Perspectiva institucionalista, com base nos estudos sobre a atuação do Estado no desenvolvimento econômico.	Maria Teresa Versiani, Flávio Rabelo Versiani	A ação estatal, através de tarifas protecionistas, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, foi essencial para a criação e diversificação do setor industrial.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de Suzigan (2000).

A industrialização brasileira apresenta uma trajetória complexa, marcada por fases distintas de crescimento e transformações estruturais. Conforme demonstra Wilson Suzigan (2000), a dinâmica da indústria de transformação entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX esteve fortemente vinculada ao desempenho do setor exportador. Após ampla pesquisa empírica envolvendo capital investido, capacidade instalada, volume de produção e concentração industrial regional, o autor conclui que:

> O investimento na indústria de transformação estava diretamente relacionado ao desempenho do setor exportador até 1913, e em menor grau até 1929. Essa relação foi interrompida a partir da década de 1930, quando o crescimento da renda interna em atividades econômicas ligadas ao mercado interno substituiu a demanda externa como principal determinante da acumulação de capital industrial (SUZIGAN, 2000, p. 363).

O padrão de crescimento industrial brasileiro sofreu uma inflexão decisiva a partir da década de 1930, quando o mercado interno e a expansão da renda doméstica passaram a constituir os principais vetores de acumulação de capital, substituindo progressivamente o setor agroexportador como núcleo dinâmico da economia nacional (SUZIGAN, 2000). No entanto, as raízes desse processo são mais remotas e remontam ao Segundo Reinado (1840–1889), período em que se observa a emergência de núcleos industriais nas principais províncias do Império.

Esse movimento foi favorecido por fatores conjunturais e institucionais. A caducidade dos tratados comerciais firmados com a Inglaterra em 1810 abriu espaço para uma maior autonomia na formulação de políticas alfandegárias. Em 1844, a promulgação das Tarifas Alves Branco representou uma primeira tentativa sistemática de proteção à indústria nascente, ao estabelecer tarifas de até 30% sobre produtos manufaturados estrangeiros, com destaque para os tecidos de algodão (FAUSTO, 1995; PRADO JÚNIOR, 1945). A esse respeito, Stein (1979, p. 26) observa que:

> Depois de 1808, muitos brasileiros libertaram-se dos estreitos horizontes intelectuais das leis romanas, dos tratados religiosos e clássicos e das academias poéticas do século XVIII, convertendo-se às ideias de Smith, List, Carey, McCulloch e Bastiat. Um dos subprodutos dessa imigração de ideias estrangeiras foi a promulgação da tarifa protecionista de 1844 (Alves Branco)

Segundo o autor, embora promulgada como retaliação às barreiras impostas pelo Reino Unido ao açúcar brasileiro, a tarifa abriu espaço para que os protecionistas formulassem e defendessem novas concepções econômicas. A proteção tarifária durou pouco, mas o princípio protecionista persistiria nas décadas seguintes, influenciado pelas crises comerciais de 1857 e 1864 e pelo fim do tráfico de escravizados em 1850.

Apesar da proteção tarifária e da propagação de ideologias favoráveis ao desenvolvimento industrial, a indústria manufatureira nacional manteve-se em posição marginal frente à hegemonia da agricultura. Como sintetiza Stein (1979, p. 29):

> A despeito da vontade de alguns de precipitar a indústria manufatureira nacional através de favores governamentais e outros estímulos oficiais, as fábricas brasileiras não passavam de um 'acidente' e a exposição demonstrara que a agricultura era 'a grande, a verdadeira indústria nacional'.

Contudo, mesmo com os limites estruturais como a vigência do trabalho escravo até 1888, a frágil formação de capitais e a reduzida base tecnológica houve expansão de setores específicos como a indústria têxtil, a cervejaria, os calçados e a metalurgia. A modernização da agroindústria açucareira na década de 1870, com a introdução das usinas, também exemplifica o potencial de incorporação de técnicas produtivas modernas. Borja de Castro, citado por Stein (1979), reconhecia que o país ainda não reunia todas as condições para se tornar uma nação industrial, mas via nas experiências fabris um sinal promissor do potencial produtivo do Brasil.

Nesse contexto, a industrialização brasileira da Primeira República não se deu de forma espontânea ou uniforme, mas resultou de múltiplas tensões entre o legado colonial-escravista e as exigências de um novo modelo econômico. A consolidação de um mercado interno e o avanço das ideias desenvolvimentistas no início do século XX criaram as bases para a industrialização por substituição de importações que se intensificaria após 1930, conforme também discutido por Furtado (2007).

O desenvolvimento industrial foi limitado por diversos fatores. O caráter escravista da economia brasileira restringia o mercado consumidor interno, desestimulava a introdução de novas técnicas produtivas e comprometia a formação de capital. Soma-se a isso a baixa presença de investimentos estrangeiros diretos na indústria de transformação (FURTADO, 2007). As atividades industriais concentraram-se em algumas regiões, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. No caso fluminense, empresas fundadas antes de 1890 detinham parcela significativa do capital industrial do país, mas perderam protagonismo em função da decadência do Vale do Paraíba e do avanço da economia paulista (CANO, 2007).

A industrialização em São Paulo foi alavancada pela expansão da cafeicultura e assumiu a forma de um desenvolvimento retardatário, caracterizado pela adoção de tecnologias modernas e salto de etapas históricas (TAVARES, 1972). Grandes estabelecimentos industriais, já mecanizados, dominaram o setor, concentrando capital, força de trabalho e valor agregado da produção. Ressalta-se, no entanto, que os dados estatísticos disponíveis apresentam limitações. O censo industrial de 1920, por exemplo, excluía estabelecimentos com menos de cinco empregados, o que tende a superestimar a participação das grandes empresas (SUZIGAN, 2000).

A relação entre agroexportação e industrialização foi determinante até o início da década de 1930. Antes da Primeira Guerra Mundial, o crescimento industrial brasileiro pode ser compreendido à luz da teoria do crescimento induzido por exportações de produtos básicos, como café e algodão. O dinamismo do setor exportador impulsionou investimentos em atividades industriais complementares, como a produção de bens de consumo, insumos e o beneficiamento de produtos exportáveis. Parte dos recursos oriundos das exportações foi direcionada a investimentos urbanos e em infraestrutura, em grande medida financiados pelo Estado (DEAN, 1971).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), o padrão de crescimento industrial sofreu alterações significativas. A escassez de bens importados e de matérias-primas levou à diversificação da produção interna e ao surgimento de novos segmentos industriais, como cimento, aço, papel, borracha, produtos químicos e bens de capital (SUZIGAN, 2000; FURTADO, 2007). Na década de 1930, com a crise do setor exportador decorrente da Grande Depressão de 1929, o dinamismo da indústria passou a depender não apenas da capacidade de importação, mas sobretudo do crescimento da renda interna e das políticas de substituição de importações, marcando um novo padrão de desenvolvimento.

A década de 1930 representou, portanto, um ponto de inflexão na transição do Brasil para uma economia industrializada. Contudo, essa transição já estava em curso desde os anos 1920, com a diversificação das bases produtivas e a ampliação do mercado interno. A consolidação desse processo, incluindo a produção de insumos e bens de capital, se completaria apenas no final da década de 1950, com a intensificação do modelo de industrialização por substituição de importações.

De maneira geral, a análise das quatro correntes explicativas sobre a industrialização no Brasil, quando contextualizada sob a perspectiva do sentido da colonização (PRADO JÚNIOR, 1945), revela a continuidade das dinâmicas de dependência e subordinação que marcaram a história econômica do país desde o período colonial. A abordagem que atribui a industrialização aos choques externos reflete, em grande medida, a vulnerabilidade estrutural do Brasil à economia global, herdada da sua condição de colônia. Durante o período colonial, o Brasil foi inserido no sistema de produção global como uma simples exportadora de produtos primários, e, com a industrialização, esse processo não se desvincula dessa dinâmica. Os choques externos, como as guerras mundiais ou as crises econômicas globais, impuseram rupturas no fluxo de importações e forçaram o país a produzir internamente, mas sempre em função de pressões externas. Assim, a industrialização brasileira, impulsionada por esses choques, pode ser vista como uma adaptação às imposições de um sistema capitalista global, reforçando a ideia de um desenvolvimento periférico, ainda subordinado às vontades de potências estrangeiras.

Por outro lado, a explicação que enfoca as exportações primárias como motor do processo industrial também revela a herança colonial da economia brasileira, que

sempre se baseou na produção e exportação de commodities. A indústria, neste contexto, surge como um desdobramento da lógica colonial de exploração de recursos naturais e mão de obra barata, mas voltada para atender a mercados externos. A dependência de produtos como o café, que durante muito tempo foi o principal produto de exportação, reflete a continuidade da estrutura de colonização, onde o Brasil era dependente das flutuações do mercado global para sustentar sua economia. A estratégia de desenvolvimento centrada nas exportações primárias reforça essa lógica de um país que, ao invés de diversificar sua economia de forma autônoma, investia nas exportações para gerar recursos que viabilizassem a industrialização, sem jamais romper com a sua condição periférica. Já as explicações relacionadas ao capitalismo tardio e às políticas deliberadas do Estado podem ser compreendidas como tentativas de superar a dependência colonial, com o Brasil tentando adotar uma postura mais ativa e nacionalista para fortalecer sua indústria interna. O capitalismo tardio, ao possibilitar a adoção de tecnologias mais avançadas, e as políticas de fomento industrial, com a implementação de tarifas e incentivos fiscais, foram estratégias de recuperação da soberania econômica, mas sempre dentro de um contexto de subordinação global que ainda marca as trajetórias do país. Dessa forma, a industrialização no Brasil, mesmo com suas tentativas de autonomia, ainda é atravessada pelas marcas da colonização, com um desenvolvimento pautado, em grande parte, pelas exigências do mercado global e pela estrutura de dependência histórica do país.

3.2. Uma observação empírica: os censos industriais do IBGE, 1920 e 1940

A análise estatística da atividade industrial brasileira exige uma distinção preliminar entre dois tipos principais de fontes: os dados obtidos nos Censos Industriais, que buscam abranger a totalidade dos estabelecimentos produtivos formais em um determinado ano, e as informações coletadas nos períodos intercensitários, baseadas em amostras menos abrangentes e com menor grau de cobertura setorial (SOUZA; PREVIDELLI, 2020).

O primeiro recenseamento populacional brasileiro ocorreu em 1872. Contudo, apenas em 1920 foi realizado o primeiro Censo Industrial nacional com abrangência significativa, ainda que levantamentos anteriores como os de 1907 e 1912 tenham buscado mapear, ainda que parcialmente, a estrutura da indústria brasileira. Um dos principais entraves metodológicos desses registros iniciais dizia respeito à

delimitação entre unidades industriais e pequenas oficinas artesanais, como alfaiatarias, ateliês de costura e consertos de equipamentos. Tal imprecisão gerou dificuldades na apresentação dos resultados e motivou, nos censos posteriores, a adoção de critérios conceituais mais claros (IBGE, 1987).

Essa imprecisão conceitual resultou em expressiva divergência nos dados sobre a força de trabalho industrial. Enquanto o Censo Demográfico de 1920 registrava aproximadamente 980 mil pessoas ocupadas na produção de manufaturas, o Censo Industrial contabilizava apenas 350 mil. A discrepância é atribuída, em grande medida, à inclusão, no censo demográfico, de categorias como alfaiates e costureiras, tradicionalmente não contabilizadas como força de trabalho industrial formal (SOUZA; PREVIDELLI, 2020). Outro fator a ser considerado diz respeito aos anos de referência adotados nos censos industriais. Até meados do século XX, as estatísticas industriais eram escassas e pouco sistematizadas. Conforme demonstrado na Tabela 1, os anos de coleta e os anos de referência dos censos nem sempre coincidem, o que pode gerar dificuldades na análise comparativa de séries históricas (IBGE, 1987).

Tabela 01: Brasil, censos 1920 - 1980

Ano do Censo	Ano de referência
1920	1919
1940	1939
1950	1949
1960	1959
1970	1970
1975	1975
1980	1980

Fonte: IBGE, 1987.

Até 1950, as únicas estatísticas com certa regularidade sobre a produção fabril provinham do Imposto de Consumo. Somente a partir de 1938, com a obrigatoriedade do envio anual de boletins de produção ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio (DNIC), foi possível reunir informações mais detalhadas

sobre o desempenho industrial. A partir de 1944, o IBGE iniciou a realização de inquéritos econômicos anuais, complementados por dados de associações setoriais e de órgãos estatais, permitindo o acompanhamento mais preciso da evolução industrial nas décadas subsequentes.

No final da década de 1960, o monitoramento da atividade industrial passou por reformulação metodológica, com a divulgação de índices mensais de produção e dados setoriais anuais, ampliando a capacidade analítica sobre o setor (IBGE, 1987).

Dessa forma, a observação empírica dos dados oriundos dos Censos Industriais de 1920 e 1940[13] tende a corroborar as interpretações desenvolvidas por Wilson Suzigan (2000), no sentido de que, até 1930, o desenvolvimento da indústria brasileira esteve estreitamente vinculado ao desempenho do setor exportador, e que a década de 1930 representou uma inflexão estrutural rumo à industrialização voltada ao mercado interno.

A análise da evolução da indústria têxtil no Brasil nas primeiras décadas do século XX pode ser enriquecida com base nos dados censitários e estatísticos disponibilizados pelo IBGE. A seguir, apresentam-se duas tabelas extraídas do censo industrial, que detalham o número de estabelecimentos e o capital empregado no setor têxtil nos anos de 1907, 1912 e 1920.

Tabela 02: Nº de estabelecimentos no setor têxtil no Brasil, anos selecionados

ANOS	1907	1912	1920
ESTADOS			
ALAGOAS	5	6	10
BAHIA	12	9	9
CEARÁ	4	3	4
DISTRITO FEDERAL	23	21	37
ESPÍRITO SANTO	1	1	2
MARANHÃO	11	10	9
MINAS GERAIS	37	34	59
PARÁ	-	1	1
PARAÍBA	1	-	1
PARANÁ	5	2	5

[13] É importante mencionar que os censos industriais anteriores a 1960 não fazem a distinção dos trabalhadores por idade ou gênero, também não realizando uma desagregação mais detalhada nas faixas salariais, o que reflete o viés dos órgãos estatísticos do período.

PERNAMBUCO	8	8	9
PIAUÍ	1	1	1
RIO DE JANEIRO	23	18	28
RIO GRANDE DO NORTE	1	2	1
RIO GRANDE DO SUL	8	7	7
SANTA CATARINA	12	5	17
SÃO PAULO	28	65	112
SERGIPE	4	5	7
TOTAL	184	198	319

Fonte: IBGE, 1987, p. 74

Observa-se um crescimento expressivo no número total de estabelecimentos têxteis no país, que passou de 184 em 1907 para 319 em 1920, um aumento de 73%. São Paulo lidera esse crescimento, com um salto de 28 para 112 unidades no período. O Maranhão, ao contrário, apresentou redução no número de estabelecimentos, passando de 11 em 1907 para 9 em 1920, o que pode indicar estagnação ou retração da atividade têxtil no estado.

A tabela 03 a seguir apresenta os dados de capital empregado (em contos de réis) na indústria têxtil brasileira nos anos de 1907, 1912 e 1920, bem como as variações percentuais observadas entre os períodos. A análise dos dados revela uma tendência geral de expansão dos investimentos no setor, embora com significativas disparidades regionais.

Tabela 03: Capital empregado na indústria têxtil do Brasil, anos selecionados

	CAPITAL (contos de réis)			VAR (%) CAPITAIS EMPREGADOS
ANOS	1907	1912	1920	1907 e 1912
ESTADOS				
ALAGOAS	5.489:887$	8.450:000$	15.293:870$	53,9
BAHIA	16.208:400$	18.308:882$	26. 370:365$	13
CEARÁ	2.200:000$	870:000$	2.857:000$	-60,5
DISTRITO FEDERAL	76.077:259$	73.113:276$	183.034:554$	-3,9
ESPIRITO SANTO	160:000$	400:000$	183.034:554$	150
MARANHÃO	10.030:900$	9.445:279$	183.034:554$	-5,7
MINAS GERAIS	17.734:372$	17.569:795$	183.034:554$	-0,9
PARÁ	-	600:000$	183.034:554$	-

PARAIBA	1. 778:000$	-	2.824:362$	-
PARANÁ	675:000$	830:000$	2.824:362$	23
PERNAMBUCO	19.241:660$	21.879:000$	36.564:734$	13
PIAUI	1 1.069:878$	1.130:695$	1.031:000$	5,7
RIO DE JANEIRO	45.829:457$ 4	46.780:000$	68.363:597$	2,1
RIO GRANDE DO NORTE	875:000$	3.5110:000$	2.117:500$	301,1
RIO GRANDE DO SUL	8.660:000$	11.260:000$	24.235:877$	30
SANTA CATARINA	1.692:000$	825:500$	5.364:666$	-51,1
SÃO PAULO	52.563:690$	74.398:724$	181.192:784$	41,5
SERGIPE	4.458:400$	6.131:773	11.795:899$	37,5
TOTAL	264:733:903$	295.503:036$	612.960:899$	11,6

Fonte: IBGE, 1987, p. 74

A análise dos dados demonstra uma tendência geral de crescimento no capital empregado na indústria têxtil brasileira entre 1907 e 1920, com destaque para os estados de São Paulo e Espírito Santo. Este último apresentou uma variação de 250% entre 1912 e 1920, enquanto São Paulo cresceu 143,5% no mesmo período. No entanto, o impacto relativo do crescimento paulista foi significativamente maior, dado o volume absoluto de capital empregado.

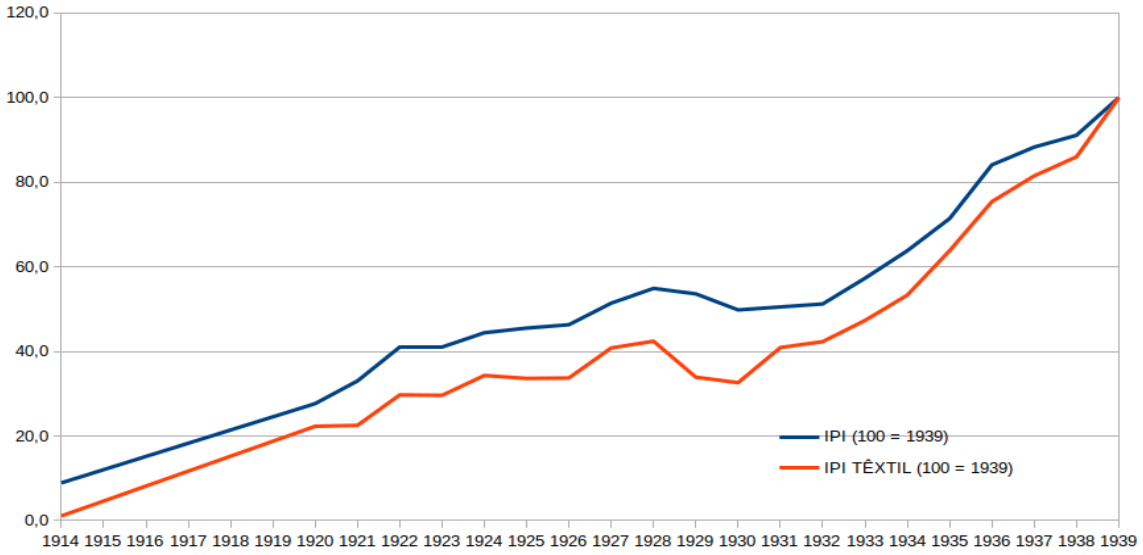
Outros estados, como Santa Catarina (549,9%) e Minas Gerais (116,2%), também apresentaram índices expressivos, embora partindo de bases distintas. Por outro lado, casos como o do Ceará revelam grande instabilidade, com queda de 60,5% entre 1907 e 1912 e subsequente crescimento de 228,4% até 1920.

O Maranhão, especificamente, apresentou um comportamento destoante: seu capital investido aumentou apenas 17,6% entre 1912 e 1920, muito abaixo da média nacional (107,4%). Esse desempenho modesto, aliado à redução no número de estabelecimentos têxteis no mesmo período, aponta para uma estagnação relativa do setor no estado. As causas possíveis incluem dificuldades estruturais, limitações no acesso a capitais e menor inserção em redes comerciais dinâmicas.

De modo geral, os dados confirmam o avanço da industrialização têxtil no Brasil nas primeiras décadas do século XX, mas também evidenciam a persistência de desequilíbrios regionais, com forte concentração dos investimentos nos estados do Sudeste.

O gráfico 1 mostra a evolução dos índices de produto industrial e industrial para o setor têxtil em base 100 para o ano de 1939, de 1914 até aquele ano;

Gráfico 01: Brasil Índices de produto industrial (IPI) e Índice de produto industrial têxtil (IPI TÊXTIL), 1914 - 1939.



Fonte: IBGE (1987).

A dinâmica dos índices IPI e IPI têxtil ao longo do período de 1914 a 1939 revela a evolução do produto no setor industrial em geral e no setor têxtil especificamente. Ambos os índices estão em uma escala de base 100 para o ano de 1939, o que permite comparar as variações relativas ao longo dos anos.

Observa-se um aumento consistente nos índices IPI e IPI têxtil ao longo do período, indicando um crescimento no setor industrial como um todo e no setor têxtil em particular. No entanto, é importante notar que o IPI têxtil apresenta uma dinâmica distinta em relação ao IPI geral. O índice IPI têxtil mostra uma tendência de crescimento mais acentuado do que o IPI geral, o que indica que o setor têxtil teve um crescimento mais significativo em comparação com outros setores industriais.

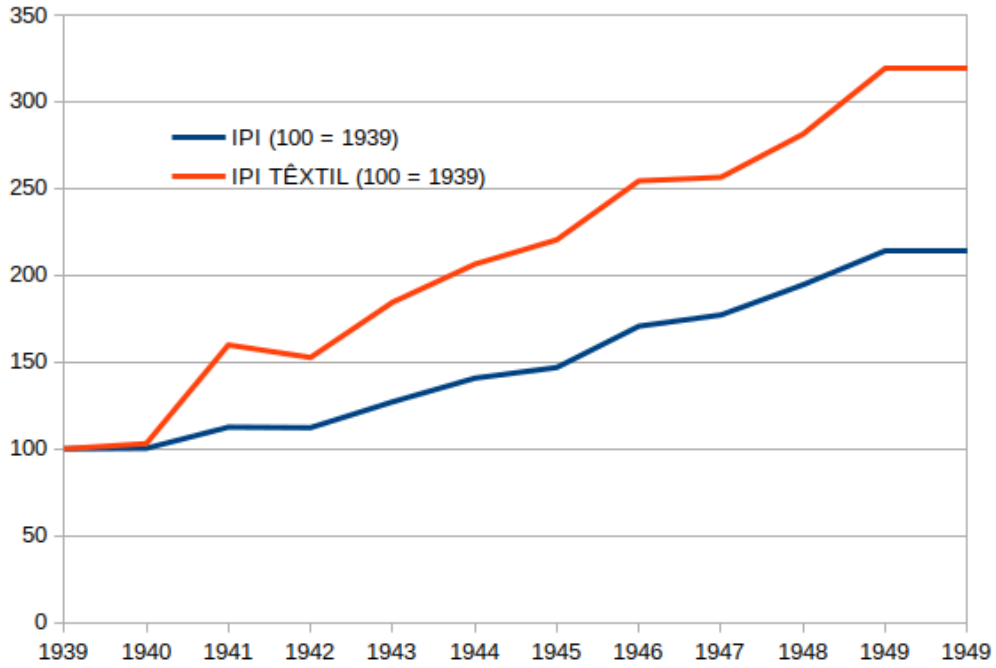
Essa dinâmica pode ser explicada por uma série de fatores. O setor têxtil pode ter experimentado um aumento na demanda, ou mudanças nas políticas governamentais específicas para esse setor. É possível que houvesse uma combinação de fatores impulsionando os preços no setor têxtil, levando a um crescimento mais rápido do que no setor industrial em geral.

À medida que analisamos a dinâmica dos índices IPI e IPI têxtil, observamos variações ao longo do período que podem ser indicativas de diferentes condições e tendências. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), por exemplo, vemos um aumento gradual nos índices, indicando um aumento do produto tanto no setor industrial em geral quanto no setor têxtil. Isso pode ser atribuído à demanda aquecida devido às necessidades de produção e suprimento durante o conflito, caracterizando o “choque externo”.

Após a guerra, durante a década de 1920, os índices continuam a subir, mas em ritmo mais lento. Esse período foi marcado por um crescimento econômico significativo em muitos países, o que pode ter impulsionado os preços no setor industrial como um todo, incluindo o setor têxtil. No entanto, a partir de meados da década de 1930, notamos uma desaceleração no crescimento dos índices e, em alguns casos, uma queda nos preços, possivelmente devido aos efeitos da Grande Depressão. A partir de 1937, observamos uma recuperação nos preços, tanto no IPI geral quanto no IPI têxtil. Isso pode ser atribuído a medidas governamentais de estímulo econômico e recuperação gradual da crise econômica mundial. No entanto, é importante destacar que os índices não retornam aos níveis pré-crise, indicando que a recuperação completa do setor industrial, incluindo o setor têxtil, ainda estava em progresso no final da década de 1930.

O gráfico 2 mostra a evolução dos índices de produto industrial e industrial para o setor têxtil em base 100 para o ano de 1939, entre aquele ano e 1949;

Gráfico 02: Brasil Índices de produto industrial (IPI) e Índice de produto industrial têxtil (IPI TÊXTIL), 1939 - 1949.

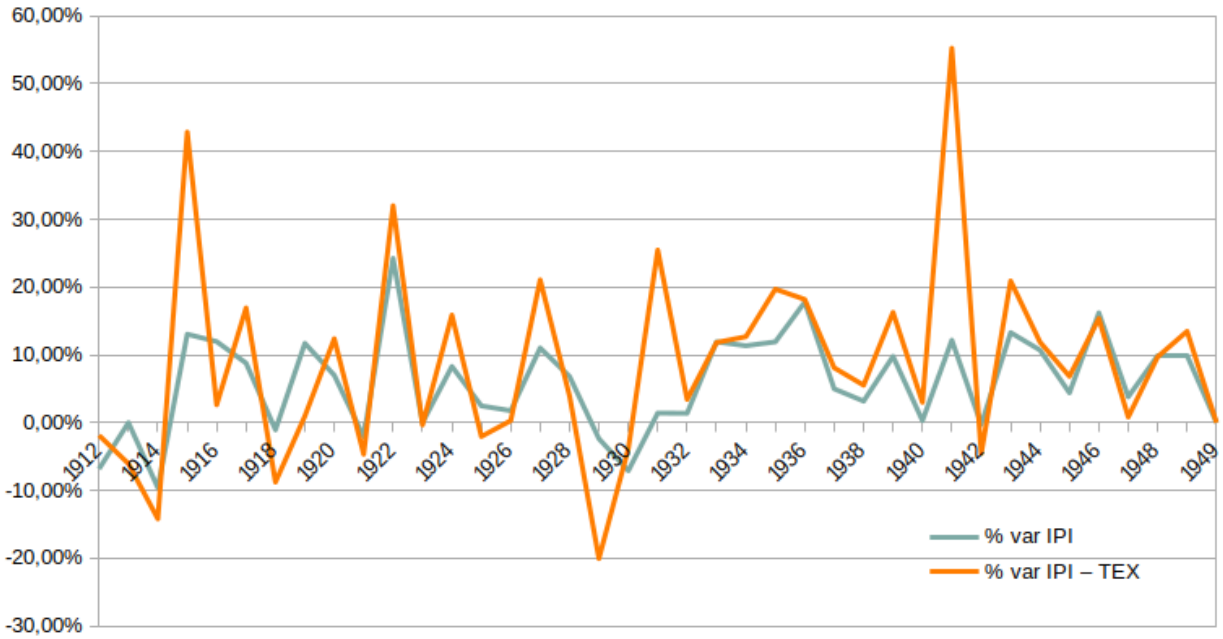


Fonte: IBGE (1987)

A partir de 1940, é notório o descolamento do setor têxtil do comportamento agregado, passando a um patamar superior em índice. Os pontos de inflexão e sela do gráfico também indicam certa coincidência entre os índices, o que seria esperado, uma vez que os têxteis são um setor componente da indústria como um todo. Contudo, o salto observado em 1940, com um breve recuo no ano seguinte, apresenta a construção de um espaço entre esse setor e os demais da indústria, até o final da década de 1940.

Cumpre ver a sensibilidade às flutuações entre o setor agregado e o têxtil no período. O gráfico 3 oferece isso para o período 1912 - 1949.

Gráfico 03: Brasil, Índices de produto industrial (IPI) e Índice de produto industrial têxtil (IPI TÊXTIL), taxas de variação percentual anual, 1939 - 1949.



Fonte: IBGE (1987).

Tanto os picos (1916, 1918, 1921, 1922, 1924, 1928, 1932, 1936, 1939, 1940, 1944, 1946 e 1948) como os vales (1914, 1917, 1929 e 1943) parecem mais íngremes ou profundos na variação do índice de produção industrial do setor têxtil do que no agregado. Isso indica uma maior sensibilidade do setor têxtil às mudanças do ambiente econômico.

O gráfico 4 mostra, em índice com base em 1913, o valor de importação de maquinário industrial para o Brasil entre 1869 e 1939. Os picos da série, no início da década de 1890, na primeira metade da década de 1910, em meados da década de 1920 e da década de 1930 refletem o caráter intermitente desses surtos de importação de tecnologia em "caixa preta", ou seja, sem possibilidade de aprendizado, reforçando o caráter tardio e dependente de nossa industrialização. A circunstância da política governamental conduzia à promoção de investimentos visando o curto prazo, sem a devida maturação que resultaria em empreendimentos de maior vida útil e rentabilidade de longo prazo, em detrimento de taxas instantâneas mais interessantes.

Gráfico 04: Brasil, índice do valor da importação, 1869 -1939 (em libras esterlinas de 1913, 1907 - 100).

Fonte: IBGE, 1987.

A tabela 4 apresenta a população total, dividida por sexo, nos setores de agricultura e indústria, para os anos de 1872, 1900 e 1920. A dobra do total (e quase o triplo no caso da indústria) em quase cinquenta anos, ainda que se leve em consideração as mudanças de metodologia de registro e cômputo dos dados e as peculiaridades que podem levar a uma subnumeração dessa categoria nos censos, mostra um crescimento significativo do nível de emprego dos setores.

Quanto à população empregada, cabe uma comparação setorial. Na agricultura, a população cresceu de 3.261 mil pessoas em 1872 para 6.377 mil pessoas em 1920. Em relação ao sexo, a maior parte da população nos três anos era composta por homens, enquanto as mulheres representavam uma proporção menor. Já na indústria, os números são escalarmente menos expressivos, mas mostram uma dinâmica mais intensiva: dos 282 mil em 1872, seriam 789 mil trabalhadores em 1920. Há também um movimento interessante, ainda que não possa ser plenamente ratificado pelo anteriormente exposto: o número de mulheres na indústria passa a ser majoritário em 1920, e cai a níveis inferiores a 1872 em

1920. De 48,94% da mão de obra industrial em 1872, as mulheres passaram a expressivos 62,31% em 1900, decaindo a menos de 13% em 1920.

A Tabela 4 apresenta os dados da população economicamente ativa nos setores agrícola e industrial no Brasil, com recorte por sexo, para os anos de 1872, 1900 e 1920. A análise mostra uma intensificação da atividade econômica nesses setores, bem como transformações relevantes na composição da força de trabalho, sobretudo no setor industrial.

Tabela 04: Brasil, população economicamente ativa por sexo, segundo os principais, setores de atividade, inativos e aposentados, anos selecionados

1.000 pessoas	total			homens			mulheres		
Setor/Ano	*1872*	*1900*	*1920*	*1872*	*1900*	*1920*	*1872*	*1900*	*1920*
Agricultura	3261	5071	6377	2296	4001	5769	965	1070	608
Industrial	282	321	789	144	121	690	138	200	99
Agricultura (%)	100,00%	100,00%	100,00%	70,41%	78,90%	90,47%	29,59%	21,10%	9,53%
Industrial (%)	100,00%	100,00%	100,00%	51,06%	37,69%	87,45%	48,94%	62,31%	12,55%

Fonte: IBGE, 1987.

Os dados revelam um crescimento significativo da população economicamente ativa nos setores agrícola e industrial entre 1872 e 1920. No setor agrícola, o total de trabalhadores passou de 3.261 mil para 6.377 mil, mantendo predominância masculina. Já no setor industrial, o crescimento foi mais expressivo proporcionalmente, passando de 282 mil para 789 mil trabalhadores no mesmo período.

Um aspecto notável refere-se à participação das mulheres na indústria. Em 1872, elas representavam 48,94% da força de trabalho industrial, índice que subiu para 62,31% em 1900, mas caiu drasticamente para apenas 12,55% em 1920. Essa oscilação pode estar relacionada a mudanças na estrutura ocupacional, metodologias censitárias ou transformações nas condições de trabalho e inserção feminina no mercado.

No contexto analisado, o Brasil passou por uma transição econômica marcada pelo declínio do regime escravista, expansão das atividades urbanas e

desenvolvimento inicial da indústria. A industrialização no período esteve, inicialmente, associada à dinâmica do setor agroexportador, como café e algodão, e, a partir dos anos 1930, à substituição de importações, conforme apontado por Furtado (2007) e Suzigan (2000).

A situação do Maranhão reflete as limitações enfrentadas por estados periféricos nesse processo. O número de estabelecimentos têxteis e o capital investido cresceram lentamente, revelando dificuldades estruturais e menor inserção nos fluxos de investimento. Além disso, a participação feminina na indústria maranhense, embora promissora, carece de estudos mais aprofundados para avaliar suas especificidades e implicações sociais e econômicas.

A compreensão da inserção feminina na indústria maranhense, em particular a têxtil, requer análise detalhada de fontes complementares e consideração de fatores como educação, remuneração, condições de trabalho e estrutura familiar. Estudos futuros poderão contribuir para preencher essa lacuna e iluminar o papel das mulheres na industrialização regional.

4. A INDÚSTRIA TÊXTIL MARANHENSE, 1870 - 1945

Este capítulo analisa a trajetória da indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945, com o objetivo central de compreender suas dinâmicas produtivas, limitações estruturais e os fatores que condicionaram sua estagnação frente ao avanço da industrialização em outras regiões do Brasil. A partir de uma abordagem histórico-analítica, o texto examina a formação do setor, sua expansão baseada na produção algodoeira local e a posterior retração diante das crises econômicas e da concentração de investimentos no Sudeste. Por meio de dados estatísticos, mapas e indicadores de produtividade e concentração industrial, o capítulo busca evidenciar as fragilidades tecnológicas, os entraves da gestão familiar e a ausência de articulação entre o campo e a indústria, revelando como essas questões impactaram a competitividade e a sustentabilidade do setor têxtil no Maranhão.

4.1. Evolução histórica da indústria têxtil maranhense (1870–1945)

Entre 1870 e 1945, a indústria têxtil maranhense apresentou uma configuração caracterizada pela existência de diversas fábricas, especialmente concentradas nas cidades de São Luís, Caxias e Codó. Em sua maioria, tratava-se de estabelecimentos de pequeno e médio porte, administrados por famílias e voltados para o fornecimento de tecidos destinados ao consumo local e regional.

Dois elementos se destacam como determinantes para o crescimento do setor na década de 1870:

1. Os efeitos da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861–1865), que comprometeram as exportações de algodão do sul norte-americano, proporcionando uma vantagem comparativa à produção algodoeira no Maranhão;
2. A adoção de uma estratégia por parte dos produtores e exportadores de algodão voltada à diversificação de atividades, com o objetivo de suprir o mercado interno.

A organização do setor têxtil no Maranhão incluía desde pequenos empreendimentos familiares até fábricas de maior porte, operando tanto para o mercado interno quanto para alguma inserção no mercado externo.

Ao compararmos com outras regiões do Brasil que também passaram por momentos de expansão industrial, como Rio de Janeiro e São Paulo, observam-se motivações semelhantes (BARBOSA, 2012; VERSIANI, 1978; SOUZA, 2005). Contudo, o Maranhão apresentava características próprias, como a localização estratégica e a abundância de matéria-prima. Ainda assim, a distância dos centros mais dinâmicos da economia nacional, voltados para a produção cafeeira, bem como as limitações históricas relacionadas à formação econômica do Nordeste (FURTADO, 2009), impediram que essas vantagens locais se traduzissem em liderança no setor têxtil.

4.1.1. Formação (1870–1890)

O início da indústria têxtil no Maranhão se deu entre 1870 e 1890, com a criação das primeiras fábricas em cidades como São Luís, Caxias e Codó. Essas unidades industriais eram predominantemente familiares e operavam em pequena escala (VIVEIROS, 2014, vol. 2). O surgimento dessas fábricas está diretamente relacionado ao contexto internacional, especialmente aos efeitos da Guerra Civil nos Estados Unidos (1861–1865), que comprometeu o fornecimento de algodão aos mercados europeus. Essa interrupção beneficiou diretamente o Maranhão, conforme destaca Paula e Silva (2009, p. 429): *Na década de 1860, devido à guerra civil nos EUA (1860-1865), o Maranhão foi diretamente beneficiado pelo fato de a Inglaterra ter perdido seu maior mercado de algodão*.

Mesmo sem um crescimento significativo na produção local de algodão, a valorização internacional da matéria-prima gerou excedentes econômicos que serviram de base para os investimentos no setor fabril. Ainda segundo os autores, *o Maranhão patinou na súbita elevação de preços decorrente, apesar de sua produção algodoeira não ter se elevado* (PAULA; SILVA, 2009, p. 430). De maneira mais ampla, Cano (2011, p. 101) observa que:

> Excetuado o surto exportador ocorrido em meados do século XVIII (principalmente no Maranhão), a economia algodoeira se constituiria, durante o século XIX, numa importante atividade do complexo nordestino.

Mesmo desconsiderando os picos excepcionais das décadas de 1860 a 1880, o setor apresentou um crescimento “lento, mas persistente”.

Essa fase de implantação também foi impulsionada pelo ressurgimento da economia maranhense a partir da década de 1840, com destaque para o algodão e o açúcar, como assinalam Paula e Silva (2009, p. 430):

> Somente em meados da década de 1840, a economia maranhense voltou a mostrar grandes números. Os responsáveis por isso foram o algodão e o açúcar.

O avanço do trabalho livre, após a lenta abolição da escravidão, forneceu nova força de trabalho para o setor industrial. Além disso, com o avanço tecnológico europeu, máquinas obsoletas passaram a ser comercializadas a preços acessíveis. Os industriais maranhenses, aproveitando os acordos comerciais firmados com a Inglaterra desde 1810 e a localização estratégica do porto de São Luís, importaram esses equipamentos de segunda geração, iniciando a produção voltada ao mercado regional.

4.1.2. Expansão (1890–1920)

Entre 1890 e 1920, a indústria têxtil maranhense passou por uma fase de crescimento e consolidação. A reforma bancária e financeira ocorrida entre 1890 e 1892 teve papel decisivo na estruturação de um ambiente favorável à criação de empresas, sobretudo sociedades anônimas e limitadas, facilitando o acesso ao capital e a ampliação dos negócios (VIVEIROS, 2014, vol. 2). A abolição da escravidão, em 1888, contribuiu para o aumento da mão de obra disponível, reforçando a base operária e permitindo a ampliação das atividades fabris. Essa indústria visava, sobretudo, abastecer o mercado nordestino, competindo com os pólos emergentes de Ceará e Pernambuco.

O período também foi marcado pela fundação de novas fábricas, sobretudo em São Luís, incentivadas por políticas públicas e investimentos privados (CALDEIRA, 1988). As empresas buscaram atualizar seus equipamentos e diversificar sua produção, enfrentando com dificuldade o atraso tecnológico herdado de sua formação inicial. A demanda por tecidos cresceu tanto regional quanto nacionalmente, impulsionada pelo aumento da população, pelo desenvolvimento de outros setores industriais e pelas restrições às importações causadas pela Primeira Guerra Mundial (1914–1918).

Não se pode afirmar que esse contexto represente uma autêntica substituição de importações nos moldes propostos por Tavares (1972) e Suzigan (2000), é inegável o efeito da escassez de produtos estrangeiros no estímulo à produção local. Esse período de consolidação manteve o Maranhão inserido no cenário têxtil regional, ainda que sem alcançar os avanços estruturais necessários para competir em pé de igualdade com outros estados.

4.1.3. Crise e retração (1920–1945)

A partir da década de 1920, a indústria têxtil maranhense começou a enfrentar dificuldades profundas, marcadas por transformações no cenário nacional e internacional. A Crise de 1929, que abalou as economias baseadas na exportação de matérias-primas, afetou de maneira estrutural o modelo econômico brasileiro e maranhense. A partir da década de 1930, o Estado brasileiro passou a liderar iniciativas voltadas à industrialização, com destaque para investimentos em setores estratégicos, infraestrutura e substituição de importações. No entanto, essas políticas beneficiaram majoritariamente regiões com maiores vantagens estruturais, como o Sudeste.

A desvalorização da moeda brasileira agravou ainda mais o quadro, inviabilizando a importação de equipamentos modernos. Segundo Tribuzzi ([1891] 2011, apud FERNANDES, 2020, p. 430), *com a desvalorização dos mil-réis, cessaram as capacidades financeiras do Estado, fazendo que os custos com maquinários dobrassem.*

Dessa forma, muitas fábricas encerraram suas atividades ou reduziram drasticamente sua produção. Ao longo da década de 1940, com o avanço do processo de industrialização substitutiva no país, o Maranhão perdeu competitividade diante de estados como São Paulo, Pernambuco e Ceará, que conseguiram aproveitar melhor os incentivos governamentais. As indústrias têxteis criadas entre 1880 e 1890 não resistiriam além da década de 1970, transformando-se em verdadeiros “museus tecnológicos” e, em alguns casos, pontos turísticos preservados em São Luís, Codó e Caxias.

4.2. Alguns instantâneos da indústria têxtil maranhense

A disponibilidade de dados referentes à indústria maranhense, não apenas ao setor têxtil é um pouco mais escassa para além do nível de agregação oferecido pelo serviço de estatística brasileiro, então em formação. Mas é possível observar alguns instantâneos de iniciativas censitárias promovidas ocasionalmente, em muitas situações contextuais a ônus da Associação Comercial Maranhense (ACM) (VIVEIROS, 1954).

A indústria têxtil no Maranhão, entre 1880 e 1940, apresenta características que permitem uma análise de sua estrutura de mercado como oligopolística ou concorrencial, com base no número de indústrias e na concentração de capital. A partir dos dados levantados[14], é possível observar a existência de um número limitado de fábricas em atividade, muitas delas concentradas nas cidades de São Luís e Caxias, o que sugere uma forte tendência à concentração industrial nessas áreas. A fundação de diversas companhias em um curto intervalo de tempo, entre 1890 e 1894, indica uma expansão significativa do setor, impulsionada por investimentos consideráveis e pela crescente demanda por produtos têxteis.

Tabela 05. Indústrias têxteis fundadas até 1895 no Maranhão

Nome	Abertura	Fim
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (primeira fase)	1867	1966
Fábrica São Luiz	1869	1982
Fiação e Tecelagem Maranhense	1887	n/d
Companhia de Fiação e Tecidos (Fábrica Camboa)	1887	1903
Fiação e Tecelagem Caxiense	1888	n/d
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	1889	1950
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	1889	1950
Fábrica União	1889	1938
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	1890	1970
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (sociedade anônima)	1890	1966
Companhia Industrial Caxiense	1891	1903
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	1891	1971

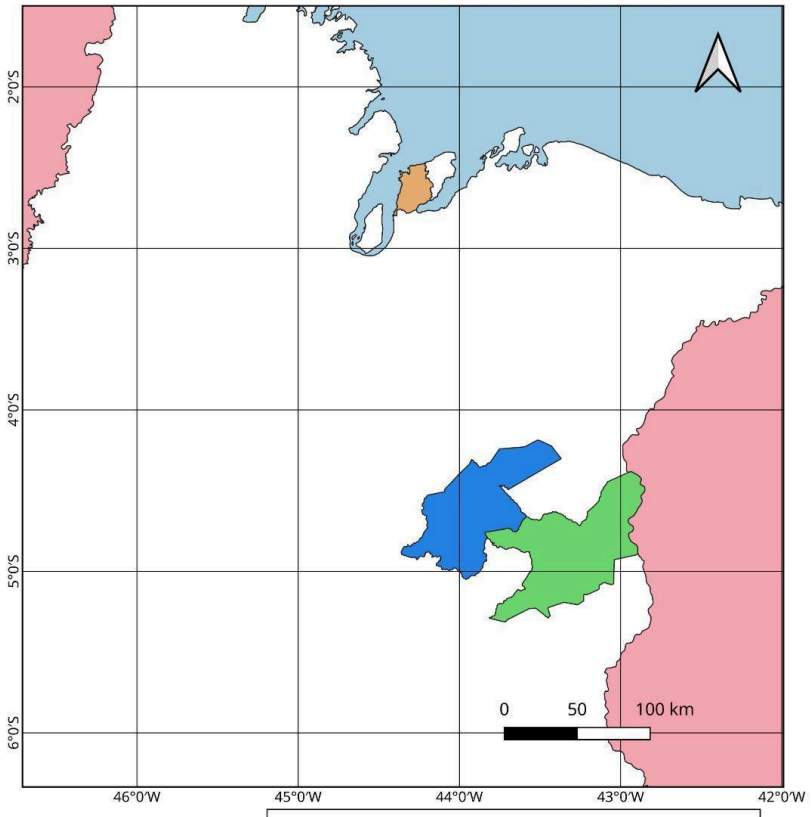
[14] As fontes são: Arquivo da JUCEMA, complementado por IBGE (1987), VIVEIROS (2014, vol. 2), SUZIGAN (2000), e TEIXEIRA (2003). É importante ressalvar que é muito difícil apresentar-se um cotejo “definitivo” do total das indústrias têxteis no Maranhão para o período, devido às características de registro e suas mudanças ao longo do tempo. Também é importante a ressalva de que os registros presentes nos Censos Industriais de 1920 e 1940 apresentam os mesmos problemas de cômputo. Então, o cotejo com diferentes fontes consideradas “primárias” nos pareceu a melhor opção. Destaca-se o caráter amostral dos dados apresentados. Um levantamento completo sob a forma de série histórica ainda está por ser realizado.

Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	1891	n/d
Fábrica Sanharó	1891	1969
Companhia Progresso Maranhense	1892	n/d
Companhia Manufatora Caxiense	1892	n/d
Companhia Manufatureira e Agrícola	1893	n/d
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	1893	n/d
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	1893	n/d
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	1894	1969
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	1894	1960
Companhia Industrial Maranhense	1894	n/d

Fontes: JUCEMA, complementado por VIVEIROS (2014 [1954], v. 2) SUZIGAN (2000) ,TEIXEIRA (2003) e IBGE (1988).

A concentração das fábricas em São Luís e Caxias indica a importância dessas cidades como centros industriais na época. Nos mapas 1 e 2, é possível observar a dispersão espacial pelo Estado do Maranhão e pela cidade de São Luís. É importante pontuar que a criação de um pólo manufatureiro têxtil em Codó-Caxias denota o caráter de orientação para o mercado doméstico da produção. Essa tendência se confirmaria pela metade do século XX. A concentração das indústrias têxteis em São Luís para a área central da cidade, como se apresenta no Mapa 2, por sua vez, denota o aproveitamento do comércio e da zona portuária.

INDÚSTRIAS TÊXTEIS, EM CODÓ E CAXIAS, MARANHÃO, 1895



MUNICÍPIOS
Caxias
Codó
São Luís
MA

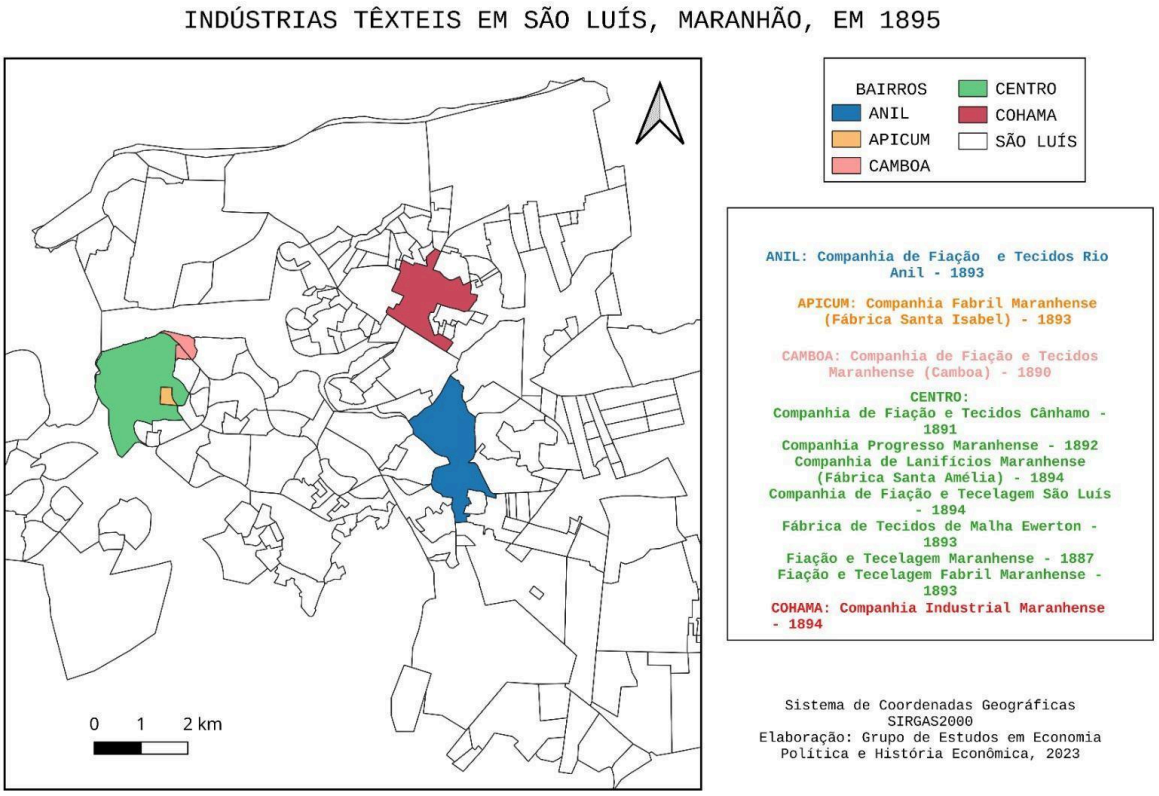
CAXIAS:
Companhia Industrial Caxiense - 1883
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense - 1889
Fábrica Sanharó - 1891
Companhia Manufatora Caxiense - 1892
Fiação e Tecelagem Caxiense - 1888

CODÓ:
Companhia Manufatureira e Agrícola - 1893

FONTE: IBGE
Sistema de Coordenadas Geográficas
SIRGAS2000
Elaboração: Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica, 2023

Mapa 01

Fonte dos Dados: quadro 1



Mapa 02

Fonte dos Dados: quadro 1

No entanto, essa concentração geográfica e a natureza das indústrias locais apontam para a formação de um *oligopólio regional*, onde poucas empresas dominavam a produção têxtil, criando um mercado com menor número de concorrentes efetivos. Essa configuração oligopolística permitia que essas empresas tivessem um certo controle sobre os preços e a produção, uma vez que não havia um número suficiente de competidores para caracterizar um mercado plenamente concorrencial. Além disso, o capital concentrado nessas poucas indústrias proporcionava maior estabilidade em um ambiente econômico desafiador, embora a concorrência acirrada entre elas e as instabilidades econômicas tenham levado ao fechamento de várias fábricas nas décadas seguintes.

A concentração regional nas indústrias têxteis do Maranhão, embora não configurasse um monopólio clássico, criou um ambiente semelhante ao de um monopólio regional. O monopólio clássico caracteriza-se pela presença de uma única empresa que domina completamente a oferta de um determinado produto ou

serviço, conferindo-lhe controle total sobre preços e quantidades. Nesse cenário, a ausência de concorrência permite que o monopolista maximize seus lucros, muitas vezes em detrimento do bem-estar do consumidor, que fica restrito a opções limitadas e preços elevados (TIROLE, 1988).

Por outro lado, o monopólio regional refere-se a uma situação em que poucas empresas dominam um mercado em uma área geográfica específica, sem que uma única empresa detenha o controle absoluto. No caso das indústrias têxteis do Maranhão, a alta concentração de capital e as barreiras à entrada dificultaram a competição, resultando em um ambiente em que essas empresas exerciam um controle significativo sobre a oferta de produtos têxteis na região. Embora não houvesse um único fornecedor monopolizando a oferta, a interação entre as indústrias têxteis e a ausência de concorrência robusta levaram a um comportamento oligopolístico (BAIN, 1956).

4.2.1. Gestão Familiar e Competitividade

O modelo de gestão familiar predominante nas fábricas têxteis do Maranhão, com propriedade e administração passadas entre gerações, apresentava vantagens e limitações claras. Por um lado, esse modelo favorecia a continuidade e a transmissão de conhecimento entre membros da família, garantindo certa estabilidade. No entanto, a gestão familiar também dificultava a adaptação às mudanças do mercado e à inovação tecnológica, limitando a competitividade das empresas. A falta de profissionalização na gestão, somada a conflitos internos e questões sucessórias, resultava na baixa capacidade de investimento e modernização das fábricas, o que impactava negativamente sua longevidade[15].

4.2.2. Eficiência Produtiva e Tecnologia

A modernização tardia das fábricas têxteis no Maranhão no final do século XIX, aliada à introdução da segunda geração de maquinário importado, impactou significativamente a produtividade do setor. A indústria têxtil local enfrentava desafios estruturais, como infraestrutura precária, limitações tecnológicas e gestão familiar conservadora, características do complexo econômico nordestino, conforme descrito por Celso Furtado (2009). Esses fatores dificultaram a adoção de inovações

[15] Sobre o assunto, veja-se SOUZA e NEVES, 2025.

tecnológicas, resultando em uma modernização retardada em relação a outras regiões do Brasil e do mundo.

As fábricas têxteis maranhenses, apesar dos investimentos significativos em capital e áreas ocupadas, mostravam variações consideráveis na capacidade produtiva, no número de empregados e na remuneração da força de trabalho (tabelas 6, 7, 8 e 9). Por exemplo, a Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel) possuía 420 teares e uma capacidade produtiva de 3 milhões de metros de tecido por ano, com 600 empregados, demonstrando uma correlação entre investimentos em maquinário e produtividade elevada. Por outro lado, fábricas menores, como a Companhia de Lanifícios Maranhense, com apenas 22 teares, apresentavam baixa produtividade e uma relação empregado/tear mais desfavorável.

Tabela 06: Maranhão, Indústrias Têxteis em 1895, área ocupada e capital investido

Nome	Capital (contos de réis)	Área (m2)
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	1700	6993
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	1700	
Companhia de Fiaçao e Tecidos Rio Anil	1600	10094
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	1200	9925
Companhia Manufatureira e Agrícola	1000	7980
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	900	
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	850	
Companhia Progresso Maranhense	700	
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	600	3025
Companhia Manufatora Caxiense	322	
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	320	1755
Companhia Industrial Maranhense	250	1242
Fábrica Sanharó	150	
Companhia Industrial Caxiense	111	

Fontes: JUCEMA, complementado por VIVEIROS (2014 [1954], v. 2) SUZIGAN (2000), TEIXEIRA (2003) e IBGE (1987).

Conforme demonstrado na tabela 6, a modernização tardia no setor têxtil maranhense, impulsionada pela segunda geração de maquinário, teve um impacto

desigual na produtividade das fábricas. Empresas como a Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel), que possuía 1.700 contos de réis em capital investido e uma área de 6.993 m², destacaram-se ao modernizar suas instalações e aumentar a eficiência produtiva. A adoção de novas tecnologias permitiu maior competitividade e redução de custos operacionais, o que foi essencial para atender à crescente demanda local e nacional.

Tabela 07: Maranhão, Indústrias Têxteis em 1895, capacidade produtiva e preço de venda dos tecidos

Nome	Capacidade Prod. Ano (milhões de metros de tecido)	Preço da venda (réis por m)
Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	3	320
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	1,1	454
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)	1,8	460
Companhia Industrial Caxiense	n/d	300
Companhia Manufatureira e Agrícola	0,75	340
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	1,4	280
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	1	300
Companhia Progresso Maranhense	0,685	280
Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	0,132	300
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	0,32	350
Companhia Industrial Maranhense	0,12	300
Fábrica Sanharó	3	300
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	0,1	300
Companhia Manufatora Caxiense	1	340
Fiação e Tecelagem Maranhense	0,8	320
Fiação e Tecelagem Caxiense	0,75	320
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	0,7	340

Fontes: JUCEMA, complementado por VIVEIROS (2014 [1954], v. 2) SUZIGAN (2000) ,TEIXEIRA (2003) e IBGE (1988).

A inserção da segunda geração de maquinário, que marcou o processo de modernização tardia, permitiu um aumento da capacidade produtiva, mas esse avanço não foi homogêneo entre as fábricas. Aquelas que adotaram novas tecnologias e otimizaram a relação empregado/tear, como a Companhia Rio Anil, com uma relação de 1,22 empregado por tear, foram capazes de aumentar sua competitividade e atender a uma maior demanda regional e nacional. Contudo, a dependência de uma economia agrícola pouco diversificada e as crises econômicas da época limitaram o crescimento sustentável de muitas indústrias, levando algumas ao declínio.

A análise da modernização tardia no setor têxtil maranhense revela que, embora o novo maquinário tenha impulsionado a produtividade em algumas fábricas, o impacto geral foi limitado pelas condições estruturais e pelo contexto econômico regional. A falta de continuidade nos investimentos em tecnologia e na capacitação da mão de obra também contribuiu para a queda gradual do setor ao longo do século XX.

4.2.3. Eficiência Produtiva

A avaliação da eficiência produtiva de um setor industrial requer métricas que permitam mensurar como os recursos disponíveis são convertidos em produção. No caso das indústrias têxteis do Maranhão entre 1880 e 1940, dois indicadores foram construídos para analisar a relação entre capital investido, espaço físico das fábricas e capacidade produtiva: produtividade por metro quadrado e produtividade do capital. Ambos os indicadores fornecem informações relevantes sobre a eficiência operacional das fábricas e ajudam a compreender os desafios enfrentados pelo setor.

4.2.4. Produtividade por Metro Quadrado (metros de tecido/m²)

A produtividade por metro quadrado busca mensurar a eficiência do uso do espaço físico disponível nas fábricas. Esse indicador foi calculado da seguinte forma:

$$Produtividade\ por\ m^2 = \frac{Capacidade\ Produtiva\ (milhões\ de\ metros\ de\ tecido)}{Área\ Ocupada\ (m^2)}$$

Esse indicador expressa quantos metros de tecido eram produzidos para cada metro quadrado ocupado pela fábrica. No contexto maranhense, onde o setor têxtil operava com desafios estruturais e tecnológicos, esse indicador ajuda a identificar quais fábricas utilizavam melhor seus espaços e quais enfrentavam dificuldades na alocação eficiente de recursos físicos.

4.2.5. Produtividade do Capital (metros de tecido/contos de réis)

A produtividade do capital mede a eficiência do investimento em relação à produção gerada. Esse indicador foi construído com a seguinte fórmula:

$$Produtividade\ do\ Capital\ = \frac{Capacidade\ Produtiva\ (milhões\ de\ metros\ de\ tecido)}{Capital\ Investido\ (contos\ de\ réis)}$$

Esse índice revela quantos metros de tecido eram produzidos para cada unidade de capital investido. No contexto do setor têxtil maranhense, um baixo desempenho nesse indicador poderia indicar que os desafios enfrentados pelas indústrias não estavam apenas na falta de investimentos, mas também na incapacidade de aplicar eficientemente os recursos disponíveis.

Os resultados apontam diferenças significativas entre as fábricas. A Companhia Fabril Maranhense destacou-se como a mais eficiente em termos de espaço, com uma produtividade de 429 metros de tecido por metro quadrado, sugerindo um uso mais otimizado da infraestrutura e possivelmente um parque fabril mais eficiente, Em contraste, a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil apresentou um desempenho significativamente menor (109 metros de tecido/m²), indicando um aproveitamento menos eficiente do espaço ocupado. A Companhia de Lanifícios Maranhense obteve o menor valor nesse indicador (44 metros de tecido/m²), sugerindo uma infraestrutura subutilizada ou com baixa produtividade por metro quadrado.

A produtividade do capital revela um padrão semelhante. A Companhia Fabril Maranhense novamente apresentou o melhor desempenho, produzindo 1765 metros de tecido por conto de réis investido, demonstrando que seus investimentos eram melhor convertidos em produção. A Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense também obteve um desempenho relativamente alto (1500 metros de tecido/contos

de réis), enquanto a Companhia de Lanifícios Maranhense apresentou a menor produtividade do capital (220 metros de tecido/contos de réis), sugerindo que seus investimentos não estavam sendo aplicados de maneira eficiente para aumentar a produção.

Esses resultados indicam que, dentro do setor têxtil maranhense, nem todas as fábricas operavam com a mesma eficiência produtiva, o que pode estar associado a diferentes fatores estruturais. A defasagem tecnológica pode ter sido um dos principais entraves, uma vez que fábricas com equipamentos mais modernos teriam conseguido um melhor aproveitamento tanto do espaço quanto do capital. Além disso, a gestão ineficiente da capacidade produtiva pode ter levado algumas indústrias a operar com estruturas ociosas, reduzindo a produtividade por metro quadrado. Outro fator relevante é a dificuldade de expansão das economias de escala, uma característica comum em mercados oligopolizados e tecnologicamente defasados, o que pode ter limitado a competitividade das fábricas locais.

A estagnação do setor têxtil no Maranhão, portanto, não pode ser atribuída apenas à concorrência externa de outras regiões, como o Sudeste do Brasil. Os baixos níveis de produtividade de algumas fábricas sugerem que a ineficiência interna também foi um fator determinante para a perda de competitividade. A menor produtividade do capital em algumas indústrias indica que, mesmo quando houve investimentos, esses recursos não foram necessariamente aplicados de forma eficaz para ampliar a produção.

Dessa forma, os indicadores de eficiência produtiva reforçam a tese de que o atraso da indústria têxtil maranhense decorreu tanto de fatores estruturais de mercado quanto de ineficiências internas.

4.2.6. Capital Investido, Área e Capacidade Produtiva

A análise de correlação entre o capital investido, a área ocupada pelas fábricas e a capacidade produtiva das indústrias têxteis do Maranhão revelou relações estatísticas significativas que contribuem para a compreensão da dinâmica produtiva do setor.

Tabela 08: Maranhão, correlação entre variáveis selecionadas da indústria têxtil, 1880 - 1940

Variáveis	Coeficiente de Correlação	Valor-p (5%)	Significância Estatística
Capital e Área Ocupada	0,86455	0,012039	Significativo
Capital e Capacidade Produtiva	0,83485	0,019436	Significativo
Área Ocupada e Capacidade Produtiva	0,61217	0,143984	Não Significativo

Fonte: Tabelas 1 e 7.

A análise de correlação entre o capital investido, a área ocupada pelas fábricas e a capacidade produtiva das indústrias têxteis do Maranhão revelou relações estatísticas significativas que contribuem para a compreensão da dinâmica produtiva do setor. Observou-se uma forte correlação positiva entre o capital investido e a área ocupada (r = 0,864), indicando que, em geral, as indústrias com maior volume de investimento financeiro tendiam a possuir instalações mais amplas. Esse resultado sugere que os recursos alocados no setor eram frequentemente direcionados à expansão física das fábricas, possivelmente para acomodar maior número de máquinas e trabalhadores. Além disso, o teste de significância confirmou que essa correlação é estatisticamente significativa (p = 0,012), o que reforça a robustez da relação observada.

De forma semelhante, a relação entre capital investido e capacidade produtiva (r = 0,835) também se mostrou fortemente positiva. Isso implica que fábricas com maior disponibilidade de capital geralmente possuíam uma produção mais elevada, mensurada pelo volume de tecido produzido anualmente. Esse resultado reforça a hipótese de que investimentos financeiros contribuíam para o aumento da capacidade produtiva, seja por meio da aquisição de equipamentos modernos, seja pela ampliação da força de trabalho. O teste estatístico confirmou essa relação como significativa (p = 0,019), indicando que a associação entre investimento e produção não é fruto do acaso.

Por outro lado, a correlação entre área ocupada e capacidade produtiva apresentou um coeficiente de r = 0,612, indicando uma relação positiva, porém de

menor intensidade. Esse achado sugere que, apesar de um aumento no espaço físico das fábricas estar associado a uma maior produção, essa variável isoladamente não explica totalmente as diferenças na capacidade produtiva. Fatores adicionais, como eficiência operacional, qualidade da mão de obra e grau de modernização tecnológica, podem ter desempenhado um papel crucial na determinação da produtividade das indústrias têxteis. Além disso, diferentemente das outras duas correlações analisadas, essa relação não foi estatisticamente significativa (p = 0,144), o que sugere que o tamanho das instalações, por si só, não era um fator determinante para a variação na produção entre as fábricas.

A forte relação entre capital investido e capacidade produtiva aponta para a importância dos investimentos na expansão da produção, o que reforça a ideia de que a estagnação do setor pode estar ligada a limitações na alocação de capital e na modernização tecnológica. Além disso, a correlação não significativa entre área ocupada e produção sugere que o simples crescimento da infraestrutura física das fábricas não era suficiente para garantir um aumento significativo na produção, evidenciando a necessidade de inovações tecnológicas e melhorias nos processos produtivos.

4.2.7. Índice de Concentração Industrial de Herfindahl-Hirschman (IHH)

O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) (Herfindahl, 1950 e Hisrschmann, 1945) é uma medida quantitativa de concentração de mercado utilizada em economia e em estudos de concorrência para avaliar o grau de monopólio ou oligopólio em um determinado setor. Ele é amplamente empregado por órgãos reguladores para verificar se um mercado é competitivo ou se há necessidade de intervenção para evitar práticas anticompetitivas.

O IHH é calculado somando o quadrado das participações de mercado das empresas em um determinado setor:

$$IHH = \sum_{i=1}^{n} s_i^2$$

onde s_i é a participação de mercado da empresa *i*, expressa em percentual e *n* é o número total de empresas no mercado.

Como cada participação é elevada ao quadrado, empresas com maiores fatias de mercado têm um peso maior no índice[16].

Os resultados para o setor têxtil maranhense entre 1880 e 1940 aparecem na tabela 9, a seguir:

Tabela 09: Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), setor têxtil, Maranhão, 1880 - 1940

Nome	Capital (conto de réis)	Participação %	Participação ao quadrado
Companhia Fabril Maranhense	1700	14,908	222,259
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	1600	14,031	196,88
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense	1200	10,524	110,745
Companhia Industrial Caxiense	111	0,973	0,948
Companhia Manufatureira e Agrícola	1000	8,77	76,906
Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	900	7,893	62,294
Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense	850	7,454	55,565
Companhia Progresso Maranhense	700	6,139	37,684
Companhia de Lanifícios Maranhense	600	5,262	27,686
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís	320	2,806	7,875
Companhia Industrial Maranhense	250	2,192	4,807
Fábrica Sanharó	150	1,315	1,73
Companhia Manufatora Caxiense	322	2,824	7,974
Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense	1700	14,908	222,259
Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH)		-	1.035,61

Fonte: Tabela 1.

[16] Os valores do IHH variam entre 0 e 10.000 (caso extremo de monopólio, em que uma única empresa detém 100% do mercado). Os principais critérios de interpretação são: (a) IHH < 1500 → Mercado pouco concentrado (concorrência alta); (b) 1500 ≤ IHH ≤ 2500 → Mercado moderadamente concentrado; (c) IHH > 2500 → Mercado altamente concentrado (pouca concorrência, possibilidade de comportamento oligopolista ou monopolista).

No caso da indústria têxtil maranhense entre 1880 e 1940, o IHH obtido foi de 1035,61, o que sugere a princípio um mercado relativamente pouco concentrado, mais tendente a uma situação oligopolista. É possível identificar algumas empresas possuindo maior participação de mercado. Embora houvesse concorrência, algumas fábricas detinham uma fatia relevante do capital investido, possivelmente exercendo influência sobre preços e estratégias do setor. Isso denota um perfil muito mais voltado a uma concentração da posse dos meios produtivos, sem o devido dinamismo dos agentes dessa posse para a promoção de investimentos próprios a acumulação de capital do setor. Ou seja, a posse, enquanto dada, não se refletia como um caráter dinâmico do setor têxtil para além do emprego extensivo da atividade econômica, reproduzindo as características próprias de economias subdesenvolvidas, com subutilização de recursos e capacidade ociosa que não se refletia na criação de estoques de capital fixo, para o setor e para a economia maranhense como um todo.

4.3. Exportação de Algodão e Indústria Têxtil no Maranhão (1914–1922)

Entre 1870 e 1945, a indústria têxtil maranhense estruturou-se majoritariamente com base na produção local de algodão. Essa matéria-prima, amplamente cultivada no interior do estado, abastecia diversas fábricas instaladas sobretudo em São Luís, Caxias e outros polos urbanos regionais. O algodão não apenas fomentava o setor fabril, como também se consolidava como símbolo da economia local durante esse período.

A centralidade do algodão na economia maranhense remonta ao período colonial tardio e ao início do século XIX, quando a capitania começou a integrar-se de maneira mais efetiva ao restante do Brasil. Como observa Zenkner (2021, p. 47):

> O Maranhão que passou os séculos XVII e mais da metade do XVIII em total estado de abandono, integraria-se após resistências iniciais, ao Brasil Imperial de forma surpreendente. Entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX, o algodão havia se tornado o principal produto da economia do Maranhão. O Estado passa a gozar assim de uma prosperidade econômica que se estenderá até a primeira década do século XX e que moverá São Luís rumo ao crescimento.

Essa conjuntura permitiu a consolidação de um parque fabril têxtil que, embora não tenha alcançado níveis comparáveis aos de outras regiões do país, exerceu papel significativo na dinâmica econômica e social do Maranhão até meados do século XX.

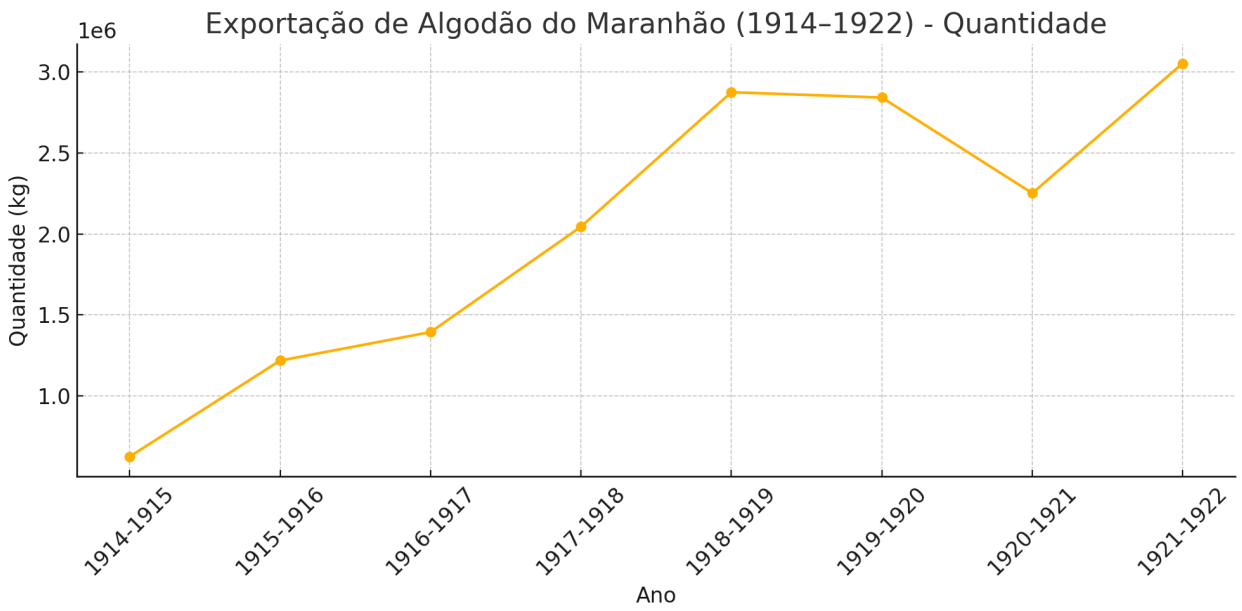
Os dados referentes ao período de 1914 a 1922, retirados das estatísticas oficiais da província, evidenciam como a dinâmica do setor algodoeiro se relaciona diretamente com os ciclos de expansão e crise da indústria têxtil regional.

A análise dos gráficos 05 e 06 mostra uma expansão significativa das exportações de algodão no Maranhão entre os anos de 1914 e 1919. O volume exportado saltou de aproximadamente 626 mil kg em 1914–1915 para 2,87 milhões de kg em 1917–1919. No mesmo intervalo, a receita arrecadada passou de cerca de 738 mil mil-réis para mais de 6,6 milhões, evidenciando o impacto da conjuntura internacional, especialmente a Primeira Guerra Mundial, que favoreceu os produtos tropicais frente à retração dos manufaturados e insumos europeus.

Esse cenário coincide com a chamada “fase de expansão” da indústria têxtil maranhense (1890–1920), quando novas fábricas foram fundadas, principalmente em São Luís, e houve investimentos na modernização dos equipamentos. Apesar disso, a partir de 1920 observa-se uma oscilação nos valores arrecadados, que se mantêm elevados em termos absolutos, mas não mantêm o ritmo crescente do período anterior.

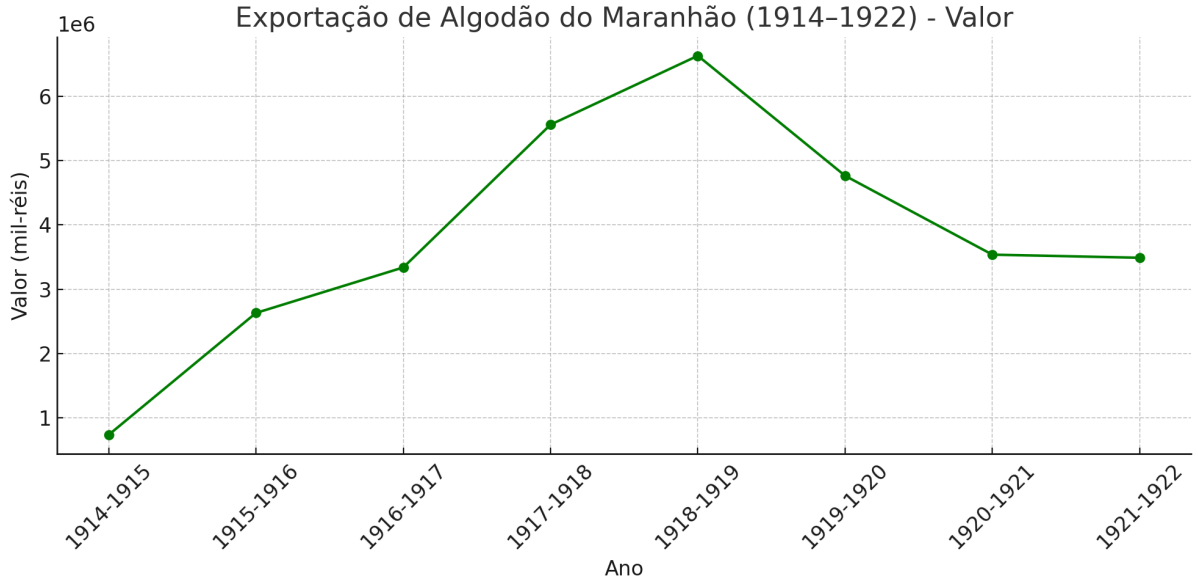
É importante destacar que a produção de algodão nem sempre foi internalizada nas cadeias produtivas locais. As casas exportadoras listadas nas estatísticas oficiais, como Cunha Santos & Cia., Jorge & Santos e Emilio Lisboa & Cia., operavam sobretudo voltadas ao mercado externo. Assim, o algodão maranhense, embora abundante, não impulsionou necessariamente o adensamento produtivo regional.

Gráfico 05 – Quantidade de Algodão Exportada (kg)



Fonte: Estatística do Maranhão – Algodão, 1914–1922.

Gráfico 06 – Valor da Exportação de Algodão (mil-réis)



Fonte: Estatística do Maranhão – Algodão, 1914–1922.

A análise dos dados da Tabela 10 revela uma profunda concentração da força de trabalho e da remuneração na indústria têxtil em 1937. Apesar de representar apenas 4,95% dos empregadores, essa indústria concentrava 67,09% dos empregados e 62,36% da folha salarial total.

Tabela 10. Maranhão, Percentagem de Empregadores, Empregados e Salários, por Indústria, 1937

INDÚSTRIA	NÚMERO DE EMPREGADORES %	NÚMERO DE EMPREGADOS %	TOTAL MENSAL DAS FOLHAS DE SALÁRIOS %	COEFICIENTE DE CONCENTRAÇÃO
Têxtil	4,95	67,09	62,36	13,55
Metalúrgica	10,4	2,16	3,13	0,21
Cerâmica	1	0,17	0,15	0,17
Couros e peles	1,98	2,23	2,26	1,13
Construção	1	1,14	1,44	1,14
Mobiliário	13,86	2,16	3,02	0,16
Madeira	3,96	0,71	1,06	0,18
Gráfica	2,97	1,35	2,16	0,45
Química	6,43	7,33	7,62	1,14
Fumo	1,98	1,73	1,82	0,87
Extrativa com beneficiamento	4,45	1,56	1,68	0,35
Objetos de luxo	0,49	0,05	0,08	0,1
Vestuário e toucador	29,21	7,99	8,72	0,27
Alimentação e Subsidiárias	14,35	3,79	4,11	0,26
Outras indústrias	2,97	0,54	0,39	0,18
Total	100	100	100	1

Fonte: Sinopse Estatística do Estado do Maranhão. Separata do Anuário Estatístico do Brasil in RAMOS[17], 1942, p. 90.

[17] Paulo Martins de Souza Ramos foi interventor federal no Maranhão de 1936 a 1945, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas. Durante sua gestão, ele elaborou a Sinopse Estatística do Estado do Maranhão, um relatório que detalhava a situação econômica, política e social do estado. A construção desse relatório ocorreu ao longo de sua administração, refletindo o esforço contínuo de Paulo Ramos para mapear as condições do Maranhão e planejar as ações necessárias para sua modernização. Esse documento foi fundamental para a estruturação da administração pública estadual e para a implementação de políticas modernizadoras, alinhadas ao projeto de centralização e modernização do governo Vargas.

Tal discrepância evidencia um setor altamente empregador e relativamente homogêneo, sugerindo estruturas produtivas de grande escala e mão de obra intensiva. O coeficiente de concentração utilizado corresponde à razão entre as porcentagens de empregados e de empregadores em cada setor. A fórmula é expressa como:

$$C_i = \frac{T_i}{E_i}, \text{ em que:}$$

- C_i é o coeficiente de concentração do setor i;
- T_i é o percentual de empregados no setor i;
- E_i é o percentual de empregadores no setor i.

Esse coeficiente indica o número relativo de empregados por unidade empregadora, permitindo identificar o grau de concentração da força de trabalho em determinados setores. Valores mais elevados sugerem setores com menor número de empregadores absorvendo grande quantidade de mão de obra — o que pode refletir estruturas empresariais de maior escala. Já valores baixos indicam setores pulverizados, com muitas unidades produtivas de pequeno porte empregando poucos trabalhadores cada. No caso da indústria têxtil:

$$C_{têxtil} = \frac{67{,}09}{4{,}95} \approx 13,55$$

Ou seja, para cada 1% dos empregadores do setor têxtil, há aproximadamente 13,55% dos empregados da indústria como um todo, revelando um elevado grau de concentração de trabalhadores por estabelecimento nesse setor. O coeficiente de concentração de 13,55 significativamente superior ao dos demais setores confirma essa predominância e denota uma configuração industrial pouco diversificada no que se refere à absorção de trabalhadores.

4.4. A produção algodoeira no Maranhão na década de 1930: estagnação diante da industrialização

Os dados apresentados na Tabela 11 permitem observar a dinâmica da produção agrícola no Maranhão entre os quinquênios de 1926–1930 e 1931–1935, com destaque para a cultura do algodão, cuja importância econômica era notável no contexto da incipiente industrialização regional, sobretudo no setor têxtil. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar diante da expansão da indústria têxtil que, conforme visto anteriormente, concentrava mais de 60% dos empregos industriais e da folha de salários , a produção agrícola de algodão manteve-se estagnada. A produção média anual de algodão em caroço caiu de 23.034 toneladas para 22.273 toneladas, enquanto a de algodão em rama recuou de 9.872 toneladas para 9.545 toneladas, configurando, em ambos os casos, uma variação negativa de 3,42%.

Tabela 11. Maranhão. Produção anual no quinquênio de 1931-35 comparada com a média quinquenal de 1926-30

Produtos	Medidas	média do quinquênio 1926-1930	média do quinquênio 1931 - 1935	variação entre os quinquênios (%)
Açucar	Sc. 60kgs	53.558	55.677	3,81%
Aguardente	litro	1.670.000	1.052.600	-58,65%
Algodão (caroço)	Tonelada	23.034	22.273	-3,42%
Algodão (rama)	Tonelada	9.872	9.545	-3,42%
Arroz	Sc. 60kgs	293.432	534.798	45,13%
côco	fruto	1.106.800	1.084.000	-2,10%
Farinha de mandioca	Sc. 60kgs	764.929	664.990	-15,03%
Feijão	Sc. 60kgs	55.312	34.800	-58,94%
Fumo	quilo	239.100	376.000	36,41%
Milho	Sc. 60kgs	270.996	144.244	-87,87%

Fonte: Sinopse Estatística do Estado do Maranhão. Separata do Anuário Estatístico do Brasil in RAMOS, 1942, p. 68

Esse desempenho relativamente discreto da produção algodoeira sugere um descompasso estrutural entre o setor primário e a indústria de transformação. Apesar do crescimento do parque têxtil, não houve expansão proporcional na oferta local de matéria-prima, o que pode ser atribuído a diversos fatores: a persistência de

técnicas agrícolas rudimentares, a baixa mecanização, a ineficácia dos investimentos públicos no campo e as dificuldades logísticas de transporte e armazenamento. Além disso, o cenário macroeconômico da década de 1930 marcado pela crise internacional e pela volatilidade dos preços agrícolas contribuiu para a retração de diversas culturas voltadas ao mercado interno e externo, incluindo o algodão.

A leitura dos dados evidencia, portanto, que a cadeia produtiva do algodão, embora fundamental para a base da indústria têxtil regional, permaneceu frágil e limitada no período. O crescimento da indústria não se traduziu em estímulo direto à ampliação da produção agrícola, revelando a ausência de políticas integradoras que vinculassem o avanço fabril à modernização do campo. Essa constatação reforça a hipótese de que o processo de industrialização maranhense, ao menos nesse período, operou sob uma lógica de dissociação com o setor agrícola, apoiando-se mais em estruturas de concentração do trabalho urbano do que em um adensamento produtivo regional de base agroindustrial.

4.5. Oscilação da produção industrial maranhense no final da década de 1920

A leitura dos dados da Tabela 12, que registra o valor da produção industrial no Maranhão entre 1925 e 1929 (em contos de réis), revela um cenário de significativa oscilação, marcado por forte retração em 1928 e uma relativa recuperação em 1929. O valor total da produção caiu de 26.882 contos em 1925 para apenas 8.075 contos em 1928, uma redução de mais de 70% em apenas três anos. Essa queda abrupta pode ser interpretada como sintoma de crises de abastecimento, dificuldades de financiamento, ou ainda efeitos indiretos da conjuntura econômica nacional e internacional, especialmente diante das tensões que culminaram na crise de 1929.

Tabela 12. Maranhão. Produção Industrial 1925-1929

Produtos	1925	1926	1927	1928	1929
Fumo	504	652	620	653	501
Bebidas	465	380	358	756	664
Calçados	615	470	617	1.035	1.220
Perfumaria	55	-	83	242	108
Conservas	10	39	49	63	43
Vinagre e Azeite	15	16	15	16	19
Velas	16	8	11	19	11
Tecidos	24.752	19.780	17.930	4.460	17.53
Artefatos de tecidos	29	50	54	89	105
Papel e artefatos de papel	-	-	-	-	4
chapéus	45	71	139	93	51
Chá e café	330	428	429	415	428
Móveis	44	26	29	89	90
Queijo e requeijão	2	4	1	2	2
pentes, escovas e espanadores	-	-	-	40	100
Brinquedos	-	-	-	76	5
Objetos de adôrno	-	-	-	27	30
Carbureto de cálcio	-	-	-	-	10
TOTAL	26.882	21.924	20.335	8.075	21.042

Fonte: Sinopse Estatística do Estado do Maranhão. Separata do Anuário Estatístico do Brasil in RAMOS, 1937, p. 28

O setor têxtil, de longe o mais expressivo em termos de valor agregado, sofreu uma queda dramática nesse mesmo período: de 24.752 contos em 1925 para apenas 4.460 em 1928, recuperando-se parcialmente em 1929, com 17.530 contos. Esse comportamento reforça o caráter central, mas também vulnerável, da indústria de tecidos no Maranhão, que dependia de cadeias produtivas específicas, insumos nem sempre garantidos e mercados sujeitos a retrações. A retração no setor têxtil explica, em grande parte, a queda do valor global da produção industrial em 1928, apontando para um modelo de industrialização ainda pouco diversificado e altamente concentrado em um único ramo produtivo.

Outros setores apresentaram crescimento pontual, embora com impacto marginal no total da produção. É o caso da fabricação de calçados, que passou de 615 contos em 1925 para 1.220 em 1929, e da perfumaria, que saltou de 55 contos em 1925 para 242 em 1928, antes de cair novamente. A produção de bebidas também oscilou, destacando-se um pico de 756 contos em 1928, possivelmente refletindo esforços de compensação diante da retração em outros ramos. Em contrapartida, diversos produtos aparecem com valores nulos ou sequer registrados, o que revela uma indústria incipiente, fragmentada e com baixa especialização. Embora existisse algum dinamismo industrial no Maranhão na década de 1920, ele era fortemente condicionado por um setor têxtil hegemônico e por uma base produtiva pouco estruturada, o que parece ter limitado sua resiliência econômica frente a choques conjunturais.

5. OPERARIADO FEMININO NA INDÚSTRIA TÊXTIL MARANHENSE, 1870 - 1945: CONTINGENTE E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

Este capítulo tem como objetivo central analisar a inserção e as condições de vida e trabalho do operariado feminino na indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945, a partir de uma abordagem crítica e multidisciplinar que articula fontes fragmentárias, como inquéritos trabalhistas, jornais, iconografia e registros empresariais, à luz da historiografia econômica de gênero. Com base em métodos de leitura indiciária e análise documental, o capítulo reconstrói aspectos materiais e simbólicos da experiência das trabalhadoras, destacando suas jornadas exaustivas, moradias precárias, maternidade negligenciada, baixa representatividade sindical e estigmatização social. Ao evidenciar como classe, gênero e território se entrelaçaram na organização da força de trabalho feminina no Maranhão, o texto denuncia as múltiplas formas de invisibilização e exploração que marcaram a trajetória dessas mulheres no interior de um modelo industrial periférico e excludente.

5.1. Considerações sobre as fontes utilizadas

O estudo sobre o operariado feminino na indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945 fundamenta-se na análise de um conjunto heterogêneo de fontes, composto por documentos oficiais, periódicos, registros empresariais, iconografia e processos trabalhistas[18]. A escassez de registros diretamente produzidos pelas trabalhadoras impôs a necessidade de adotar uma metodologia de crítica documental, buscando nas marcas indiretas dos documentos a reconstituição de experiências historicamente subalternizadas[19].

---

[18] No caso envolvendo inquéritos de acidentes de trabalho.

[19] Tal abordagem dialoga com as reflexões de Margareth Rago (1991), que defende a leitura indiciária como método para acessar a presença de sujeitos ausentes dos relatos hegemônicos. Também se inspira nas contribuições de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), que propõe a reconstrução das trajetórias femininas a partir de lacunas e omissões nos registros tradicionais. Também se adota a perspectiva de Carlo Ginzburg (1989), cuja metodologia indiciária enfatiza a importância de pequenos sinais e vestígios como caminho privilegiado para a investigação de experiências invisibilizadas. Nesse sentido, a escolha metodológica deste trabalho visa reconstruir, com rigor crítico, a presença e a atuação das operárias maranhenses diante das limitações impostas pela natureza fragmentária das fontes.

Também é necessário pontuar que essa investigação deparou-se com uma notável descontinuidade nos dados estatísticos e censitários disponíveis. As fontes oficiais, quando existentes, apresentam lacunas significativas e não permitem a construção de séries temporais contínuas que evidenciem, com precisão, a evolução do número de trabalhadoras, de suas condições salariais ou da organização do trabalho. A ausência de registros socioeconômicos mais robustos como informações sistemáticas sobre renda, escolaridade, composição familiar ou inserção social impõe limites evidentes à elaboração de análises quantitativas amplas. Diante dessas restrições, propõe-se aqui a utilização de instantâneos documentais, concebidos como registros episódicos que oferecem "medidas de temperatura" da situação social e econômica dessas mulheres em momentos específicos[20].

Por exemplo, a imprensa maranhense do período, apesar de não ser uma fonte produzida pelas operárias ou diretamente voltada a registrar sua experiência, revela-se um espaço onde ecos indiretos de suas trajetórias podem ser captados. Jornais como a *Tribuna do Povo*, *O Imparcial* e *O Operário* abordaram, ocasionalmente, questões relativas ao trabalho feminino nas fábricas, geralmente sob a ótica das elites políticas e econômicas ou em campanhas de moralização social. Nessas menções, frequentemente carregadas de juízos normativos sobre a presença de mulheres, é possível identificar preocupações com a disciplina laboral, a manutenção da ordem moral e a conformidade com papéis tradicionais de gênero. Assim, ainda que a imprensa não forneça testemunhos diretos das operárias, suas representações funcionam como indícios da posição social que lhes era atribuída e dos mecanismos simbólicos de controle que incidiram sobre seu trabalho e sua vida cotidiana. A análise crítica desses discursos[21], inspirada nos aportes da história

[20] A leitura crítica desses fragmentos, inspirada em abordagens que valorizam o vestígio e a experiência dispersa (THOMPSON, 1981; CHARTIER, 1988), permite, ainda que de forma parcial e descontínua, vislumbrar aspectos materiais da vida operária feminina, suas estratégias de sobrevivência e os contornos de sua presença no mundo fabril e urbano maranhense.

[21] Uma ressalva: embora a delimitação cronológica deste trabalho situe-se entre 1870 e 1945, optou-se, em casos específicos, pela incorporação de notícias publicadas em anos imediatamente posteriores. Essa decisão metodológica fundamenta-se na concepção de que processos sociais e culturais não respeitam divisões temporais rígidas: discursos, práticas e estruturas frequentemente ultrapassam os limites formais estabelecidos pelos recortes historiográficos. Em consonância com as reflexões de Roger Chartier (1990) sobre a análise das práticas culturais, a consulta a fontes ligeiramente posteriores permite vislumbrar permanências e ressignificações que enriquecem a compreensão das dinâmicas formadas no interior do período estudado. Assim, o uso criterioso dessas fontes visa ampliar a inteligibilidade do objeto de pesquisa, sem deslocar seu núcleo temporal de referência. Em termos mais estritos, é plausível assumir que as ocorrências a que as crônicas dos anos 1950 fizeram referência ocorressem antes.

cultural (BURKE, 1992; CHARTIER, 1990), permite compreender como as práticas sociais e os regimes de representação se entrelaçaram para moldar a experiência operária feminina no Maranhão.

Os relatórios de fábricas, principais documentos disponíveis para o estudo da indústria têxtil maranhense, apresentam-se em estado fragmentário e de redação frequentemente truncada. Elaborados com propósitos administrativos e dirigidos a sócios ou autoridades públicas, tais relatórios privilegiam informações contábeis e operacionais, relegando a segundo plano dados qualitativos sobre a força de trabalho. Quando mencionam as mulheres operárias, o fazem de maneira sumária, limitando-se a números ou a comentários genéricos sobre a "disciplina" ou a "capacidade laboriosa" do elemento feminino.

A iconografia disponível - fotografias, ilustrações, anúncios publicitários e retratos institucionais constitui um campo complementar de investigação, particularmente valioso para a história econômica e social. Imagens de fábricas, registros fotográficos de operárias e representações visuais da modernização industrial maranhense oferecem elementos que transcendem a informação verbal ou estatística. Uma imagem pode condensar relações sociais, hierarquias de trabalho, padrões de vestimenta, condições ambientais e mesmo expressões corporais que escapam às fontes escritas ou numéricas[22].

Os inquéritos de acidentes de trabalho constituem fontes privilegiadas para a análise da história econômica de gênero, não apenas por se mostrarem menos escassos e mais acessíveis à pesquisa em arquivo, mas também por revelar aspectos concretos da organização do trabalho e das vulnerabilidades específicas que atingiam o operariado feminino[23]. No Maranhão, embora tais registros sejam

[22] Como adverte Peter Burke (2004), a cultura visual deve ser analisada não apenas como ilustração da realidade, mas como parte integrante dos processos de produção e circulação de significados sociais. Nesse sentido, a leitura crítica da iconografia permite acessar camadas de sentido sobre o mundo do trabalho feminino que seriam dificilmente captadas apenas por meio de relatórios ou dados censitários, funcionando, assim, como um poderoso vetor de visibilidade histórica para sujeitos tradicionalmente marginalizados.

[23] À época, os inquéritos de acidentes de trabalho no Brasil funcionavam de modo rudimentar e fragmentário, refletindo a ausência de legislação protetiva específica e a prevalência de práticas administrativas voltadas à defesa dos interesses patronais. Antes do Decreto n. 3.724 de 1919, a responsabilização do empregador dependia da comprovação de culpa, o que limitava a efetividade das reclamações. Mesmo após a legislação de 1919, os registros continuaram esparsos e informais: a comunicação do acidente era feita à polícia, que lavrava autos circunstanciados, muitas vezes arquivados sem maior investigação. A perícia médica era eventual e condicionada à disponibilidade

esparsos e nem sempre sistematizados, os processos administrativos e judiciais abertos em casos de acidentes fabris oferecem subsídios para compreender as hierarquias de gênero no ambiente fabril, a precarização do trabalho feminino e a naturalização da exposição das operárias a atividades de maior risco e menor proteção jurídica[24].

Apesar de sua relevância para a compreensão das condições de trabalho e das relações de gênero no espaço fabril, os inquéritos de acidentes de trabalho apresentam limitações que não podem ser desconsideradas. Elaborados majoritariamente a partir da perspectiva patronal ou da autoridade estatal, tais registros tendem a minimizar as responsabilidades empresariais, naturalizar a precariedade das condições laborais e, frequentemente, atribuir a culpa dos acidentes à suposta "imprudência" ou "desatenção" das vítimas. Essa lógica discursiva, como apontam autores como Michelle Perrot (2005) e Eric Hobsbawm (1987), reflete uma concepção hierárquica e disciplinadora do mundo do trabalho, na qual as trabalhadoras figuram não como sujeitos de direitos, mas como agentes de riscos a serem controlados.

A divisão do tema em dois capítulos se dá por uma questão de concisão e foco analítico. Este capítulo concentra-se na análise dos dados originados das empresas e dos elementos da imprensa maranhense, abordando as condições socioeconômicas da época. Este recorte permite uma compreensão do contexto empresarial e da sua interrelação com as condições de trabalho, especialmente no setor têxtil. Já o segundo capítulo amplia essa análise ao incorporar, além dos elementos da imprensa e dos registros dos processos de acidentes de trabalho, uma materialidade iconográfica. Essa fonte visual revela de maneira significativa as condições vividas pelas trabalhadoras têxteis maranhenses, oferecendo uma visão mais profunda e complementar ao seu entendimento. A análise do operariado

---

local. A subnotificação, a imputação sistemática de culpa às vítimas e a invisibilização dos riscos enfrentados pelas trabalhadoras são marcas constantes desses registros. Apenas com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) iniciou-se um processo de padronização e fiscalização mais efetiva dos acidentes laborais.

[24] Em consonância com as perspectivas críticas da história econômica de gênero (SCOTT, 1995), a análise dos inquéritos permite ultrapassar a visão abstrata da estrutura produtiva, evidenciando como as relações econômicas e laborais eram atravessadas por desigualdades materiais e simbólicas que penalizavam de modo particular as mulheres trabalhadoras.

feminino na indústria têxtil maranhense exige um exercício constante de escuta das lacunas, tensões e silenciamentos inscritos nas fontes disponíveis.

5.2. Condições de vida, moradia e trabalho

A inserção de mulheres nas fábricas maranhenses nas primeiras décadas do século XX refletia um cenário de limitações econômicas severas, mas também a permanência de um modelo de trabalho estruturado pela desigualdade de gênero. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio citados por Lacroix (2020, p. 435), em 1920, aproximadamente 86,69% dos 3.361 trabalhadores fabris registrados em São Luís eram do sexo feminino. Muitas dessas mulheres vinham de experiências precoces de trabalho doméstico compulsório, atuando como cozinheiras, lavadeiras ou faxineiras em casas de elite em troca de abrigo e alimentação. Ao ingressarem na indústria, ocupavam funções pouco valorizadas como suplentes, aprendizes ou operadoras de máquinas, submetidas a rotinas ajustadas às necessidades de produção (LACROIX, 2020, p. 436). O processo de industrialização tardia em São Luís do Maranhão, especialmente a partir da instalação de fábricas de tecidos no final do século XIX provocou o surgimento de um numeroso contingente operário cuja composição revela dinâmicas sociais marcadas por desigualdades de gênero, classe e idade. Em seu auge, as fábricas da cidade chegaram a empregar 3.857 operários, com cerca de 20.000 dependentes, o que representava aproximadamente 13% da população economicamente ativa da capital (LACROIX, 2019, p. 368). Esses dados revelam a relevância do setor fabril no contexto urbano e econômico da cidade, ainda que limitado em comparação com outros centros industriais do Sudeste.

Eram, majoritariamente, meninas e moças oriundas do interior do estado, geralmente com idades entre 10 e 14 anos, muitas das quais vinham trazidas por famílias ricas para trabalhar como empregadas domésticas sendo posteriormente direcionadas para as fábricas (LACROIX, 2019, p. 369). O recrutamento de meninas pobres e interioranas aponta para uma lógica de mobilização da força de trabalho profundamente desigual, em que a infância feminina era vista como fonte de mão de obra barata e dócil. Esse tipo de arranjo institucionaliza um ciclo de subordinação que atravessa classe, gênero e faixa etária. Os testemunhos recolhidos por Lacroix

expressam com força as condições de trabalho enfrentadas por essas jovens. Uma ex-operária relata[25] sobre o contexto dos anos 1940:

> Comecei a trabalhar cedo. Trabalhava grávida, não tinha licença. Às duas da manhã a gente já estava na fila, esperando o sino tocar para entrar. Entrava-se às quatro e saía-se às dezoito horas, todos os dias (LACROIX, 2019, p. 370).

Esse relato evidencia jornadas exaustivas, ausência de qualquer direito trabalhista e uma completa indiferença das empresas quanto à saúde reprodutiva e aos direitos das trabalhadoras. Esse dado corrobora uma realidade histórica brasileira frequentemente negligenciada: a centralidade do trabalho feminino na reprodução da vida doméstica e na economia popular. A ausência dos homens, seja por migração, negligência ou informalidade, ampliava a sobrecarga das mulheres, que além de trabalharem em condições insalubres, eram o principal ou único arrimo do lar. A divisão sexual do trabalho, portanto, não apenas segregava tarefas nas fábricas, como também reproduzia uma assimetria profunda na vida cotidiana das famílias operárias. Esse conjunto de informações permite delinear um perfil da classe operária ludovicense fortemente marcado por desigualdades estruturais. A combinação de trabalho precoce, feminização do setor fabril, origens humildes e condições laborais precárias aponta para um modelo de industrialização periférica e dependente, em que as elites locais se beneficiavam da exploração de uma força de trabalho extremamente vulnerável, majoritariamente feminina, jovem e pobre. Esse cenário também evidencia a invisibilidade histórica dessas trabalhadoras, cuja contribuição para a economia urbana foi frequentemente apagada pelos discursos dominantes que priorizavam a história das elites, dos comerciantes e dos proprietários industriais.

Esse quadro de exploração era recoberto por um discurso simbólico que moldava a imagem da operária ideal. A representação da “Maria do Algodão”, eternizada em fotografias como a da *Rainha do Algodão da Fábrica Rio Anil*[26], condensava essa idealização. A figura feminina era celebrada não por sua condição

[25] A ex-operária fala de sua experiência entre 1940 e 1950.

[26] A eleição da *Rainha do Algodão,* representada na foto por Palmeirinha Passos da Silva, ligada à Fábrica Rio Anil, insere-se em um contexto mais amplo de celebrações populares associadas ao ciclo do algodão no Maranhão. Essas festividades, comuns em cidades como Caxias e Codó, também ocorreram em São Luís no início do século XX. Sobre as festas vinculadas ao algodão e seu papel social, ver: COSTA, Wagner Cabral da. *O Maranhão e a República: política e sociedade no início do século XX.* São Luís: EDUFMA, 1998.

de trabalhadora explorada, mas por sua docilidade, beleza e conformidade com os padrões de conduta exigidos pela indústria. Como observa Lacroix (2020, p. 435–438), mesmo enfrentando jornadas intensas, baixos salários e desprezo institucional, essas mulheres eram convertidas em símbolos de produtividade e disciplina, e colocadas em desfiles e concursos que exaltavam sua presença apenas enquanto representação estética. A imagem da “Maria do Algodão”, assim, encobria as tensões de classe e de gênero, transformando a resistência cotidiana em espetáculo de conciliação e silenciamento.

Figura 01 – Cartão fotográfico da Rainha do Algodão, representando a Fábrica Rio Anil, 1908

Fonte: CUNHA, Gaudêncio. *Fábrica Rio Anil, 1908*. In: *Álbum do Maranhão: 1908*. 2. ed. São Luís: Edições AML, 2008. Fotografia.

Entre as pesquisadoras que se dedicaram ao estudo do operariado feminino no Maranhão destaca-se Maria da Glória Correia, autora de *Nos fios da trama: Quem é essa mulher?* Ela aponta que a base da classe operária era formada majoritariamente por mulheres pobres das zonas urbanas e, em menor número, por imigrantes ocupando postos de especialização. As trabalhadoras estavam submetidas a diversas formas de superexploração: desde o fornecimento de moradias precárias até a imposição de adiantamentos em dinheiro ou mercadorias, criando uma dependência contínua do sistema fabril. Eram recorrentes os abusos de autoridade e o desrespeito por parte de patrões, supervisores e colegas de trabalho.

A precariedade habitacional, a sobrecarga no ambiente laboral, o limitado acesso à instrução e o difícil equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar comprometiam gravemente a inserção dessas mulheres nos padrões idealizados da sociedade burguesa (CORREIA, 2006).

O espaço fabril, ocupado em grande parte por mulheres, era também um lugar onde as questões da gravidez e da maternidade se faziam presentes de forma dramática. Correia (2006) identifica que muitas dessas gestações envolviam desde relações afetivas assumidas até uniões interrompidas ou forçadas, sendo comum que as trabalhadoras buscassem ocultar suas condições para evitar a demissão ou a marginalização. A alta taxa de fecundidade entre as operárias nem sempre estava relacionada a escolhas conscientes, e a gravidez era vivida como um desafio adicional dentro de uma estrutura produtiva que não reconhecia as especificidades do corpo feminino.

Durante a gestação, essas mulheres seguiam submetidas às mesmas exigências físicas impostas aos demais operários. Trabalhavam longas jornadas em pé, sem pausas adequadas, suportando o impacto direto das máquinas sobre seus corpos como as lançadeiras que golpeavam suas barrigas. Com salários insuficientes, tentavam compensar a renda aumentando a produção de metros de tecido ou a quantidade de fios, o que agravava ainda mais o desgaste físico. Como resultado, carregavam em seus corpos as marcas desse processo: varizes crônicas, dores constantes e sequelas visíveis que denunciavam as condições de exploração vivenciadas (CORREIA, 2006).

Esse diagnóstico é reforçado pela análise de Lacroix (2019), ao tratar da inserção de mulheres grávidas em turnos contínuos de até 14 horas diárias, com início de jornada nas primeiras horas da madrugada. Tais condições revelam a precarização extrema e a naturalização da exploração do trabalho feminino, justificadas por um discurso dominante centrado na "necessidade econômica". Ademais, muitas dessas mulheres acumulavam a responsabilidade de chefia familiar, sendo o único ou principal sustento de seus lares. A autora destaca: “A maioria das operárias era chefe de família, sustentando filhos e muitas vezes outros parentes. O abandono por parte dos companheiros era comum” (LACROIX, 2019, p. 371).

As condições de moradia também eram um componente central dessa precarização. As empresas, por vezes, ofereciam alojamentos improvisados e insalubres, o que mantinha as operárias atreladas à fábrica não apenas pela via econômica, mas também pelo controle territorial. O fornecimento de moradias próximas às instalações fabris visava não só garantir assiduidade, mas também exercer vigilância sobre os trabalhadores e suas famílias. Essa prática se articulava com outras estratégias de imobilização da força de trabalho, como os adiantamentos salariais em dinheiro e mercadoria, uma lógica que Marx denominou “peonagem”, caracterizando uma forma moderna de servidão por dívida (MELO, 1990).

Durante o funcionamento da fábrica Rio Anil, muitos operários e especialmente operárias residiam no próprio bairro do Anil, que evoluiu de um pequeno povoado rural para uma área urbana funcionalizada pela fábrica. Casas de alvenaria eram destinadas aos gerentes e chefes, enquanto a maior parte dos trabalhadores vinha de localidades como Turu, Aurora, Maiobinha e Araçagi. Relatórios da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, como o de 1896, expressam a preocupação patronal com a escassez de moradias adequadas, reconhecendo a necessidade de garantir habitação para evitar a evasão da mão de obra (CORREIA, 2006). Além disso, havia dentro das fábricas uma hierarquia que condicionava o acesso a benefícios e pequenas regalias a um seleto grupo de operários considerados “modelos” de disciplina e obediência. Concessões como empréstimos, moradias com aluguel simbólico e outros auxílios eram direcionados àqueles que demonstrassem total submissão aos interesses do capital. Mestres e contramestres leais ao empregador também podiam usufruir dessas vantagens, revelando uma estratégia clara de incentivo à docilidade e repressão à mobilização coletiva (MELO, 1990).

Essas práticas evidenciam não apenas a lógica de exploração característica do capitalismo industrial, mas também uma política deliberada de fragmentação da classe trabalhadora. O trabalhador e especialmente a trabalhadora era reduzido a sua capacidade de produção e medido por sua submissão. Nesse contexto, os estudos desenvolvidos até o momento oferecem contribuições valiosas para o entendimento do papel da mulher no mercado de trabalho têxtil maranhense, ainda que apontem para a necessidade de aprofundamento contínuo das pesquisas,

especialmente sobre as relações entre gênero, raça e classe no interior da produção industrial.

Como destaca Mesquita (1958), a ocupação territorial da cidade seguiu os desníveis do relevo, privilegiando as áreas de maior altitude para as elites, e destinando as regiões de várzea e manguezal às camadas sociais mais pobres. Essas áreas, rejeitadas pela elite urbana, passaram a ser ocupadas por aqueles que não dispunham de recursos ou alternativas habitacionais. O autor atribui aos chamados “mocambos” habitações informais erguidas por trabalhadores marginalizados a origem de um suposto caos urbano, interpretando sua presença como sinal de desordem. No entanto, essa leitura desconsidera o contexto de exclusão estrutural que empurrou essas populações para as margens, tanto físicas quanto sociais, da cidade.

As moradias que surgiram nesses espaços limítrofes do centro histórico de São Luís eram, em sua maioria, construções frágeis feitas de materiais rústicos como madeira e palha, sem infraestrutura básica. Ali residiam operários e trabalhadores precários, sujeitos a condições extremas de vulnerabilidade, herdeiros diretos das desigualdades deixadas pela ordem escravocrata. Os “mocambos”, portanto, expressavam não apenas uma localização periférica no espaço urbano, mas também uma posição de exclusão simbólica e política. Seus habitantes eram ignorados pelo poder público, estigmatizados socialmente e submetidos a um cotidiano marcado pela precariedade, pela invisibilidade e pela resistência silenciosa em meio às formas mais cruas da marginalização urbana. A expansão suburbana de São Luís, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, acompanhou de perto o processo de industrialização da cidade, em particular com a instalação de fábricas têxteis. A necessidade de proximidade entre moradia e local de trabalho levou os operários a se estabelecerem nos arredores dos complexos fabris, em áreas de fácil acesso e muitas vezes disponibilizadas ou incentivadas pelos próprios empregadores. Esse adensamento populacional nos limites urbanos coincidiu com um intenso crescimento demográfico, conformando os primeiros subúrbios da capital. A fotografia, capturada por Dreyfus Azoubel na década de 1940, revela uma paisagem urbana marcada por profundas desigualdades sociais. Nela, observam-se casebres de palha e madeira, postes rústicos e os trilhos da

antiga Estrada de Ferro São Luís–Teresina, que atravessava diversos bairros operários da capital maranhense. Embora o local exato não esteja identificado, a composição remete a áreas como Camboa, Jordoa, João Paulo, Alemanha, Sacavém e Estiva, historicamente atravessadas pela linha férrea e habitadas por trabalhadores da indústria têxtil e de outras atividades urbanas. A justaposição entre moradias precárias e infraestrutura ferroviária evidencia a coexistência forçada entre espaço de vida e espaço de circulação técnica, característica da urbanização excludente vigente naquele período.

As moradias retratadas, erguidas com materiais frágeis e situadas próximas aos trilhos, dialogam diretamente com os relatos de autores como Mesquita (1958), que descrevem a ocupação das áreas de manguezal por populações empobrecidas e racializadas, excluídas dos setores mais valorizados da cidade. Esses “mocambos”, longe de serem resultado de uma escolha, eram a única alternativa para quem não tinha acesso à terra, à moradia digna ou ao amparo do Estado. A imagem, portanto, transcende o valor documental: ela registra visualmente o cotidiano de famílias operárias submetidas a condições de habitação insalubre, próximas ao ruído, à poeira e ao perigo constante das linhas ferroviárias expressando, em sua materialidade, as marcas da marginalização urbana e do desprezo institucional pela vida nas periferias.

Figura 02 - Paisagem urbana com casebres e trilhos da Estrada de Ferro São Luís–Teresina (década de 1940)

*Fonte:*AZOUBEL, Dreyfus. Paisagem urbana com casebres e trilhos da Estrada de Ferro São Luís–Teresina. São Luís, década de 1940. Acervo pessoal de Dreyfus Azoubel.

O crescimento acelerado da malha industrial, aliado à ausência de políticas públicas sanitárias e habitacionais, criou um cenário propício à propagação de doenças e ao agravamento das desigualdades sociais. O médico Victor Godinho, em visita à capital em 1904, descreveu São Luís como um centro densamente povoado, fortemente industrializado, com grande presença de operários vivendo em condições precárias, situação que, segundo ele, contribuía diretamente para os surtos epidêmicos (BEZERRA, 2019, p. 104–105).

Esse diagnóstico é coerente com as observações de Lacroix (2020), que registra que a cidade carecia de esgotamento sanitário, de uma rede estruturada de coleta de lixo e de abastecimento de água. Os resíduos eram despejados nos manguezais, becos e ruas, tornando os bairros populares como Liberdade, Camboa, Anil e Sacavém focos constantes de doenças infecciosas. Enquanto a elite buscava atendimento médico com profissionais particulares ou em casas de saúde como a Santa Casa de Misericórdia ou o Hospital Português, os operários permaneciam à mercê do improviso, recorrendo a benzedeiras e curandeiros. A ausência de atendimento institucionalizado para os trabalhadores, sobretudo as mulheres, que engravidavam e adoeciam em ambiente fabril revelava um regime de negligência sistemática (LACROIX, 2020, p. 393–399).

No interior das fábricas, as condições de trabalho agravam ainda mais esse quadro. Operárias submetidas a longas jornadas em pé, expostas ao calor, ruído e pressão produtiva, sofriam com doenças ocupacionais, sem qualquer acompanhamento médico ou licença. A insuficiência ou mesmo ausência de políticas públicas, no campo da puericultura ou da saúde, aumentava a vulnerabilidade das mulheres trabalhadoras. A precariedade das moradias operárias feitas de taipa, madeira ou palha, frequentemente situadas em terrenos alagadiços agravava a situação, tornando-se foco de endemias. A fotografia capturada por Dreyfus Azoubel na década de 1940, ao retratar casebres ao lado dos trilhos da Estrada de Ferro São Luís–Teresina, ilustra com crueza esse cotidiano de exclusão e marginalização urbana.

A articulação entre moradia precária, ausência de saneamento e desassistência em saúde compunha um sistema de controle social marcado pela indiferença estatal. Além da falta de infraestrutura urbana, o contingente fabril da cidade era composto majoritariamente por ex-escravizados e migrantes pobres, atraídos pela promessa de trabalho assalariado. No entanto, as fábricas ofereciam um regime de trabalho degradante, insalubre e excludente, conforme detalhado por Tribuzzi (2011) e Corrêa (1990). A ausência de políticas públicas eficazes e a manutenção de práticas assistencialistas obsoletas, como os poucos hospitais disponíveis Santa Casa, Hospital Militar e Hospital Português refletiam a negligência do Estado com relação à saúde da população operária (BEZERRA, 2019).

As operárias, ao mesmo tempo em que eram celebradas como símbolos da produtividade industrial como no caso da Rainha do Algodão, viviam cercadas por doenças, má alimentação e riscos à saúde física e mental. Esse contraste entre o discurso público de progresso e a realidade material de abandono revela as tensões estruturais que atravessavam o mundo do trabalho urbano em São Luís no início do século XX.

5.3. A origem e o significado do termo “Pipira”: estigma, gênero e trabalho

A inserção das mulheres no espaço fabril maranhense no final do século XIX foi acompanhada pela construção de um léxico social carregado de sentidos ambíguos, que tanto reconhecia sua atuação econômica quanto a estigmatizava no plano simbólico. O termo *pipira*, associado inicialmente a uma ave comum da região Meio Norte, foi apropriado como alcunha dirigida às mulheres operárias das fábricas de tecidos no Maranhão e no Piauí (RIBEIRO, 2024).

Embora designasse uma ocupação, a expressão carregava uma carga pejorativa, como demonstra a própria imprensa da época. Em publicação de 1899, o *Jornal de Caxias* já expressava esse desconforto social ao questionar: “E porque são elas pipiras? Por que vão aos nossos estabelecimentos industriais, ganhar o pão honradamente? É esse o motivo pelo qual são pipiras?” (JORNAL DE CAXIAS, 28 jan. 1899 apud RIBEIRO, 2024, p. 145). Tal formulação revela como a presença feminina no ambiente industrial tencionava normas sociais que tradicionalmente associavam a mulher ao espaço doméstico.

A etimologia social do termo também aparece registrada em fontes lexicográficas atuais, como o Dicionário Online de Português, que define *pipira* como “moça empregada em fábrica de tecidos” nos estados do Maranhão e do Piauí (DICIO, 2022 apud RIBEIRO, 2024, p. 144). No entanto, como adverte Correia (2006), esse termo não emergiu de modo neutro, sendo produto de um “debochado riso daquela sociedade” (CORREIA, 2006, p. 203 apud RIBEIRO, 2024, p. 145), evidenciando um mecanismo de controle moral e simbólico sobre o corpo e a conduta dessas mulheres.

Pereira (2010) reforça essa percepção ao destacar que “a operária é conceituada, pejorativamente, de ‘pipira de fábrica’ pela sociedade”, refletindo o modo como o trabalho feminino no ambiente fabril era lido através das lentes do moralismo de classe e de gênero (PEREIRA, 2010, p. 41 apud RIBEIRO, 2024, p. 145).

É importante ressaltar que o uso da palavra *pipira* associado à marginalização feminina precede até mesmo a instalação das fábricas. Já em 1881, o jornal *O Pensador*, de São Luís, utilizava o termo em tom jocoso, associado a práticas de prostituição na Rua da Cruz, então conhecida como espaço de sociabilidades marginalizadas (RIBEIRO, 2024, p. 156).

A consolidação desse estigma não se deu de forma dissociada das dinâmicas de gênero e classe, sendo catalisada pela própria lógica do capitalismo industrial nascente no Norte e Nordeste brasileiro, que via nas mulheres uma força de trabalho mais barata e, por isso, preferencial. Como observa Castelo Branco (2013), muitas fábricas chegavam a contratar meninas com idades entre nove e onze anos, justamente pela possibilidade de remunerá-las com salários ainda mais baixos (CASTELO BRANCO, 2013, p. 113 apud RIBEIRO, 2024, p. 150).

5.4. Transporte sobre trilhos e a mobilidade operária

O desenvolvimento do transporte urbano em São Luís nos séculos XIX e XX teve papel crucial na organização do cotidiano da classe operária. A introdução dos bondes de tração animal pela Companhia Ferro-Carril de São Luís, em 1872, e posteriormente a implantação dos bondes elétricos na década de 1920, foram

iniciativas diretamente ligadas à lógica de expansão urbana e à estruturação da mobilidade da força de trabalho. As linhas ligavam o centro da cidade aos bairros operários e às zonas industriais, como o Anil, facilitando o acesso dos trabalhadores às fábricas, mas também revelando profundas desigualdades sociais e urbanas (LACROIX, 2020).

Os bondes de tração animal, apesar de inicialmente saudados como um avanço técnico, tornaram-se alvo de críticas recorrentes da população trabalhadora. As tarifas elevadas, a impontualidade, o péssimo estado de conservação dos veículos e os maus-tratos aos animais de tração tornavam a experiência do transporte penosa, sobretudo para os mais pobres. Trabalhadores que dependiam do bonde para chegar ao trabalho frequentemente completavam o percurso a pé quando os animais exauridos se recusavam a continuar, como registrado pela imprensa local da década de 1920 (LACROIX, 2020).

A situação não melhorou significativamente com os bondes elétricos, implantados oficialmente em 1924 pela empresa norte-americana Ulen & Company[27]. Embora sua chegada estivesse inserida em um projeto de modernização da cidade, os bondes mantinham um serviço seletivo e insuficiente: os carros comportavam apenas 252 lugares para uma população de mais de 60 mil habitantes, o que gerava superlotação e frequentes atrasos. A precariedade do sistema também era denunciada nos jornais, que apontavam para o descompasso entre o discurso de progresso e a realidade vivida pelos usuários, em sua maioria operários e estudantes (SILVA, 2020). Além dos bondes, as carroças e veículos de tração animal ainda persistiram durante décadas como meio de transporte de trabalhadores e mercadorias. O transporte coletivo por tração, entretanto, continuava

[27]A Ulen & Company foi uma empresa de engenharia norte-americana que atuou no Brasil, a partir da década de 1920, mediante contratos de concessão para implantação e gestão de serviços de saneamento e infraestrutura urbana. Sua presença se insere no contexto mais amplo da internacionalização dos serviços públicos urbanos, marcada pela crescente dependência de capital e tecnologia estrangeiros. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em São Paulo, onde a empresa passou a controlar o sistema de abastecimento de água por meio da Companhia Paulista de Obras e Saneamento. A atuação da Ulen foi alvo de críticas nacionalistas, especialmente durante o Estado Novo, sendo associada a práticas de corrupção e à subordinação dos interesses públicos aos imperativos do capital externo. Sobre o assunto, veja-se SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina e a revolução urbanística do Rio de Janeiro. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano — sociedade e instituições (1889–1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. v. 3, t. 1, p. 211–234; ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha e o mercado: estudos sobre a urbanização do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1992.

marcado pela exclusão: o controle de superlotação, fiscalizado pela Guarda Civil, muitas vezes selecionava passageiros com base em critérios sociais implícitos, reforçando barreiras de classe no direito à mobilidade (LACROIX, 2020). A relação entre transporte e operariado, portanto, não se restringia à funcionalidade urbana: ela refletia uma estrutura de desigualdade que delimitava o acesso ao espaço, ao tempo e ao próprio direito à cidade. Os trilhos dos bondes não eram apenas metáforas do progresso técnico, mas também vetores de disciplinamento, exclusão e resistência.

A introdução do transporte coletivo sobre trilhos em São Luís, a partir de 1872, representou mais do que um avanço técnico ou urbanístico: tratou-se de um componente fundamental na reestruturação do espaço urbano e na organização da força de trabalho fabril. A primeira linha de bondes de tração animal, inaugurada em 1º de setembro daquele ano, ligava o Largo do Palácio ao bairro do Anil, então um dos principais núcleos industriais da cidade. A implantação dessa infraestrutura visava atender à necessidade de deslocamento da mão de obra operária em especial das trabalhadoras têxteis entre os bairros periféricos e os polos produtivos (MORRISON, 2011 apud SILVA, 2020).

Com o crescimento de bairros como Camboa, Estiva e o próprio Anil, os bondes passaram a exercer uma função estratégica no controle da mobilidade urbana: garantiam o acesso dos operários às fábricas e, simultaneamente, reforçavam o disciplinamento social ao regular os tempos e espaços do cotidiano laboral. Essa função foi intensificada com a introdução dos bondes a vapor, em 1893, e, posteriormente, com os bondes elétricos em 1924, viabilizados pela empresa norte-americana Ulen & Company em acordo com o Estado (PRAZERES, 2009). Embora os discursos oficiais propagassem os bondes como símbolos do progresso republicano e da modernidade urbana, a experiência concreta da população trabalhadora era marcada por restrições. As tarifas elevadas, a superlotação e a limitação da frota tornavam o transporte uma extensão da precariedade já vivida no ambiente de trabalho. Muitas vezes, os operários de baixa renda precisavam completar o trajeto a pé quando os serviços falhavam, comprometendo ainda mais sua jornada (PALHANO, 1988; PRAZERES, 2007).

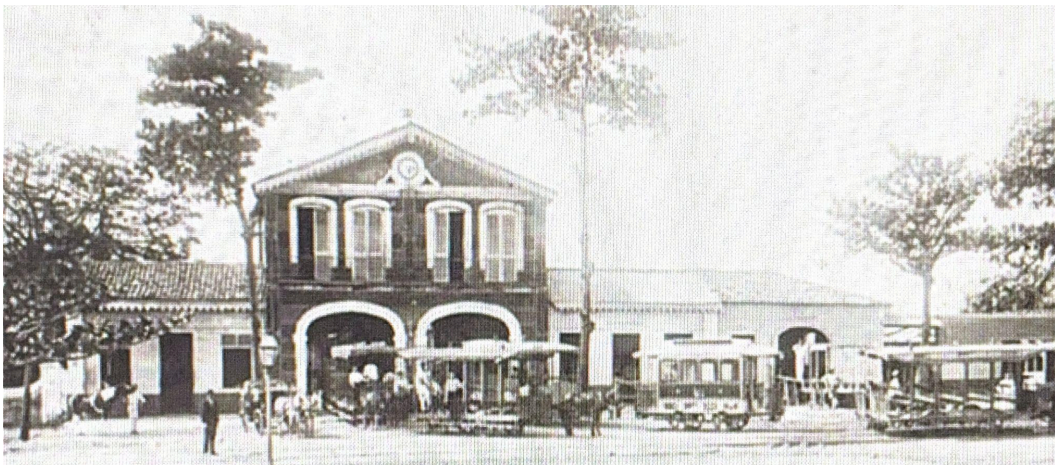
A disposição dos trilhos também refletia e reforçava a segregação socioespacial. Ao conectar as zonas fabris ao centro, os trajetos consolidavam o isolamento relativo dos bairros operários, ao mesmo tempo em que os subordinavam funcionalmente à lógica econômica urbana. A linha do Anil é um exemplo emblemático: embora tenha facilitado o acesso ao trabalho, manteve os trabalhadores distantes dos centros de decisão e dos serviços urbanos (SILVA, 2020). A circulação dos bondes, portanto, não pode ser entendida apenas como uma inovação técnica, mas como parte de um projeto de cidade que servia à lógica industrial. Os trilhos organizaram o espaço urbano segundo interesses econômicos, reforçando hierarquias de classe e criando novas formas de controle sobre a vida cotidiana dos trabalhadores.

Figura 03 – Bonde na Estrada do Anil (1920)

Fonte: LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. São Luís do Maranhão: corpo e alma. 2. ed. ampl. São Luís: Edição da autora, 2020. v. 1. Recurso digital.

Fotografia de Gaudêncio Cunha que retrata a fachada da Estação da Companhia Ferro-Carril de São Luís em 1908, símbolo da modernização urbana e do avanço dos transportes sobre trilhos no início do século XX. A estação foi um dos marcos da integração ferroviária com os bairros operários, contribuindo para a dinâmica fabril e a organização espacial da cidade.

Figura 04 – Estação da Companhia Ferro-Carril de São Luís (1908)



Fonte: CUNHA, Gaudêncio. *Fábrica Rio Anil, 1908*. In: *Álbum do Maranhão: 1908*. 2. ed. São Luís: Edições AML, 2008. Fotografia.

A configuração do trabalho feminino nas fábricas têxteis maranhenses nas primeiras décadas do século XX revela um cenário de exclusão e exploração sustentado por estruturas sociais rígidas. A inserção precoce de meninas pobres, as condições degradantes de trabalho, a ausência de direitos e a precariedade das moradias evidenciam um modelo urbano-industrial que operava à custa da vulnerabilidade.

5.5. Relações Laborais, vida no trabalho, contexto e cotidiano

Com base na análise da folha de votação do Sindicato de Mestres e Contramestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão (1943), é possível extrair importantes considerações sobre a composição social e de gênero do corpo sindical e as implicações da divisão sexual do trabalho industrial nesse contexto.

Quadro 02: Relação sindical e divisão sexual do trabalho no setor têxtil maranhense, 1943

Seleção dos associados	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO OU FUNÇÃO
Oderico Rodolfdo SIlva	54	Casado	Fiação
Lourival Viana de Jesus	28	solteiro	Tecelagem
Domingos Ribeiro	28		Tecelagem
Teodoro Albino	41	casado	Mecânica
Severino Ferreira da Silva	33	solteiro	Fiação
Orlando Silva Coelho	60	viuvo	Tecelagem

Francisco Vieira Costa	24	casado	Tecelagem
José Pedro Franco	38		Tecelagem
Maria Raquel Silva	57	casado	Caldeiras
Newton Waldemar Conceição	62		Urdideiras
José de Ribamar Viana	35		Tecelas
José Rodrigues dos Santos	36		Maçaroqueiras
José da Silva	35		Mecanica
Antonio Guterres	44		Tecelagem
Augustino Angelo Pinheiro	38		Tecelagem
João Silva	42		Tecelagem
José de Souza	41	solteiro	Escritorio
Horacio Penha Lima	38	casado	Tecelagem
Julio Ferreira	39		Tecelagem
Manoel da Rocha	57		Carpitaria
Antonio Rocha	41		Fiação
José Batista da Silva	58		Fiação
Domingos Rosario Almeida	62		Maçoroqueira
José de Ribamar Costa	25	solteiro	Batedores
Pedro Claudino Dias	56	casado	Batedores
Nassim Max Malty	35	solteiro	Fiscal Geral
José Gomes de Andrade	68	casado	Tecelagem
Pedro Matias Alves	19	solteiro	Fiação
Luiz de Jesus	33	casado	Gomadores
João da Cruz Santana	46		Mecânica
Silvio Malaquias Rubin	30		Mestre geral de fiação
Lino Raimundo de Souza	47	solteiro	Fiscal Geral
Augusto Souza	44		Fiscal Geral
José Murilo da Rocha Ribeiro	55		Gomadores
Olderico Braz Dias	40		Tecelagem
Maria Francisca Ferreira	32		Remeteção
Luiza França de Almeida	59		Tecelagem
Maria Silva Tavares	37		Batedores
Ricardo Ramos	25		Cardas
João Damasceno Alves	21		Fiação
Herminio Garcez da Conceição	34		Maçaroqueiras
Ricardo Silva	40		Escritório

José Anastacio Silva	65		Tecelagem
Maria José Costa	30		Tecelagem
Alexandre ALves Bezerra	52	casado	Cardas
Raimundo Nina Paiva	58		Cardas
Joaquim Soares Santos	43		Mecânica
Benedito Leal do Santos	46		Carpitaria
Narciso de Almeida	52		Maquinas
José de Ribamar Almeida	25		Tecelagem
Laurentina Santos	59		Urdidor
Zilmar Cruz	27		Tecelagem
Jacir santos Costa	37		Tecelagem
José Mendes	47		Tinturaria
Raimundo Soares Torres	52		Tecelagem
Djalma Graça da Costa	62		Tecelagem
Buelides Leal	60		Escritório
Dario Gomes	24		Escritório
Caetano da Silva	47		Escritório
Augusto Medeiros	52		Escritório
José Maria Santos	62		
José Maria Santos	60		
Antonio Lisboa	24		
João Carrramilo	47		
José Maria de Jesus Goiabeira	45		
Walter Robson Caldeira	60		Pedreiro
Luciano de Jesus Souza	29		Fiação
Aida Araujo	39		Almoxarifado
Matias Antonio Nogueira	24		Emabalador
Anthenor Loureiro	25		Fiação
Pedro Apostolo	25		Comadores[28]
Nalber Penha Junior	26		Tecelagem
José Frutuoso Graça	33		Tecelagem
Teodoro Antonio	35		Fiação
Reinaldo Costa Santos	35		Comadores

[28] No contexto fabril, o comador não integrava diretamente a cadeia produtiva, mas exercia um papel periférico e estratégico no cotidiano operário. Atuava como pequeno fornecedor de víveres, utensílios ou vestuário, frequentemente a crédito, estabelecendo relações de dependência econômica com os trabalhadores. Com presença comum nas imediações das fábricas ou nas vilas operárias, sua atuação se articulava a práticas de aviamento e adiantamento salarial, contribuindo para a reprodução das condições de subsistência sob moldes precários.

Waldemar Alves	30
Pedro Lazaro Campos	23
João Batista Garcez	58
Senevides Lídio dos Passos	32
Antonio Gregorio Brito	39

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão; elaboração própria com base na folha de votação do Sindicato de Mestres e Contramestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão, 1943.

A análise da folha de votação oferece uma oportunidade valiosa para compreender as dinâmicas laborais e as tensões de gênero no interior do mundo do trabalho fabril maranhense. Ela demonstra a desproporcional presença masculina nos quadros sindicais em um setor historicamente caracterizado pela intensa participação feminina na base produtiva. Essa realidade cotidiana de exploração, enfrentada por meninas e mulheres, contrastava com sua quase total invisibilidade nos espaços formais de representação sindical. Entre os mais de 70 nomes listados na folha de votação analisada, apenas sete são mulheres, uma presença marginal e simbólica diante da maioria masculina que ocupa cargos de maior prestígio técnico e organizacional, como mestres, fiscais e operadores de mecânica.

Essa assimetria revela um dos traços centrais da divisão sexual do trabalho industrial, que, conforme apontam Scott (1995) e Hirata e Kergoat (2007), opera tanto pela separação entre os espaços "masculinos" e "femininos" no interior das fábricas quanto pela desvalorização sistemática das funções atribuídas às mulheres. Enquanto estas ocupavam majoritariamente funções repetitivas, mal remuneradas e subordinadas, os homens concentravam os cargos técnicos, de gestão e de autoridade, tanto dentro das fábricas quanto nas instâncias sindicais. Tal estrutura não apenas reforçava hierarquias de gênero no cotidiano da produção, como também limitava as possibilidades de participação política das mulheres no campo laboral. A exclusão das operárias da esfera sindical não foi apenas reflexo da cultura patriarcal da época, mas também uma estratégia de controle social e disciplinamento da força de trabalho feminina, que se manteve alijada das deliberações sobre salários, condições de trabalho e organização coletiva (SAFFIOTI, 1969). A organização sindical, nesse contexto, aparece menos como instrumento de mediação democrática e mais como extensão da estrutura fabril,

pautada por valores masculinos, técnicas disciplinares e seletividade de classe e gênero. A folha de votação, portanto, é um documento que expressa o modelo excludente vigente em São Luís em que as mulheres eram centrais para a produção, mas periféricas para o reconhecimento institucional.

Essa dissociação entre trabalho produtivo e representatividade sindical aponta para a necessidade de se pensar as relações laborais do período não apenas sob a ótica da classe, mas também à luz das intersecções entre gênero, estrutura urbana e cotidiano fabril. A participação restrita das operárias nos espaços decisórios evidencia uma forma de exclusão que se projetava para além do chão de fábrica, conformando um cotidiano marcado pela invisibilidade política, pela fragmentação da organização coletiva e pela persistência de padrões sociais que naturalizavam a desigualdade no mundo do trabalho.

6. OPERARIADO FEMININO NA INDÚSTRIA TÊXTIL MARANHENSE, 1870 - 1945: COTIDIANO, MATERIALIDADE ICONOGRÁFICA E ACIDENTES DE TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo examinar o cotidiano das operárias da indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945, evidenciando as formas de exploração, violência de gênero e exclusão institucional que marcaram suas trajetórias. A partir de fontes como imprensa operária, iconografia fabril e inquéritos de acidentes de trabalho, busca-se compreender como essas mulheres, majoritárias nas fábricas, foram submetidas a jornadas exaustivas, baixos salários, assédio e negligência jurídica. Além de revelar a precarização do trabalho feminino, o texto investiga as estratégias de resistência e denúncia que, embora muitas vezes silenciadas, expressam a luta por reconhecimento e justiça social no contexto da industrialização periférica do Maranhão.

6.1. Imprensa e cotidiano

O *corpus* documental jornalístico denota as estratégias de resistência e organização das operárias, evidenciando as dificuldades enfrentadas, como maus-tratos e assédio, frequentemente relatados em jornais como *Tribuna do Povo*[29], *O Operário*[30] e *Jornal dos Artistas*[31]. Um artigo de 1918, intitulado *A Voz do*

[29] O *Tribuna do Povo* foi um jornal maranhense em circulação entre 1949 e 1959, liderado por Maria Aragão, médica, mulher negra e militante comunista, que desempenhava múltiplas funções como redatora, secretária e responsável pela venda do periódico. Com uma linha editorial combativa, o jornal destacou-se por denunciar desigualdades sociais, promover a visibilidade das questões de gênero e atuava como uma plataforma de expressão para as demandas dos trabalhadores, consolidando-se como um significativo instrumento de transformação e conscientização social.

[30] *O Operário* foi um periódico que circulou no Maranhão entre 1890 e 1910, desempenhando um papel relevante na articulação das lutas trabalhistas regionais. Embora existam registros de jornais com esse título em outras partes do Brasil como em Sergipe, onde *O Operário* foi órgão da União Operária Sergipana em 1891 e 1896, no contexto maranhense, sua atuação está inserida no movimento mais amplo da imprensa operária que emergiu nas primeiras décadas do século XX, voltada à defesa dos direitos dos trabalhadores e à denúncia das condições de exploração nas fábricas. Publicações como O Operário e o Jornal dos Artistas, este último identificado como "órgão dos interesses operários" em 1908, refletiam as tensões sociais da época e buscavam fomentar a consciência de classe entre os trabalhadores maranhenses. Sobre isso, veja-se o artigo de Astrojildo Pereira de 1947, *A Imprensa Operária no Brasil* in https://www.marxists.org/portugues/astrojildo/1947/07/imprensa.htm.

[31] Jornal dedicado às artes em geral, que circulou nas primeiras décadas do século XX no Maranhão, intitulado defensor da classe artística, em especial, dos trabalhadores das fábricas têxteis. Acesso ao arquivo na BPBL - ACERVO NACIONAL, Jornal dos Artistas 1918. Apud MELO (1990).

Operário, expôs abusos contra mulheres, ressaltando sua vulnerabilidade e a falta de proteção (MELO, 1990). As operárias grávidas enfrentavam condições ainda mais duras, recorrendo, sem apoio, a práticas perigosas como abortos clandestinos, o que agravava a exploração e perpetuava a dependência em relação ao sistema fabril. A ausência de assistência adequada refletia a interseção entre opressões de classe e de gênero, impondo uma vida de sacrifícios e restrições. Esses relatos, presentes tanto na imprensa quanto em estudos acadêmicos, oferecem uma perspectiva fundamental sobre as tensões entre exploração econômica e luta por dignidade, como se observa no registro do *Tribuna do Povo* de 27 de agosto de 1953.

> A perseguição às operárias que têm filhos traz consequências muito sérias para a saúde daquelas mulheres, São operários. Precisam de trabalhar para subsistir, e para afastar o fantasma do desemprego quando se sentem grávidas, lançam a mão de todos os meios para abortar. Como não dispõem de dinheiro para recorrer às habilidades <fazedores de anjo>, vão a qualquer curiosa e prejudicam seriamente a saúde, o que vem diminui a sua produção na fábrica, quando não as obriga a ficar semanas e semanas prostradas em casa, sem assistência, sem medicação correndo perigo de vida,
>
> PELA LIBERTAÇÃO DA CLASSE OPERARIA.
>
> Esta forma de opressão pode ser derrubada pela classe operária desde que ela se convença de sua força, e faça do sindicato a sua fortaleza, levando para lá todos os texteis, sindicalizando em massa e unificado a classe para a luta por sua libertação.

A formação da força de trabalho da indústria fabril maranhense acompanha a inserção da população liberta das relações escravistas, em seu caráter desprovido de qualquer posse ou usufruto dos meios produtivos, tendo apenas sua capacidade laborativa para assegurar seu sustento. Dentre esse grupo, predominavam mulheres, a maioria delas provenientes de famílias que anteriormente estiveram em situação de escravidão. Segundo Melo (1990), chegavam a 70% do total das trabalhadoras fabris em uma das maiores indústrias da época, o que mostra um indicador relevante para induzir-se que nas demais, o percentual não fosse muito diferente. Em alguns jornais é possível encontrar relatos a respeito das operárias de São Luís, em condições de precariedade, longas jornadas de trabalho, salários baixos e, principalmente, maus-tratos e assédio (que essas mulheres sofriam constantemente).

Sobre a jornada de trabalho, (Melo, 1990, pág.78) traz sua abordagem:

> (…) os operários ficavam em atividade, rotineiramente, de 11 a 12 horas por dia com uma alta intensidade do trabalho, percebendo, conforme assinalamos, menos, igual ou pouco mais que o salário mínimo legal, dadas as condições objetivas de produção e o nível de eficiência exigida pelo capital para remunerar naquele patamar legal (…).

Vejamos *O Operário*, de 17 de 1894:

> Horas de trabalho
>
> Já por vezes nos temos occupado do excessivo tempo de trabalho exigido dos operarios nas diversas fabricas existentes nesta cidade.
> Voltamos hoje a ocupar-nos de novo dessa questão de maxima importancia não só aos operarios, como as companhias e empresas proprietarias desses grandes centros de trabalho, em virtude anuncio ultimamente feito pela companhia Ferro Carril, marcado a hora para a partida de seus carros do largo do carmo á fábrica Anil, hora evidenciando a mais impropria possivel, principalmente nesta estação invernosa.
> O nosso illustre collega <Diário do Maranhão>, jornal Burguez desta cidade, e que portanto não pode ser acoimado de commungar nossas ideias, dando a noticia de tal deliberação da companhia, não responde furtar aos justos reclames da razão, e ponderou á mesma companhia á impropriedade da gira, 5 e 40 minutos da manhã, mas a cegueira de uma desenfreada e mal entendida ganancia é tal que nada attende, dá por paus e por pedras, ferindo e prejudicando até mesmo os proprios interessantes que julga salvaguardar e desenvolver.
> Que lucro tem tirado até hoje os nossos colegas que, segundo a velha rotina, trabalham e fazem trabalhar seus officaes e discipulos das 6 ou 5 ½ horas manhã até 6 da tarde quando não entram pela noite dentro?
> O embrobecimento da classe, a invencivel cegueira que não lhe deixa ver a miseria de sua condição; nem os meios ao seu alcance de sair do lastimoso estado em que se acha.
> Entrando os que assim procedem, julgam que estão lucrando muito .
> Não vêm que o operario embrutecido longe de ser um elemento de prosperidade e riqueza se converte num elemento de pertubação e atrazo, pelos seus maus costumes,tais como a arrogancia e intratabilidade repelentes ou o servilismo traicoeiro e villão?
> Entrando estas exigencias de excessivo trabalho não podem gerar outra cousa: a experiencia o prova exhuberantemente.
> Sabemos perfeitamente a origem destes males, apezar das repetidas contestações feitas no sentido de illudir-nos, como si foramos creanças.
> Digam o que quiserem, a burguesia considera o operario, como os antifos senhores consideravam seu escravos - cousas, não pessoas.
> Debaixo deste ponto de vista que importa á burguesia que o operario não possa dispor de uma hora para cuidar do sono e bem estar moral do seu aperfeiçoamento enfim?
>
> Os vicios, que porventura ella o fez contrair, castigal-os - á, usurpando do seu suor, impellindo-p mais para o fundo do abysmo da miséria, dizendo alias com a hypocrisia costumeira e inquisitorial de refinado jesuita - E para elle se regenere, coitado.

A reportagem evidencia não apenas a preocupação com as condições dos trabalhadores, mas também com a postura das empresas proprietárias dos centros de trabalho, cuja ganância desmedida compromete tanto o bem-estar operário quanto seus próprios interesses. A crítica recai sobre a imposição de horários

inadequados de transporte, a exaustiva rotina laboral e a consequente degradação física e moral dos trabalhadores, que são tratados pela burguesia como simples instrumentos de produção, sem qualquer consideração por sua dignidade ou necessidades básicas. Além da exploração econômica, o texto denuncia os impactos sociais negativos gerados por essas práticas, como a disseminação de maus costumes e a instabilidade social.

Nesse sentido, veja-se o *Operário* de 23 de Julho de 1893:

> O Claro
>
> Mais uma vez temos mostrado aos nossos companheiros, que só por meio da união, é que podemos prosperar, não para accumular fortuna, porem para vivermos que até hoje não temos vivido, e sim pela vida passado.
> A péssima habitação que temos, os viveres de ruim qualidade que ingerimos, as horas excessivas que nos obrigam a trabalhar, muito concorrem para a pouca vida e saude de que gosa o operario.
> Com essa quantidade de fabricas, que se tem desenvolvido neste estado, apareceu o pessimo costume de obrigar o operario a trabalhar 10 horas, em clima calido como o nosso. Quando na Europa os operarios pedem 8 horas para o trabalho, aqui neste estado calido e sem os commodos hygienicos se augmentam.
> Dessa forma se torna o operario embrutecido por lhe faltar tempo para instruir e cuidar da educação dos filhos, por que o homem que trabalha das 6 da manhã ás 2 da tarde, quando o sol tomba no firmamento, lhe fallecem tambem as forças, e somente por um dever continua no labor, quando mais ainda trabalha até ás 5 horas.
> Essa nova tabella importa na diminuição dos seus salarios, porque quando pela affluencia das 4 ás 6, elle recebe mais a gratificação de um quarto do dia, não porque sejam 2 horas realmente a quarta parte de 9, porem, como é um sacrificio que o operario faz em passar da hora da refeição, que importa na diminuição da sua saude, recebe em paga das 2 horas a quarta parte do dia.

O trecho analisado evidencia a preocupação dos trabalhadores com as condições degradantes de vida e trabalho, marcadas pela falta de moradias adequadas, alimentação deficiente e extensas jornadas laborais de 10 horas ou até mais, sob insalubridade. Essa realidade não apenas comprometia a saúde dos operários, mas também lhes retirava o tempo necessário para a educação própria e de seus filhos. A introdução de novas tabelas horárias, acompanhadas da redução salarial compensada apenas por gratificações insuficientes, acentuava ainda mais as desigualdades. A análise dos jornais da época revela um quadro de exploração, com baixos salários, equipamentos obsoletos e condições precárias, situação ainda mais agravada para as mulheres, que enfrentavam vulnerabilidades adicionais relacionadas ao cuidado familiar e ao assédio no ambiente de trabalho.

Figura 05 - Jornal Tribuna do Povo, de 17 de janeiro de 1958:

Situação do trabalhador maranhense

DOIS DIAS DE SERVIÇO POR UM QUILO DE CAMARÃO SECO

Tribuna do POVO

DIRETOR: DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO

São Luís, Maranhão 17 de Janeiro de 1958—N.º 368

TAL A CARESTIA DE VIDA EM NOSSO ESTADO—NOS MERCADOS, O PEIXE MAIS PÉSSIMO QUE SE ENCONTRA CUSTA 25,00--REAJUSTAMENTO DE SALÁRIO NEM SE FALA

EM edições anteriores, tivemos oportunidade de mostrar com dados concretos que o trabalhador maranhense tinha um déficite diário superior a 80 cruzeiros, isto dado ao alto custo de vida que assola o nosso Estado.

Entretanto, poucos dias depois, se formos fazer nova tabela das despesas mínimas de 4 pessoas, constataria-se um déficit d , no mínimo, cem cruzeiros diários, tal a despro porção entre o salário regional e a alta de preços dos gêneros de primeira necessidade.

CAMARÃO A 120,00

que o trabalhador maranhense para adquirir um quilo de camarão terá que gastar dois dias de serviço, uma vêz que o salário-mínimo vigente em nossa região é a base de 66,00 por dia.

Fonte: Acervo digital Biblioteca Benedito Leite.

O trecho evidencia a profunda desvalorização do trabalho no Maranhão, ao revelar que dois dias de serviço eram remunerados com apenas um quilo de camarão seco, um alimento ainda hoje associado ao baixo custo na região. Esse dado, ao mesmo tempo simbólico e real, denuncia a exploração da força de trabalho e a perpetuação da pobreza estrutural.

Tal cenário reflete as profundas desigualdades que marcaram os trabalhadores maranhenses, evidenciando uma estrutura econômica excludente e desumana. Ainda no *jornal Tribuna do Povo,* de 27 de fevereiro de 1954:

Figura 06 - Jornal Tribuna do Povo, 1954

Continuam as explorações na Fábrica Santa Izabel

OPERARIAS PERCEBEM ATE' VINTE E TRÊS CRUZEIROS POR DIA—SINDICATO E MINISTERIO DO TRABALHO NÃO DÃO SINAL DE VIDA—JOÃO VIEIRA E' PAGO PELO SINDICATO E NÃO SE INTERESSA PELOS PROBLEMAS DA CLASSE

Constantemente nos ocupamos da vexatória situação em que enfrenta o trabalhador textil maranhense, vêzes ganhando menos da metade do salario-mínimo vigente e sofrendo perseguição por parte dos empregadores e seus auxiliares imediatos.

DIÁRIA DE CR$. 23,00

Na última quinzena, tivemos oportunidade de verificar envelopes de pagamento de várias operárias da secção de tecelagem da Fábrica Santa Izabel, onde haviam tecelãs, que trabalham por produção, que raceberam sòmente Cr$. 346,40 por quinze dias de serviço, ainda deduzindo 70,00 para o Instituto dos Industriários, o que equivale dizer que tais operárias ganham uma média de vinte e três cruzeiros por dia, quando o

(Conclue na 2ª pag.)

ante na I.A.P.I.

E FERIADOS SEM O EZAMENTO

zem—nos tiram lenta-

(Conclue na 2a. pag.)

Aniversario d. Ind. dos Graficos

FORAM INAUGURADOS OS DEPARTAMENTOS MÉDICO, DENTÁRIO, JURIDICO E LANÇADA A CAMPANHA PRÓ-INSTALAÇÃO DA ESCOLA ——DE ARTES GRÁFICAS——

Conforme noticiamos em nossa edição anterior, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de S. Luís festejou, solenemente, seu 21° aniversário de fundação, tendo realizado um vasto programa, do guração dos Departamentos médico, dentário, jurídico, e, uma vesperal dançante que encerrou-se às 18,30 horas.

CAMPANHA PRÓ-INSTALAÇÃO DA ESCOLA

As eleições italianas

COMUNISTAS E SOCIALISTAS OBTIVERAM 45,5 °/° DA VOTAÇÃO

Roma, (FP)—A percen-

Comunista 510.765 (25,5%)

Fonte: Acervo digital Biblioteca Benedito Leite

A situação dos trabalhadores têxteis da Fábrica Santa Izabel revela um quadro alarmante de exploração, com operárias recebendo apenas 23 cruzeiros por dia, valor inferior a um terço do salário mínimo vigente, ainda que a notícia mencionasse apenas metade dessa defasagem. O cenário era agravado por descontos compulsórios, como a contribuição ao Instituto dos Industriários, que corroíam ainda mais os parcos rendimentos. A negligência das autoridades, incluindo o Sindicato e o Ministério do Trabalho, evidenciava a ausência de proteção efetiva à classe operária, sendo emblemático o caso de João Vieira, representante sindical desinteressado nas demandas das trabalhadoras, refletindo a fragilidade e a coaptação das instituições sindicais naquele contexto.

Mesmo em sua representação de classe havia problemas, como evidencia um trecho da *Tribuna do Povo* (1953, sem data específica), que retrata essa realidade recorrente:

> Depoimento da operária: Mariá José Freitas, tendo discorrido sôbre as diversas e insuportável fõrmas de exploração a que vive submetida a mulher trabàlhadora, particularmente às da industria têxtil. também usaram da palavra os srs. Raimundo Jlnklngs e Francisco Filluerêdo, em nome da L.E . N. e dos e Populares do Càvaco e Báixo Paraizó, respectivãmente.

Observa-se que, mesmo em um veículo comprometido com a emancipação da classe trabalhadora e, em especial, das mulheres trabalhadoras, o depoimento de Mariá José Freitas necessitou ser legitimado pelo aval de lideranças sindicais masculinas, evidenciando a persistência das assimetrias de gênero nas relações sociais de produção e o condicionamento da voz feminina à mediação masculina, mesmo em espaços voltados à luta por direitos.

Não se tratava de um caso isolado. Novamente, na *Tribuna do Povo*, de 30 de setembro de 1954, apareciam novas denúncias de abusos, dessa vez na empresa Sanharó:

> JORNADA DE 13 HORAS. Há bem pouco tempo os operarios da «Sanharó» trabalhavam treze horas por dia, com o irrisorio salário de 8,40, Hoje, para conseguir o salário mínimo, trabalham dez a doze horas, em virtude da antiguidade das máquinas, da técnica obsoleta, do fio sobre etc. EXPLORADOS POR TODOS OS MEIOS; Na fábrica do governador vale tudo contra o operario. A peça tecida sai com 40 metros. Essa é a metragem paga ao trabalhador. Levada, porém, á calandra, a peça espichada cêrca de 12 metros que vão para o bolso do patrão, além disso, ao esticar a peça na calandra o tecido abre em alguns pontos, ficando com falhas. Então o operario perde a peça. Isto é, nada recebe pelo dia de trabalho.

Essa realidade, marcada por baixos salários, falta de assistência e ausência de fiscalização, perpetuava um sistema de exploração que penalizava os operários e, especialmente, as mulheres, submetendo-as a jornadas intensas de trabalho sem qualquer garantia de dignidade ou justiça social. O silêncio e a omissão das entidades responsáveis não só legitimavam essas práticas abusivas, mas também reforçavam a desigualdade estrutural e o desamparo da classe trabalhadora.

Existe materialidade registrada sobre aspectos mais diretos das relações sociais produtivas enfrentadas pelas trabalhadoras fabris maranhenses, como relata a *Tribuna do Povo*, de 12 de junho de 1955:

> Roubadas em 600 cruzeiros por mês as operárias da Fabrica Rio Anil
>
> DOS 393 TEARES A MESMA HÁ CÊRCA DE 100 PARADOS E OS PATRÕES EXIGEM AOS OPERÁRIOS A MESMA PRODUÇÃO -SUSPENSO OU DEMITIDOS OS OPERÁRIOS QUE ENCONTRADOS FUMANDO, MESMO QUE SEJA NO BANHEIRO- A MAIORIA DAS TECELÃS, DEVIDO A PARALISAÇÃO DOS ,TEARES, NÃO GANHA 600 CRUZEIROS
>
> O sr. Domingos Jorge, sócio-diretor da Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil, criminosamente, parou cêrca de 100 teores dos 393 daquela fábrica e exige,

> dos operários, a mesma produção. Além dos teares, existem paradas duas máquinas de espulas das 19 existentes na fábrica.
>
> ROUBADAS EM 600 CRUZEIROS POR MÊS AS TECELÃS
>
> Diante da absurda atitude do sr. Domingos Jorge em paralizar parte das máquinas da fábrica, as tecelãs, que ganham por produção, vêm-se na contigência de não produzir o suficiente de peças, para fazer face aos 40,00 diários. Segundo declarações que nos foram prestadas, existem operários no Rio Anil que percebem 600 ou menos cruzeiros por mês, dadas as constantes paradas e péssimas condição do material, sendo roubadas, miserálvelmente, na metade do ordenamento.
>
> E´PROIBIDO FUMAR
>
> Ao invés de procurar substituir as máquinas velhas antiquadas, causadoras dos maiores prejuízos aos trabalhadores e também de incêndios, o que faz os padrões é proibir terminantemente que os operários fumam. Nem mesmo no banheiro ou aparêlho sanitário, tal permissão é concedida, e qualquer operário que for encontrado fumando será suspenso por 3 dias, sem direito a nada.
>
> ORGANIZAÇÃO,CAMINHO PARA A VITORIA
>
> Antes tal situação só resta um caminho justo que conduzirá a uma vitoria certa: lutar, organizadamente, dentro do sindicato, com base nos Conselhos Sindicais de
> empresas, para conseguir liquidar com as explorações patronais, de qualquer que eles se manifestem.

O trecho da *Tribuna do Povo* descreve a situação na Fábrica Rio Anil à época, onde cerca de 100 teares e duas máquinas estavam parados, mas os patrões exigiam a mesma produtividade, submetendo as operárias, remuneradas por produção, a uma pressão insustentável. É denunciado um "roubo salarial", com trabalhadoras recebendo 600 cruzeiros ou menos[3233], agravado pelas paradas constantes e pela baixa qualidade dos materiais. A proibição de fumar, até mesmo em espaços afastados como os banheiros, era usada como justificativa para repressões e descontos salariais, com suspensões de três dias sem compensação,

---

[32] Em 1953, o salário mínimo no Brasil era de Cr$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros), valor estabelecido pelo Decreto nº 30.342, de 31 de dezembro de 1951, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1952. O artigo 2º do Decreto previa que: *"Para os menores aprendizes de que trata o art. 80 e seu parágrafo único da consolidação das Leis nº 5.452, 1 de maio de 1943,o salário mínimo respeitada a proporcionalidade com o que vigorar para o trabalhador adulto local, será pago na base uniforme de 50% (cinquenta por cento)"*. É bastante provável que no caso da notícia veiculada, a referida empresa se utilizasse do estratagema de contratar mão de obra "aprendiz" pela metade da remuneração, o que seria corroborado pelo valor declarado. Combinado aos indícios da jornada de trabalho excessiva, até mesmo para os trabalhadores não aprendizes, escancara-se a voragem dos empresários têxteis por sobre o contingente notadamente mais vulnerável das operárias maranhenses.

[33] Em termos de poder de compra internacional, o salário mínimo brasileiro em janeiro de 1953 correspondia a aproximadamente US$ 64,21. Esse valor, embora modesto, era significativo para a época, refletindo as condições econômicas e cambiais do período.

prática provavelmente aplicada de maneira mais severa às mulheres. Frente a esse quadro de exploração e desigualdade, o jornal ressalta a necessidade de organização sindical e atuação dos Conselhos Sindicais como instrumentos de resistência e conquista de melhores condições de trabalho para as operárias.

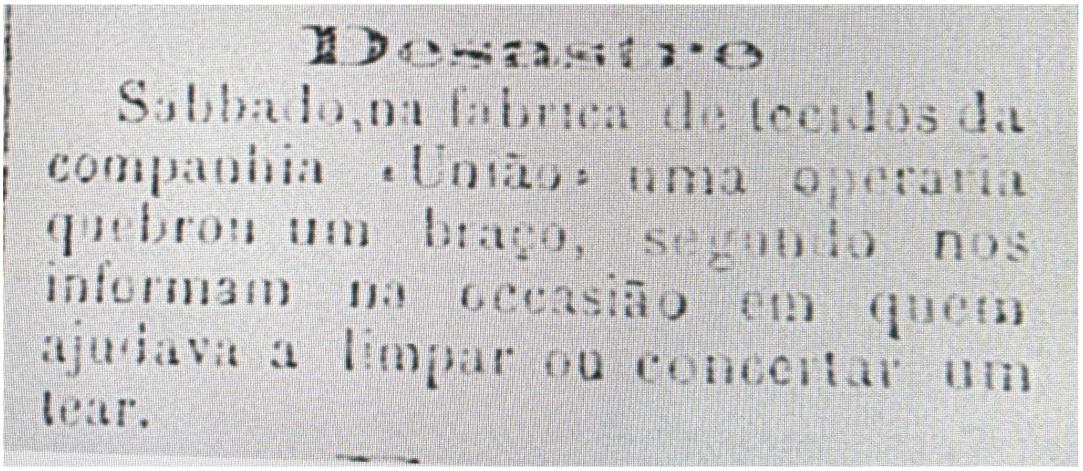
O emprego de mão de obra feminina também obedecia a uma curva preferencial dos empregadores. O argumento de que mulheres seriam mão de obra mais barata, mais cordata e menos propensa a reivindicações e custos trabalhistas parece ganhar corpo na notícia da *Tribuna do Povo*, de 29 de maio de 1955:

> Desenfreada Exploração aos operários da Manufatura
>
> DEMISSÕES ARBITRARIAS DE VELHOS TRABALHADORES PARA SER SUBSTITUIDOS POR MENORES- JOSÉ DE AGUSTINES SE NEGA A ASSINAR AS CARTEIRAS DOS OPERÁRIOS PARA DEMITI-LOS SEM INDENIZAÇÃO-
>
> CAXIAS, O conhecido explorador de operários, José De Augustines, sócio-diretor da fábrica de Fiação e Tecidos «Manufatura», e vem, de certo tempo pra cá , utilisando novos métodos de perseguições e explorações a seus trabalhadores. DEMISSÕES ARBITRÁRIAS - Com o intuito de não permitir que os operàriós alcancem estabilidade na fábrica, o famigerado usurpador Augustines demite todo aquele que conta com menos de dois anos de serviço, admitindo, na vaga, menores ou pessoas que se sujeitem a ganhar 16 cruzeiros por dia.
> Dos inúmeros operários que tem sido demitidos arbitráriamente da «Manufatura ii , o mais recente foi o trabalhador João Nestor, que, sómente récebeu parte da indenisação a que tinha direito por tempo de serviço, - NÃO ASSINA AS CARTEIRAS dos operários admitidos na vaga dos que sao postos no « olho da rua ", são considerados «contratados», não gosando de nenhum direito assegurado ao trabalhador, nem mesmo suas carteiras são assinadas. O operário Waldemar Guarda, que foi admitido na fábrica Manufatura como « contratado », a mais de 6 meses que o senhor entregou ao sr. Augustines a sua carteira profissional e até esta data não foi Assinada e nem devolvida. 12 HORAS POR DIA Na ponte « Benedito Leite», em Estiva, trabalham turmas de vigias, que se sucedem de 24 em 24 horas, isto é, cada turma trabalha 24 horas consecutivas, que corresponde a três dias úteis de trabalho, (de 8 horas). Em troca destes três dias, como era natural, deviam folgar outros três. Mas desta vez seriam dias de 24 horas, pois a lei só manda se trabalhar 8 horas em cada 24 horas. Mas alí é diferente: têm de trabalhar 12 horas por dia, ou sejam 74 horas por sémana, em vez de 48, dando sangue âs pragas que caem aos montes, CR.$ 30,00 por dia. Além dêste absurdo, vem outro ainda maior para completar o qúadro de exploração: só ganham trinta cruzeiros por dia e ainda ficam sujeitus aos atrasos até de 5 meses, colocando os trabalhadores em má situação frente aos fornecedores, quando tem a sorte de encontrar.
>
> COM UNIDADE E ORGANIZAÇÃO CONSEGUIRÃO CONQUISTAR O QUE PRECISAM
>
> Em todo o país os trabalhadores têm dado exemplos, mostrando aos seus companheiros o caminho certo de se conquistar o que deseja. Inclusive em nosso

> Estado, os trabalhadores lutando têm conseguido vencer a resistência dos seus inimigos, conquistando por fim o que necessitam, o que devem fazer os trabalhadores do D.E.R.

As condições de trabalho descritas na *Tribuna do Povo* revelam a precarização sistemática da mão de obra na Manufatura, com demissões arbitrárias, substituição de trabalhadores mais velhos por menores e recusa em assinar carteiras profissionais, práticas que fragilizavam direitos, sobretudo das mulheres operárias. O empresário José De Augustines, ao demitir empregados antes de completarem dois anos de serviço, impedia a conquista da estabilidade e perpetuava a insegurança.

Figura 07 - Acidente com operária da Companhia União Caxiense, 1895

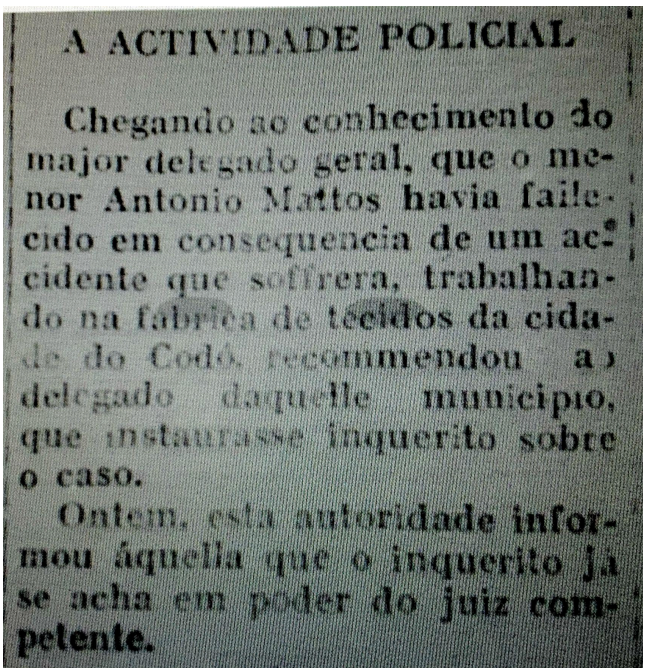


Desastre

Sabbado, na fabrica de tecidos da companhia «União» uma operaria quebrou um braço, segundo nos informam na occasião em que ajudava a limpar ou concertar um tear.

Fonte: Jornal Gazeta Caxiense, 1895. Apud MAGALHÃES, 2021, p. 176.

Figura 08 - Acidente com menor de idade na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, 1932



A ACTIVIDADE POLICIAL

Chegando ao conhecimento do major delegado geral, que o menor Antonio Mattos havia fallecido em consequencia de um accidente que soffrera, trabalhando na fabrica de tecidos da cidade do Codó, recommendou ao delegado daquelle municipio, que instaurasse inquerito sobre o caso.

Ontem, esta autoridade informou áquella que o inquerito já se acha em poder do juiz competente.

Fonte: Jornal O Imparcial (1932). Apud MAGALHÃES, 2021, p. 176.

A ausência de registro em carteira privava os trabalhadores de garantias legais dificultava a fiscalização, enquanto os atrasos salariais de até cinco meses agravavam as desigualdades e impunham intenso desgaste físico e emocional ao operariado, o que pela vulnerabilidade atingia com maior impacto às mulheres operárias.

A questão da falta de cuidado estendido aos filhos das operárias aparece na *Tribuna do Povo,* em dezembro de 1953, à página 3, descrevendo a condição das creches destinadas às operárias de indústrias têxteis em São Luís:

> Numa creche onde as crianças não tem alegria de viver
>
> As tecelãs maranhenses tem centenas de reivindicações a serem feitas antes aos responsáveis pelas empresas onde atuam e nos ministérios, para que realmente chegue a ter nos locais de trabalho, não o inferno, dentro de um clima irrespirável e perseguições e arbitrariedades as mais revoltantes, mas um lugar onde o serviço possa ser realizado com conforto, mas o que vem cedo sendo mais sentido por elas, de um modo especial é a falta de creche onde a mãe tecelã deixe seu filho com segurança nas horas de serviço. De seis fábricas que S. Luiz possui, apenas uma tem creche: a fiação e tecidos da Camboa e quem assim mesmo conta com normas internas prejudiciais, como seja a de não aceitar “crianças que não sejam filhos legítimos"
>
> Atualmente, a creche da Camboa, se responsabilisa - nas horas de serviço - por trinta crianças que vão de 0 a 7 anos.
>
> O repórter encontrou para bem dizer, não as 30 crianças, mas umas quinze que, pela constituição fisica, aparentavam não só um desanimo motivado pela marcante desnutrição, mas todo um estado de miséria espelhando a situação presente da classe operária, quinze crianças que demonstraram não serem desnecessárias as lutas que a classe operária desencadeia para conseguir melhores condições de vida.
>
> Quinze crianças apenas entre as centenas de filhos de operários de outras fábricas, que ficam, enquanto seus pais trabalham, ao desamparo, sozinhas nas casas, correndo vários perigos, sem as vezes, terem quem lhe dê alimentação.

As reivindicações das tecelãs maranhenses, conforme noticiado pela *Tribuna do Povo*, abrangiam diversas demandas direcionadas tanto às fábricas quanto aos ministérios competentes, destacando-se a denúncia das condições de trabalho

descritas como um "inferno" e a urgente necessidade de creches para os filhos das operárias. Entre as seis fábricas de São Luís, apenas a Fiação e Tecidos da Camboa possuía creche, ainda que com restrições discriminatórias, como a exclusão de crianças que não fossem "filhos legítimos", e com indícios de subnumeração no atendimento. A descrição das crianças, marcada por sinais de desnutrição e desânimo, associava-se à miséria vivenciada pela classe operária em geral. A reportagem sugere que a situação da Camboa era a “menos pior”, evidenciando ainda mais a precariedade enfrentada pelas mães trabalhadoras cujos filhos não contavam com nenhum suporte. A luta por creches e por melhores condições de vida para as crianças era, assim, reconhecida como elemento fundamental para a emancipação da classe operária.

As mulheres trabalhadoras do setor têxtil também encontravam dificuldades no acesso à educação e no convívio com suas famílias. A falta de instrução formal limitava suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional, enquanto a conciliação das responsabilidades familiares com o trabalho nas fábricas se mostrava um desafio constante.

Veja-se *O Operário*, 1893, 18 de Junho:

> Escola Nocturna operária
>
> Temos constantemente clamado destas colunas pela necessidade da instrucção na classe operaria. Ninguem ignora a tenacidade e insistencia com que nos temos occupado deste assumpto, a nosso ver da mais transcendental importancia aos interesses dos nossos irmãos, porem ao mesmo tempo que isso pregavamos, cogitamos no meio de por em pratica nossas ideias. Abrindo um curso das materias que nos são mais necessarias, em horas que não prejudiquem o trabalho que nos dá o pão.
>
> Nesse sentido temos empregado algum esforço e podemos garantir que não tem sido em vão.
>
> Em breve anunciaremos a abertura de uma aula nocturna para operarios, onde alem das materias que constituem o curso primario, indubitavelmente o mais necessario se ensinarão outras materias sencudarias de que havemos mister.

Essa reportagem evidencia a existência de escolas noturnas destinadas à classe operária, cujos convites eram frequentes em diferentes jornais da época. Essas iniciativas visavam melhorar a capacidade educacional dos trabalhadores fabris. Essas escolas eram oferecidas sobretudo por organizações sindicais da época, realizando trabalho de base, na formação e arregimentamento de quadros. No contexto econômico da época, esses temas abordavam a necessidade de

empoderamento por meio da educação e o papel fundamental da instrução na busca por melhores condições de vida e maior autonomia da classe trabalhadora, além de evidenciar a preocupação em superar as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

Ao oferecer aos trabalhadores oportunidades de educação noturna, em horários que não interferissem em seu trabalho, buscava-se garantir que estes tivessem acesso a conhecimentos e habilidades que pudessem melhorar suas condições de trabalho e ampliar suas perspectivas. Ações como essa representavam um esforço para reduzir a desigualdade de oportunidades e fortalecer a luta pelos direitos dos trabalhadores, utilizando a educação como instrumento de resistência e transformação social. É razoável supor que pelo menos mais da metade desse contingente de trabalhadores, dadas as condições demográficas do Estado do Maranhão e da região metropolitana de São Luís à época, fosse composto de mulheres de ascendência africana e/ou indígena[34].

Um trecho do jornal *O Operário,* que circulava na virada do século XIX para o XX no Maranhão, revela um caso emblemático que ilustra as desigualdades sociais e desanimadoras presentes na sociedade da época. O crime de defloramento da menor Cecília Galvão, cometido por Francisco Castro, um influente caixeiro da casa comercial Cunha Santos, expõe como disparidades a condição desvalida da jovem operária e o poder econômico do acusado. Vejamos *O Operário,* número 34, de 23 de julho de 1893:

> JURY
>
> Consta-nos que, na próxima semana, subirá o julgamento, neste tribunal o crime de defloramento da menor Cecília Galvão, de que é accusado Francisco Castro, caixeiro importante da casa commercial - Cunha Santos - desta praça.

[34] Segundo CORREIA (2006, p. 188): "*Efetivamente, o Maranhão não recebeu a imigração 'desejada', pois essa era então a gente que viesse de fora dos limites da Península Ibérica, particularmente de Portugal. (...) De sorte que, nesse tempo em que fora abolida a escravidão e em que todo um conjunto de idealizações haviam sido elaboradas a respeito do trabalho e do trabalhador, preconceitos arraigados acerca da terra e de sua gente foram reforçados, acobertados pelo manto da ciência produtora e garantidora de verdades que o tempo se encarregava de negar. Sonhava-se com a importação de povos eslavos, germânicos e saxônicos, em detrimento de outros, que agora o racismo aparecia 'pintado com as cores da ciência'". (...) Em termos de imigração estrangeira e composição do operariado de São Luís, sonhou-se com uma incorporação desde o início do longo e apaixonado tempo em que se discutiu a viabilidade de se implantarem fábricas numa terra de economia, por excelência, agrícola."*

> Nada teriamos a ver com esse julgamento, si não soubessemos do que se trama. afim de que o veredictum do tribunal seja favoravel ao acusado. Cecilia é menina desvalida, operaria em uma das fabricas de fiação da cidade; Francisco Castro é caxeiro burgueses opulentos que lhe dispensam toda a proteção.
>
> Cecilia representa o trabalho maioria da sociedade actual consideram como a mizeria; Francisco Castro representa o capital, o poder do ouro, a cuja omnipotencia tudo deve ceder, diante do qual até a honra de uma mulher nada vale; eis a questão Dahi os pedidos e promessas que se estão fazendo aos jurados, segundo nos consta, como se esta affronta aos brios dos dignos juízes de facto fosse a cousa mais natural e justa
>
> Temos fé, porém, que o jury saberá colocar-se acima de todas as misérias e proceder com a calma, critério e imparcialidade próprias destes santuários de reparação que sabem comprehender sua missão elevada, fazendo justiça.

Cecília representava “a maioria trabalhadora da sociedade”, relegada à miséria e vulnerabilidade. Por outro lado, Francisco Castro personificava “o capital e o poder do dinheiro”, diante do qual “até a honra de uma mulher” parecia “não ter valor”. A matéria colocava, assim, um impasse sobre as relações de poder e privilégio que permeavam a sociedade. Os meandros descritos pela reportagem denotam o caráter machista, racista, patrimonialista, clientelista em que estava fundamentado o chamado “Estado de Direito”, dotado da chamada “liberdade jurídica” do capitalismo.

A documentação analisada revela um quadro de profunda desigualdade nas relações laborais do setor têxtil maranhense, marcado por jornadas extenuantes, salários baixos, falta de assistência e exclusão das mulheres dos espaços de representação sindical. Apesar de constituírem a maioria da força de trabalho, as operárias permaneciam marginalizadas, submetidas a um modelo produtivo que explorava sua vulnerabilidade social, de gênero e racial.

Emergem sinais de resistência por meio da imprensa operária e da atuação de lideranças locais, que denunciaram abusos e reivindicaram melhores condições de vida e trabalho. Essas iniciativas, embora limitadas, expressam formas de organização política e contestação simbólica fundamentais para compreender a luta por direitos e reconhecimento da classe trabalhadora no Maranhão.

6.2. Iconografia

A fotografia da Fábrica Rio Anil de 1908 revela uma clara divisão de gênero no espaço de trabalho industrial. As mulheres, visivelmente em sua maioria jovens e

adultas, são observadas operando nas máquinas de fiação, uma tarefa meticulosamente associada à mão de obra feminina durante o período.

Figura 09 - Fábrica Rio Anil, 1908

Fonte: Álbum do Maranhão 1908. Gaudêncio Cunha, todas as fotos pertencem ao mesmo álbum.

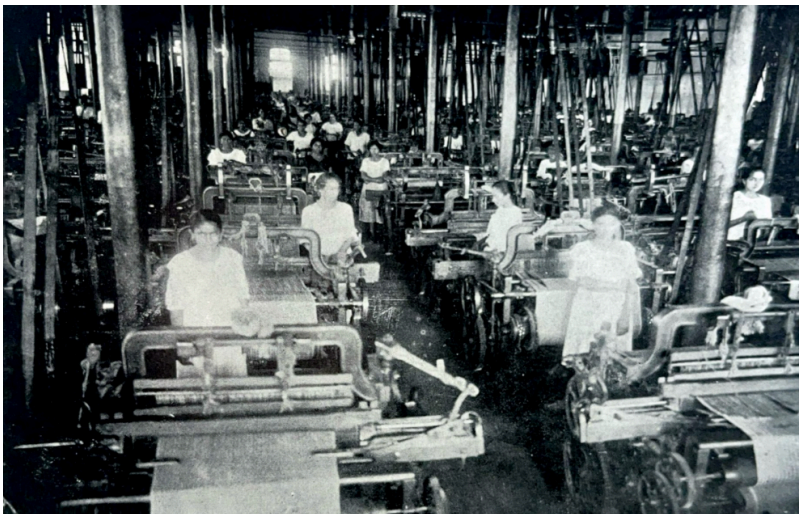
O trabalho realizado nessas fábricas era considerado "feminino" devido à sua natureza delicada e repetitiva, o que reflete a ideia social de que as mulheres eram mais adequadas para tarefas que exigiam precisão, mas não força física. Essa divisão de trabalho era fundamentada nas normas de gênero da época, que viam o trabalho feminino como submisso e de menor valor econômico, apesar de sua essencialidade para o funcionamento das fábricas. A imagem de mulheres em tarefas como fiação e tecelagem, além de ser uma representação do papel secundário das mulheres no mercado de trabalho, também reflete as desigualdades estruturais que elas enfrentavam em comparação aos homens, que dominavam as posições de maior prestígio e maior pagamento.

A presença de mulheres nas fábricas também nos permite refletir sobre o possível envolvimento de menores de idade no processo fabril. Embora a fotografia não permita afirmar com certeza, o contexto histórico da época sugere que as fábricas frequentemente empregavam meninas e adolescentes, muitas vezes por salários extremamente baixos. O trabalho infantil, principalmente em fábricas têxteis,

era uma realidade comum nas primeiras décadas do século XX, e essas jovens trabalhadoras eram vistas como uma mão de obra acessível e facilmente controlada.

Na fotografia da Fábrica Cambôa de 1908, a cena mostra claramente a presença das mulheres no processo de tecelagem e na operação das máquinas. As trabalhadoras, em sua maioria mulheres jovens, eram responsáveis por tarefas repetitivas e de baixo status, uma característica do trabalho feminino nas fábricas da época.

Figura 10 - Fábrica Cambôa, 1908



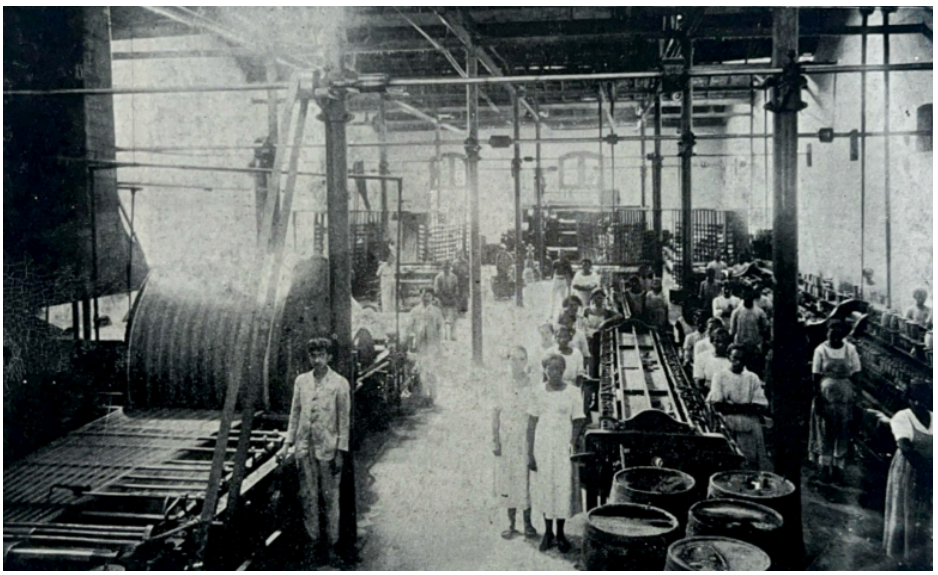
Fonte: Álbum do Maranhão 1908. Gaudêncio Cunha, todas as fotos pertencem ao mesmo álbum.

A divisão de gênero nesse ambiente de trabalho reflete a estrutura social da época, que alocava as mulheres nas áreas de menor prestígio e, consequentemente, com menos remuneração. Essas atividades, frequentemente associadas à delicadeza e à paciência, eram vistas como mais apropriadas para o gênero feminino, ignorando, no entanto, o caráter extenuante e desgastante do trabalho. A fotografia de mulheres operando nas máquinas de tecelagem é, portanto, um testemunho das normas sociais e de gênero que sustentavam a hierarquia no mercado de trabalho, onde as mulheres eram confinadas a funções subordinadas, enquanto os homens ocupavam as posições de maior autoridade e remuneração.

Além disso, como ocorre com muitas fábricas da época, é possível que a fotografia também registre a presença de menores de idade. A prática de empregar crianças e adolescentes em condições de trabalho severas era comum no Brasil, principalmente em fábricas têxteis, onde a mão de obra infantil era amplamente

explorada. Meninas, em particular, eram vistas como uma fonte de trabalho barata, muitas vezes realizando tarefas repetitivas nas máquinas de fiação e tecelagem. A exploração do trabalho infantil era uma realidade invisibilizada, mas essencial para a manutenção da produção fabril. Essas jovens, que provavelmente não eram reconhecidas em sua totalidade como trabalhadoras legítimas, eram igualmente vítimas de uma estrutura de gênero e idade que as colocava em uma posição de extrema vulnerabilidade.

Figura 11 - Fábrica Cambôa - As massoroqueiras, 1908



Fonte: Álbum do Maranhão 1908. Gaudêncio Cunha, todas as fotos pertencem ao mesmo álbum.

A fotografia da Fábrica Cambôa de 1908 evidencia o trabalho das mulheres em uma tarefa específica, a "massoroqueira", que envolvia o processo de fiação do algodão, uma atividade delicada e essencial para a produção têxtil. A função atribuída às mulheres, que, de acordo com a divisão de trabalho da época, estava intimamente ligada à ideia de que o trabalho feminino deveria ser de paciência e destreza manual, é emblemática da desigualdade de gênero que permeava o ambiente fabril.

A fachada do edifício da Companhia Fabril Maranhense, em 1908 adiciona camadas de significado ao contexto.

Figura 12 - Fachada do Edifício da Companhia Fabril Maranhense, 1908.

Fonte: Álbum do Maranhão 1908. Gaudêncio Cunha, todas as fotos pertencem ao mesmo álbum.

A fotografia mostra um largo contingente de funcionários e funcionárias perfiladas à frente da fábrica. É possível estimar uma parcela ligeiramente maior de mulheres no total, e algumas delas parecem bastante jovens. O carro à direita, um modelo Ford-T, aparece como ícone de hierarquia social apresentado pelos donos da empresa, em caráter afirmativo e ostentatório.

A fachada da fábrica Cambôa é mostrada em uma outra fotografia, sugerindo um caráter impactante por sobre os operários - operárias, no caso - frente à sua “grandiosidade”, na composição de uma ideologia do trabalho.

Figura 13 - Fachada do Edifício da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Fábrica Câmboa), 1908

Fonte: Álbum do Maranhão 1908. Gaudêncio Cunha, todas as fotos pertencem ao mesmo álbum.

A fotografia do pátio de fábrica da Rio Anil fornece indícios poderosos da utilização intensiva e sobrexploratória da mão de obra feminina e infantil no setor.

Figura 14 - Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, 1908

Fonte: Álbum do Maranhão 1908. Gaudêncio Cunha, todas as fotos pertencem ao mesmo álbum.

A mão de obra feminina e infantil predominava pelo fato de serem mais baratas que a masculina e menos indóceis (GIROLETTI, 2002). Nas pesquisas em jornais antigos encontrou-se muitos relatos de acidentes de trabalho graves, incluindo mulheres e crianças (GIROLETTI, 2002 apud MAGALHÃES, 2021, p. 176).

6.3. Acidentes de trabalho

A análise dos inquéritos de acidentes de trabalho referentes à indústria têxtil maranhense, entre 1870 e 1945, evidencia, já em sua distribuição numérica, uma diferença significativa entre os gêneros. De um total de 17 inquéritos coletados dentro do período estudado, 10 referem-se a acidentes envolvendo trabalhadores homens, enquanto apenas 7 envolvem mulheres. Trata-se, evidentemente, de uma amostra extraída de um universo documental muito mais amplo, cujo volume total permanece desconhecido, mas que, dadas as dimensões do setor têxtil e a longevidade de sua atividade no período, deve ter sido significativamente superior ao contingente amostral aqui analisado. Essa discrepância numérica não pode ser interpretada de forma simplista como indicativo de menor exposição das operárias aos riscos laborais, mas antes sugere a existência de dinâmicas específicas de registro e de visibilidade institucional dos acidentes. A sub-representação das mulheres pode refletir tanto a divisão sexual do trabalho com a concentração das operárias em funções consideradas "menos perigosas" quanto a própria invisibilização jurídica e administrativa das condições de risco a que estavam submetidas. Essa desproporção não pode ser interpretada de maneira simplista como reflexo de uma menor exposição feminina aos riscos do trabalho fabril, mas sim como indicativo de desigualdades na distribuição das tarefas, registro jurídico e visibilidade social dos acidentes com operárias. A fim de sistematizar os dados levantados nos inquéritos judiciais referentes a acidentes de trabalho na indústria têxtil maranhense, entre os anos de 1921 e 1948, elaborou-se o quadro a seguir com informações extraídas diretamente do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A tabela apresenta, de forma organizada, os principais elementos descritivos de 17 casos, incluindo nome da vítima, ano do acidente, empresa envolvida, tipo de lesão, grau de incapacidade e os encaminhamentos jurídicos correspondentes.

Mais do que fornecer um panorama quantitativo, o quadro contribui para evidenciar as condições concretas de trabalho enfrentadas por operárias e operários do setor fabril no período, bem como as formas diferenciadas de tratamento institucional dispensadas a cada caso. A presença ou ausência de indenização, a celeridade dos processos e a natureza das lesões são elementos centrais para a análise qualitativa e comparativa desenvolvida neste capítulo.

Tabela 13 – Acidentes de Trabalho por Gênero (TJMA, 1921–1948)

Nome da vítima	Ano	Empresa	Tipo de Acidente	Incapacidade	Tratamento jurídico/institucional	Gênero
Antonia Pereira	1924	Cia. Fabril Maranhense	Perda de dedo da mão esquerda	Incapacidade parcial	Indenização fixada e paga em dois dias	Feminino
Creusa dos Anjos Braga	1945	Camboa do Mato	Lesão grave no pé esquerdo	Afastamento de 30 dias	Empresa negou responsabilidade; juiz concedeu indenização	Feminino
Jonoefa Sousa	1927	Cia. Fabril Maranhense	Contusão no dedo médio	Incapacidade temporária	Pedido de indenização e execução judicial; paga em 6 dias	Feminino
Leonor Cardoso	1921	Fábrica Camboa	Perda total do dedo médio	Incapacidade parcial e permanente	Juiz cobrou quitação; processo até 1925	Feminino
Maria Pureza Leite	1922	Fábrica São Luiz	Perda de dois dedos da mão direita	Incapacidade parcial	Promotor moveu ação; processo durou até 1924	Feminino
Mariana Corrêa	1924	Santa Amélia	Pancada no olho esquerdo	Não informado	Sem informações completas de tramitação	Feminino
Maria Garcez	1922	Cia. Fabril Maranhense	Perda parcial de três dedos da mão direita em máquina de fiar	Incapacidade parcial e permanente	Sem registro de ação judicial; afastamento de 30–40 dias	Feminino
Antonio Ribeiro	1934	Não informado	Não informado	Não informado	Abertura de inquérito em 17 de março de 1934	Masculino
Bendito Silva	1931	Santa Isabel	Perda da primeira falange da mão esquerda	Incapacidade parcial	Indenização sancionada em 8 de abril de 1931	Masculino
Eugênio Santos	1921	Cia. Fabril Maranhense	Perda da segunda falange do polegar	Incapacidade parcial	Processo com apelações até pagamento em 1923	Masculino
José João Nunes	1925	Fábrica Rio Anil	Fratura craniana (óbito)	Morte imediata	Sem informação de indenização	Masculino
João Augusto de Oliveira	1934	Fiação Maranhense	Perda de unha e tecido do polegar	Incapacidade parcial	Indenização de 157$500 paga após	Masculino

					13 meses	
João Bernardino	1934	Fábrica Camboa	Ferimento no dedo médio	Incapacidade parcial	Indenização de 97$000 concedida	Masculino
João Rabello	1933	Martins Irmão & Cia	Amputação parcial do antebraço esquerdo	Incapacidade parcial (45%)	Indenização de 1:620$000 paga após decisão judicial	Masculino
João Santos	1934	Fábrica Camboa	Lesão na cabeça por barra de ferro	Incapacidade parcial	Indenização arbitrada em maio de 1934	Masculino
João Silva	1935	Fabril Maranhense	Não informado	Não informado	Recebeu indenização de 157$500	Masculino
Manoel Pereira Ataíde	1948	Cia. Rio Anil	Perda da falange do 4º dedo	Incapacidade parcial e permanente	Pagamento homologado em 28 de dezembro de 1948	Masculino

Fonte: Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), 1921–1948.

Os tipos de acidentes sofridos pelas mulheres eram, em sua maioria, ligados a lesões nos membros superiores, principalmente mãos e dedos, decorrentes de tarefas relacionadas à fiação, limpeza de teares e bobinadeiras. Casos como os de Maria Pureza Leite, Leonor Cardoso, Antonia Pereira e Maria Garcez ilustram a frequência com que as operárias se feriam em pontos da produção considerados “menos perigosos” do ponto de vista técnico, mas que, na prática, ofereciam riscos constantes e concretos. Maria Garcez, por exemplo, sofreu um grave acidente em 1922, quando sua mão direita ficou presa nas engrenagens de uma máquina de fiar, resultando na perda parcial da terceira falange do indicador, da primeira falange do médio e do anelar. Ela ficou afastada entre 30 e 40 dias, sofreu sequelas permanentes e seu acidente evidencia a vulnerabilidade das mulheres mesmo em funções tidas como secundárias. Há ainda registros de traumatismos oculares (caso de Mariana Corrêa) e lesões em membros inferiores (como em Creusa dos Anjos Braga), evidenciando a diversidade e a gravidade dos acidentes femininos.

Nos acidentes masculinos, embora também houvesse frequência de amputações, observa-se maior número de casos de traumas extensos (como amputações de braços ou perda do antebraço) e acidentes fatais, como o de José João Nunes. Essa diferenciação entre os sexos não está necessariamente vinculada a uma gradação de perigosidade intrínseca ao maquinário, mas sim à divisão sexual do trabalho, que concentrava homens nas funções de lubrificação, manutenção e

operação direta de equipamentos de maior porte como caldeiras e eixos de transmissão, ao passo que as mulheres eram designadas a setores secundários, mas igualmente inseguros, e frequentemente subnotificados.

A reação das empresas e seguradoras aos acidentes apresenta também viés de gênero e classe. No caso das operárias, a resposta patronal foi muitas vezes marcada pela negligência e, não raramente, pela tentativa de isenção de responsabilidade, como no exemplo de Creusa dos Anjos Braga, cuja empresa alegou doença preexistente para negar a indenização. O caso de Maria Garcez, apesar da gravidade do acidente e do afastamento prolongado, não registra processos judiciais conhecidos, o que sugere invisibilização e falta de reparação formal para muitas mulheres acidentadas. Em contraposição, alguns operários do sexo masculino, apesar de enfrentarem processos longos (como Eugênio Santos), obtiveram indenizações mais robustas e, em certos casos, tiveram acesso a tratamento médico imediato, ainda que precário. A Justiça laboral da época se mostrava um dos poucos canais de reparação, embora permeado por discricionariedades na interpretação médica e jurídica dos casos. Nos acidentes femininos, a atuação do Ministério Público foi decisiva, como demonstrado no caso de Maria Pureza Leite. Já nos acidentes masculinos, o reconhecimento de invalidez parcial ou total frequentemente dependia de múltiplas perícias e apelações sucessivas, o que prolongava os trâmites processuais.

A sub-representação das mulheres nos registros não indica, portanto, uma ausência de acidentes, mas antes uma invisibilização jurídica e administrativa, conforme discutido por autores como Crenshaw (1991) e Thompson (1981), que abordam as intersecções entre gênero, classe e invisibilidade institucional. O fato de apenas uma mulher ser identificada explicitamente como negra (Antonia Pereira) em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural reforça a hipótese de que a violência do trabalho recaía de forma ainda mais severa sobre corpos racializados e femininos.

A análise revela que os acidentes de trabalho entre homens e mulheres no setor têxtil maranhense compartilhavam causas comuns, como o uso intensivo de maquinário e a ausência de medidas de segurança, mas divergiam nas formas de ocorrência, de registro e de reparação. Tais diferenças não apenas refletiam, mas

também reproduziam as hierarquias sociais e de gênero da época, tornando o espaço fabril um ambiente de risco desigualmente distribuído e assimetricamente reconhecido.

A partir da análise dos dados reunidos na tabela de acidentes de trabalho (TJMA, 1921–1948), observa-se uma indicação consistente de disparidade salarial entre homens e mulheres no setor têxtil maranhense. Embora nem todos os inquéritos registrem explicitamente os valores remuneratórios, os casos documentados revelam uma tendência clara: os salários masculinos variavam, em geral, entre 4$000 e 8$400 réis diários, enquanto os salários femininos concentravam-se nas faixas inferiores, frequentemente entre 3$000 e 5$000 réis. A comparação entre o salário de Manoel Pereira Ataíde (Cr$8,40) e o de Maria Pureza Leite (3$000 réis) evidencia a permanência de uma estrutura de remuneração segmentada por gênero, refletindo a divisão sexual do trabalho e a consequente desvalorização do labor feminino.

Essa assimetria não pode ser compreendida apenas como reflexo das diferentes atribuições funcionais, mas deve ser situada no interior de uma lógica produtiva que atribuía menor valor social, econômico e jurídico ao trabalho das mulheres. Em um contexto de baixa remuneração, ausência de direitos consolidados e escassa mobilidade ocupacional, as operárias que sofreram acidentes e tornaram-se parcial ou totalmente incapacitadas para o exercício de suas funções encontravam-se em situação de vulnerabilidade econômica acentuada. A amputação de um dedo ou uma lesão em membros superiores recorrentes nos casos femininos implicava não apenas a limitação física, mas também a urgência em encontrar outras formas de sustento, geralmente no mercado informal, marcado por instabilidade, baixos rendimentos e ausência de proteção social.

A hipótese de maior fragilidade econômica das trabalhadoras acidentadas é corroborada por evidências processuais, como a celeridade de algumas indenizações concedidas às mulheres notadamente o caso de Antonia Pereira, cuja compensação foi autorizada e paga em apenas dois dias. Tal rapidez, embora incomum, pode indicar uma pressão material significativa por reparação imediata, mesmo que os valores arbitrados fossem insuficientes para recompor os prejuízos efetivos. Já os trabalhadores do sexo masculino, ainda que submetidos a trâmites

mais longos e onerosos, parecem ter sido absorvidos com maior facilidade por outras funções fabris ou receberam indenizações de maior monta. Assim, a desigualdade salarial entre homens e mulheres não apenas configurava um elemento estruturante das relações laborais, mas também condicionava, de forma decisiva, os efeitos do acidente sobre a trajetória econômica de cada sujeito, penalizando de maneira desproporcional as mulheres operárias.

6.4. Considerações liminares

A análise do operariado feminino na indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945 revela os mecanismos estruturais de opressão e invisibilização que sustentaram o modelo industrial local. Longe de configurar uma trajetória de emancipação via trabalho assalariado, a inserção massiva de mulheres nas fábricas expressou a consolidação de um regime fabril marcado por desigualdades de classe, gênero e raça, no qual o corpo feminino jovem, empobrecido e frequentemente racializado foi apropriado como força de trabalho dócil, barata e descartável. A pesquisa, ao mobilizar fontes heterogêneas e fragmentárias, adota um esforço hermenêutico e crítico que permite restituir historicidade a sujeitos sistematicamente silenciados.

A industrialização maranhense não apenas reproduziu as contradições do capitalismo periférico, mas acentuou suas assimetrias por meio da feminização do trabalho fabril em condições degradantes. A figura da “Maria do Algodão”, cuidadosamente construída pela ordem simbólica industrial, revela-se como alegoria de uma domesticidade disciplinada, que encobre a violência material da jornada extenuante, da ausência de direitos, da superexploração e do assédio. O uso das mulheres como força de trabalho preferencial não pode ser compreendido unicamente por razões econômicas como a redução de custos com salários e encargos, mas deve ser lido como parte de um dispositivo mais amplo de controle social, disciplinamento moral e fragmentação da classe operária.

A documentação sindical e jurídica analisada comprova que a exclusão das mulheres dos espaços de deliberação, representação e mobilização coletiva não se deu por acaso: tratou-se de uma estratégia deliberada de reprodução das hierarquias patriarcais no interior das estruturas de poder fabril. Mesmo sendo

maioria absoluta nos postos produtivos, as operárias permaneciam relegadas à condição de sujeitos políticos periféricos, com presença simbólica ou inexistente nas instâncias sindicais. Essa cisão entre produção e representação evidencia o funcionamento da divisão sexual do trabalho como princípio organizador não apenas das tarefas, mas também das formas de reconhecimento e legitimidade política.

O trabalho das mulheres nas fábricas de tecidos de São Luís foi fundado na precariedade, mas também na resistência cotidiana, na solidariedade silenciosa e, em certos momentos, na denúncia pública. A imprensa operária, os inquéritos trabalhistas e a própria materialidade dos corpos feridos nas linhas de produção testemunham a persistência de uma desigualdade estruturante que conformou o espaço urbano, o mundo do trabalho e as instituições de representação coletiva.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpre, a essa altura do trabalho, uma breve recapitulação, a fim de traçar-se algumas conjecturas de fechamento.

No início, realizamos uma contextualização da historiografia econômica de gênero rumo aos estudos sobre o Maranhão. Nela, pontua-se como as mulheres, partindo de um universo de análise a princípio dominado pela fala masculina, tomam não apenas o protagonismo da ação, mas também o protagonismo do discurso, do global ao local. Ao final, temos mulheres falando sobre mulheres, não apenas em sua materialidade mais crua das relações sociais produtivas, mas também em seus anseios, expectativas, projetos de vida, manifestações e representações culturais.

Considerou-se um trato substancioso do debate historiográfico sobre a origem e desenvolvimento da indústria brasileira, aventando suas principais contribuições e linhas interpretativas, já canonizadas. De maneira geral, o perfil de gênese e desenvolvimento industrial brasileiro não foge às características do modelo de desenvolvimento das periferias do capitalismo em sua fase industrial. A indústria brasileira surge assim, sob as condições de seu ambiente e contexto histórico: extensiva, desequilibrada em seus parâmetros de produtividade e errática em sua estratégia de inserção, doméstica ou externa. A incorporação das mulheres na mão de obra fabril dificilmente fugiria a esse conjunto de características.

O Maranhão, já apresentado à cultura de algodão pouco antes em ato reflexo à conjuntura exterior, não se furtaria a desenvolver uma indústria têxtil sob os mesmos ditames: extensiva, assimétrica e hipossuficiente no tocante à produtividade, sobretudo em capital e tecnologia, o que a tornaria pouco competitiva para além dos diferenciais causados pelos eventuais choques externos. Para essa indústria também, o trabalho feminino seria mais barato, movendo o capital ao aproveitamento de um contingente de força de trabalho saído - ou em processo de saída - da escravidão formal.

O recorte temporal entre 1870 e 1945 serviu à análise de processos de longa duração com alguma regularidade quantitativa. Houve foco nas continuidades estruturais, especialmente para o contexto maranhense. Essa perspectiva de longo

prazo permitiu entender tanto as transformações quanto as persistências socioeconômicas, marcadas pela industrialização tardia e pelas desigualdades regionais.

Diversas autoras desempenharam e têm desempenhado papel fundamental na historiografia maranhense, ampliando a compreensão sobre a industrialização e as condições sociais da região. Maria Cristina Pereira de Melo destacou a inserção do Maranhão na industrialização brasileira e a participação das mulheres no trabalho fabril. Maria de Lourdes Lauande Lacroix ofereceu uma análise profunda da história urbana de São Luís, enquanto Maria da Glória Corrêa e Danielle Nogueira Magalhães investigaram as condições de trabalho das operárias e o patrimônio industrial do estado. Essas autoras, com suas contribuições, enriqueceram a análise das dinâmicas econômicas, sociais e culturais do Maranhão.

Mais ao final deste trabalho, concentramo-nos na análise do operariado feminino, abordando as características socioeconômicas do contingente feminino nas fábricas têxteis de São Luís, e as lacunas documentais que dificultam a construção de uma narrativa contínua e quantitativa sobre as condições salariais e a organização do trabalho. A utilização de fontes indiretas, como a imprensa maranhense e registros empresariais, foi fundamental para capturar as tensões entre as representações simbólicas das mulheres e a realidade de sua exploração. A crítica às representações de gênero, particularmente nas fontes jornalísticas e nos discursos patronais, revelou a constante tentativa de controle social das mulheres operárias, cujas condições de trabalho eram frequentemente desvalorizadas e marginalizadas. A escassez de registros diretos das trabalhadoras evidencia a subalternização dessas mulheres no processo histórico, mas também aponta para a necessidade de uma metodologia crítica e hermenêutica capaz de reconstruir suas experiências.

A análise aprofundou-se, ainda, nas condições materiais das operárias e no uso de fontes iconográficas, como fotografias e ilustrações, para entender o contexto do trabalho têxtil. A documentação visual revelou elementos essenciais das condições de vida e trabalho das mulheres operárias, especialmente nas fábricas de São Luís. A análise dos inquéritos de acidentes de trabalho destacou a diferença de tratamento entre homens e mulheres, com as trabalhadoras sendo mais vulneráveis

a lesões e à negligência empresarial. A ausência de registros adequados, tanto em termos de segurança no trabalho quanto nas reivindicações por direitos, revela a falta de reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos dentro do ambiente fabril. Também se tratou da dinâmica de gênero e classe nas fábricas, onde a divisão sexual do trabalho e a marginalização das mulheres nas esferas de decisão sindical evidenciaram uma estrutura hierárquica profundamente desigual, que relegava as mulheres à periferia das organizações de classe.

Essas considerações corroboram a tese de que a inserção das mulheres na indústria têxtil maranhense não representou, em grande medida, uma via de emancipação por meio do trabalho assalariado, mas antes a apropriação de sua força de trabalho em condições marcadas pela precariedade e pela subordinação. Verifica-se, nesse contexto, a hipótese de uma inserção subsumida real do trabalho feminino, em que sua incorporação ao processo produtivo ocorreu segundo as exigências técnicas e disciplinares impostas pela lógica de valorização do capital, sem que isso implicasse transformações substantivas nas estruturas de dominação patriarcal e racial. As mulheres representavam um contingente substancioso da base operária, cuja presença era estratégica para o funcionamento do setor, ainda que (ou justamente por isso) submetida a formas de exploração marcadas pela invisibilidade social e pelo silenciamento das desigualdades de gênero, classe e raça que atravessavam sua experiência laboral.

A pesquisa revelou que, embora as operárias femininas fossem centrais para a produção têxtil, elas estavam periféricas tanto no reconhecimento simbólico quanto nos espaços de decisão política e sindical. A estrutura patriarcal, unida à lógica de superexploração e à segregação das funções dentro das fábricas, limitava as possibilidades de mobilização coletiva e representatividade das mulheres.

A análise do trabalho feminino nas indústrias têxteis maranhenses destaca a necessidade de resgatar a história das mulheres operárias, frequentemente silenciada nas narrativas econômicas dominantes. A pesquisa expõe as condições de exploração e marginalização das trabalhadoras, ao mesmo tempo em que sublinha a centralidade dessas mulheres na formação do operariado fabril. Embora relegadas a funções subordinadas, com salários baixos e jornadas extenuantes, o trabalho feminino foi essencial para o funcionamento das fábricas e para a

acumulação de capital no setor. As condições de trabalho das mulheres operárias, caracterizadas por precárias condições de moradia fornecidas pelas fábricas e a sobrecarga de tarefas domésticas, refletem as desigualdades sociais e de gênero que permeavam o ambiente fabril. As operárias, majoritariamente jovens e oriundas do interior do estado, desempenhavam múltiplas funções, o que intensificava seu fardo. A segregação entre os espaços de trabalho e os bairros periféricos onde moravam reforçava sua marginalização, dificultando a implementação de políticas públicas para melhorar suas condições de vida. A análise crítica da divisão sexual do trabalho, que as excluía dos espaços de decisão nas fábricas e organizações sindicais, revela como a exploração estava ligada à reprodução das desigualdades de gênero e classe.

Destacamos aqui a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial, especialmente no que diz respeito à inclusão das mulheres no mercado de trabalho. A marginalização das mulheres operárias e as condições precárias de trabalho, ontem e hoje, evidenciam a falta de políticas adequadas de proteção ao trabalho feminino, assim como a escassez de investimentos em infraestrutura e qualificação profissional, fatores que comprometem o pleno crescimento do setor têxtil. Para que o setor industrial se desenvolva de forma sustentável, é essencial garantir melhores condições de trabalho, saúde e segurança, além de valorizar o trabalho feminino, que historicamente foi desconsiderado nas políticas públicas.

A pesquisa também aponta a importância de integrar a educação profissional com políticas de proteção social, promovendo programas de capacitação específicos para mulheres no setor têxtil. A implementação de políticas que assegurem a participação ativa das mulheres nas decisões sindicais e a melhoria das suas condições de trabalho deve ser uma prioridade no desenvolvimento das políticas públicas. Além disso, o estudo sugere que a história das mulheres nas indústrias, especialmente nas regiões periféricas, deve ser incorporada aos debates sobre industrialização e crescimento econômico, oferecendo uma visão mais crítica e inclusiva do desenvolvimento no Brasil.

Complementando os achados desta pesquisa, é fundamental incorporar de forma mais incisiva a perspectiva do materialismo histórico-dialético para a

compreensão das relações de gênero no interior do modo de produção capitalista. Ao contrário do discurso dominante que associa o trabalho feminino a uma conquista recente, a história revela que as mulheres da classe trabalhadora sempre estiveram inseridas no mundo do trabalho, ainda que de forma invisibilizada. Após a Revolução Industrial, as mulheres foram incorporadas às fábricas em larga escala, não como resultado de uma conquista de direitos, mas como exigência do capital em expansão. Ao longo do século XIX e XX, a presença das mulheres nas linhas de produção, especialmente na indústria têxtil, foi uma constante, inclusive no Maranhão, onde o parque fabril, mesmo limitado, não prescindiu da exploração de sua força de trabalho. A ideia de que o “lugar da mulher” seria o lar e a esfera doméstica corresponde a uma construção ideológica burguesa, funcional à manutenção de uma divisão sexual do trabalho que sustentasse a exploração capitalista. As mulheres das elites podiam se retirar do trabalho produtivo, mas para a mulher proletária, o trabalho, remunerado ou não, sempre foi uma necessidade. Mesmo pressionadas ao casamento e à subordinação ao marido, muitas mulheres operárias experimentaram lampejos de autonomia ao conquistarem um salário próprio, ainda que sistematicamente inferior ao dos homens.

Em períodos de crise, o sistema capitalista expôs com ainda maior nitidez sua contradição: diante da necessidade de reduzir custos, empregou massivamente mulheres e crianças, por serem mão de obra mais barata. O resultado foi uma inversão perversa dos papéis. Os homens desempregados, em vez de voltarem sua crítica ao sistema que os excluía, passaram a direcionar sua revolta contra o trabalho feminino, defendendo seu retorno ao lar em nome de um ideal patriarcal de masculinidade provedor. Esse movimento de misoginia e exclusão revela como a luta de classes, sem uma crítica às estruturas de gênero, tende a se desviar de seu antagonista real: o capital.

A oposição histórica ao trabalho infantil e feminino nos sindicatos não teve origem em uma preocupação com o bem-estar da criança ou com a emancipação da mulher, mas na ideia de que estas categorias estariam “roubando” o trabalho dos homens adultos. A recusa em integrar as mulheres aos espaços sindicais e deliberativos reforça essa lógica, obscurecendo o fato de que o problema não é o

trabalho feminino, mas a precarização estrutural das condições de trabalho provocada pelo próprio capital.

O trabalho das mulheres, seja no lar, em forma de reprodução social não remunerada, ou na fábrica, com salários reduzidos, representa uma das formas mais persistentes e naturalizadas de superexploração do capitalismo. O sistema se vale da construção ideológica de papéis de gênero para maximizar a extração de mais-valia, intensificando a carga de trabalho das mulheres ao mesmo tempo que impede seu reconhecimento político e econômico. O ideal do “homem provedor” se desfaz na realidade concreta de um capitalismo em crise, onde são as mulheres que sustentam, com dupla jornada e baixa remuneração, as estruturas sociais e familiares.

Desse modo, ao lançar luz sobre as determinações históricas que moldaram a inserção das mulheres na indústria têxtil maranhense entre 1870 e 1945, esta pesquisa evidencia como o processo de modernização produtiva reproduziu, em novas bases, antigas estruturas de dominação. A expansão das relações industriais não significou a superação das desigualdades, mas a intensificação da exploração sobre aqueles corpos considerados socialmente inferiores, especialmente os femininos e racializados. Ao invés de ampliar direitos ou garantir reconhecimento, o que se observa é a persistência de hierarquias fundadas na apropriação desigual do trabalho e na naturalização das diferenças, agora reconfiguradas sob o discurso do progresso. Assim, o desenvolvimento econômico no período não apenas excluiu, como também se valeu das exclusões históricas para consolidar um modelo seletivo, excludente e profundamente desigual, o qual demanda superação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida, A cidade, a montanha e a floresta, In: _____ (Org.).

Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: S.M.C.T.E., 1992.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. CrÍtica Marxista, v. 11, p. 65. 2000.

ANDRADE, Manuel. A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 11a. edição, 2011 (1963).

BAIN, J. Barriers to new competition. Cambridge, Mass.: Harward U. P., 1956.

BARBOSA, Francisco. Economia do Maranhão e de São Paulo: semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento. São Paulo: IPADES, 2012.

BARBOSA, Wilson. A História Econômica como Disciplina Independente. DH-FFLCH-USP, 1988.

BARBOSA, Wilson; Balanço da Economia Brasileira, 1940 - 1980. São Paulo: LCTE, 2006.

BARRANCOS, Dora. Mujeres en la Sociedad Argentina: Una Historia de Cinco Singlos, Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009 (1949).

BEIGUELMAN, Paula. Formação política do Brasil, vol. 1, Teoria e ação no pensamento abolicionista. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977.

BELINI, Claudio. Una época de cambios: la industria textil argentina entre dos crisis, 1914-1933; Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXXIV, n. 2, p. 31-48, dezembro 2008.

BEZERRA, Mariza Pinheiro. Nos sertões do Norte: saúde pública e saneamento no Maranhão (1889–1930). 2019. 448 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

BIANCHI, Susana. Las mujeres en el Peronismo (Argentina, 1945-1955). In: DUBY, G. & PERROT, Michele (org.). Historia de las mujeres en Occidente. Madri: Taurus, 1993, p. 696-707.

BLAY. Eva e AVELAR. Lúcia (orgs); 50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile, São Paulo: Edustp, 2019.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CALDEIRA, José. Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense 1875/1895, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Tese de doutoramento, 1988.

CANABRAVA, Alice Piffer. O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640). São Paulo: Edusp, 1984.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas: Ed. Unicamp, 5a. edição, 2007 (1977).

CAMPOS, Marize Helena de. Maripozas e Pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Hector. Os Métodos na História. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

CARONE, Edgard. A Primeira República (1889 - 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 (1973).

CARONE, Edgard. A República Velha I: Instituições e classes sociais (1889 - 1930). São Paulo: Difel, 1978 (1971).

CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil: 1877-1944. São Paulo, Difel, 1984.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República. Teresina: EdUFPI, 2013.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 1990.

COSTA, Marcelo Lima. O Projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos 1936 - 1945. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

COSTA, Wagner Cabral da. O Maranhão e a República: política e sociedade no início do século XX. São Luís: EDUFMA, 1998.

CORREIA, Maria. Nos Fios da Trama: quem é essa mulher? Cotidiano e Trabalho do Operariado Feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAVIS, Angela. Women, Culture & Politics. New York: Vintage Books, 1990.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880–1945). São Paulo: Difel, 1971.

DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1995.

DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: https://www.dicio.com.br/pipira/. Acesso em: 10 jul. 2023.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. O lugar da emancipação da mulher no periodismo paulista (1888-1930). Revista Iberoamericana, v. LXX, n. 208-209, p. 653-663, 2004.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019 (1884).

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 4a. reimpressão, 2020 (1845).

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Centauro, 2002.

ESCANDÓN, Carmen R. Quinientos años de olvido: historiografía e historia de la mujer en México. Secuencia, nueva época, núm. 36, set. 1996 pp, 121-150.

ESCANDÓN, Carmen R. Working Class Formation and the Mexican Textile Industry: 1880-1912; Ph.D. diss., State University of New York at Stony Brook, 1981.

FACINA, A.; SOIHET, R. Gênero e memória: algumas reflexões. Revista Gênero, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, 2004.

FRASER, Nancy. Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis. London: Verso, 2013.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia, Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva, São Paulo: Elefante, 2019 (2004).

FERLINI, V. L. A. Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

_____ A. História econômica: agricultura, indústria e populações. São Paulo: Humanitas, 2006.

FERNANDES, Jomar. Economia Maranhense de 1890 a 2010: superexploração e Estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. São Luís: EDUFMA, 2020.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil in VERSIANI, F. e BARROS, J. (orgs.) Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: ANPEC, 1978.

FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. São Paulo: Record, 1990.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (1959).

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GIROLETTI, Domingos. Fábrica: convento e disciplina. 2. ed. Brasília: UnB, Brasília, 2002.

GODINHO, Victor. A Peste no Maranhão. São Luís: Typogravura. 1903.

HAHNER, June. Emancipação do sexo feminino: a luta pelo direitos da mulher no Brasil (1850 - 1940). Santa Catarina: Editora Mulheres, 2023.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. Capital & Class, n. 7, 1982, p. 29-45.

HIRATA, Helena. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n. 65, p.39-49, jan/mar, 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 43–64, jul. 2002.

HIRSCHMAN, Albert O. The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America. The Quarterly Journal of Economics, v. 82, n. 1, p. 1-32, 1968.

HOBSBAWM, E. J. Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c.

_____ Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2a. edição, 2000a.

_____ Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

_____ A Era do Capital: 1848 - 1875. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____ Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOCHSCHILD, Arlie. The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home. Penguin Books, 2012.

HOOKS, Bell. Feminist Theory: From Margin to Center. Boston: South End Press, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas Históricas do Brasil. Sèries Econômicas, Demográficas e Sociais, 1550 a 1988. Brasília: IBGE, 1987.

JACOBS, Jane. The Nature of Economies. New York: Modern Library, 2000.

JORNAL DE CAXIAS. Caxias, 28 jan. 1899. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://www.bn.br. Acesso em: 05 jul. 2023.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. São Luís do Maranhão, corpo e alma. 2. ed. ampl. São Luís: Edição da autora, 2020. v. 1. Recurso digital.

_____ São Luís do Maranhão, corpo e alma. 2. ed. ampl. São Luís: Edição da autora, 2020. v. 2. Recurso digital.

LAMAS, Marta, “La antropología feminista y la categoría ‘género’”, Nueva Antropología, Estudios sobre la mujer, problemas teóricos, vol. 7, núm. 30, México, noviembre 1986, pp. 173-198.

_____ Cidadania e feminismo. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

_____ Comercio sexual y discurso sobre trata en México. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios de Genero, 2018.

_____ Género, diferencias de sexo y diferencia sexual. Otro comentario al debate. In: Debate Feminista, Ciudad de México, n° 20, el 1 de octubre de 1999.

_____. La interrupción legal del embarazo: el caso de la Ciudad de México. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

_____ La perspectiva de género. In Revista de Educación y Cultura de la sección, v. 47, p. 216-229, 1996.

_____Miradas feministas sobre las mexicanas del siglo XXI. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____ Para entender el concepto de genero. Ciudad del Mexico: Ediciones ABYA-YALA, 1998.

LAPA, Thaís. Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal. Temáticas, Campinas, 26, (52): 247-284, ago./dez. 2018.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 5a. edição, 2003.

LENZ, M.aria Heloisa. A categoria econômica renda da terra. Porto Alegre/FEE. 1981.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019 (1986).

LINHARES, Maria Yedda. Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAGALHÃES, Danielle Nogueira. Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado. Dissertação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2021.

MARQUES, César. Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão revisto, ampliado e comentado por Jomar Moraes. São Luís: ACMA, 1970.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Grundrisse: Manuscritos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEIRELLES, Mário. História do Comércio do Maranhão, volume 4. São Luís: ACMA, 2014.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? R. Econ. contemp.Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 150, jan./abr. 2009.

MELO, João Manoel Cardoso de. O capitalismo tardio. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, M. O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960). São Luís: Sioge, 1990.

MESQUITA, Rui. Plano de Expansão da Cidade de São Luís. São Luís: DER-MA, 1958.

MOREIRA NETO, Euclides. Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura. São Luís: EDUFMA, 2017.

MORRISON, Allen. The tramways (and other railways) of São Luís, Maranhão state, Brazil. 1964-1965. In: SILVA, Ronald de Almeida. Bondes e tramways em São Luís do Maranhão..., 2020

MOURA, Esmeralda B. B. de. História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações. São Paulo, Alameda Editorial, 2006.

MURARO, Rose Marie. A mulher na construção do mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

OLIVEIRA, Antonio Guimarães de. Algodão: ouro branco (tempo e espaço). 1. ed. São Luís: Ed. do Autor, 2007.

PATEMAN, Carole. The Sexual Contract. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PAULA, C. S.; SILVA, M. A. Comércio e economia no Maranhão oitocentista. In: História econômica do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2009.

PEARSE, Arno S. Brazilian Cotton. [S.l.]: Internacional Federation of Master Cotton Spinner's & Manufactures' Associations, Manchester/England, 1921.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe – Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis

(1880-1920). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 27, nº 54,2007.

PEREIRA, Ana Paula Alves. As pipiras da fábrica: a operária sob o olhar da sociedade caxiense na década de 1950. In: PESSOA, Jordânia; MELO, Salânia (orgs.). *Percorrendo becos e travessas: feitios e olhares das histórias de Caxias*. Teresina: EdUFPI, 2010. p. 27-50.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Florianópolis: Edusc, 2005 (1989).

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

PRADO JÚNIOR. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988 (1945).

PRAZERES, Maria das Graças do N. Andando nos trilhos: o serviço dos bondes elétricos na capital maranhense. São Luís, Monografia de graduação em História – UFMA, 2007.

PRAZERES, Maria das Graças do N. Na trilha da Modernização: Uma análise da mobilidade dos bondes elétricos em São Luís do Maranhão. In: ALCANTARA JR, José O.; SELBACH, Jeferson Francisco (orgs). Mobilidade Urbana em São Luís. São Luis/MA: EDUFMA, 2009

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Problemas Principais. CEPAL, 1950.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. CNT-Compostela, 2012.

____Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Por que são elas pipiras? Ensino de história a partir das experiências de mulheres trabalhadoras em fábricas têxteis no Piauí e Maranhão. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 142-161, jan./jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.20949/rhhj.v13i27.1117.

RIBEIRO, M. A. R. Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista - 1870-1930. São Paulo: Hucitec, 1988

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (1969).

SCOTT, Joan. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988.

_____Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SAMANTA, Mary. Manos femeninas. Trabajo y resistência de las mujeres brasileñas (1890 - 1920). In DUBY, G. e PERROT, M. (Org.). Historia de las mujeres. El siglo XX. Madrid: Taurus, 2018, pp. 715 - 725.

SAMARA, E. de M. e GUTIÉRREZ, H. Mujeres esclavas en el Brasil del siglo XIX in DUBY, G. e PERROT. M.(orgs.) História de las Mujeres. El Siglo XIX. vol IV. E-pub Tittivilus. 2018 (1993).

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina e a revolução urbanística do Rio de Janeiro. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e instituições (1889–1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. v. 3, t. 1, p. 211–234.

SILVA, Sérgio. Expansão e Origens da Indústria no Brasil. 8. ed. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 2001.

SILVA, Ronald de Almeida. Bondes e tramways em São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX. São Luís, 2020. Disponível em: https://ronalddealmeidasilva.blogspot.com/2015/02/bondes-urbanismo-transportes-publicos.html. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVEIRA, Rosário de Maria Carvalho. Trabalho e condição feminina em São Luís na virada do século (1880-1910): a situação do operariado feminino. Monografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

SOHN, A. M., Los roles sexuales en Francia y en Inglaterra: una transición suave. In: DUBY, G. e PERROT, M. (Org.). Historia de las mujeres. El siglo XX. Madrid: Taurus, 2018, pp. 106 - 135.

SOIHET, Rachel. Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 - 1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUSA, Maria das Graças de Jesus. A cultura operária em Aracaju: as têxteis no bairro Industrial. 1991. 71 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1991.

SOUZA, Luiz. A História Econômica como Interdisciplina Interdependente. Revista Controversa 08, 1996.

SOUZA, Luiz. A Importância do uso de Métodos Quantitativos na História Econômica. PPGHE-DH-FFLCH-USP, 2006.

SOUZA, Luiz. Formação Econômica do Brasil - tópicos especiais. São Paulo: LCTE, 2005.

SOUZA, Luiz. Sobre o uso de fontes em História Econômica: notas para uma discussão. GEEPHE, 2023.

SOUZA, Luiz. Uma perspectiva sobre a Historiografia Econômica Quantitativa: notas para uma discussão. PPGHE-DH-FFLCH-USP, 2007.

SOUZA, Luiz e NEVES, Diogo. Liderança empresarial e industrialização têxtil no Maranhão, 1870-1940, História Econômica & História de Empresas, v. 28, n. 2, 2025.

SOUZA, Luiz e PREVIDELLI, Maria. Estudos Populacionais: teoria e história. Curitiba: Intersaberes, 2020.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. Campinas: Hucitec, 2000.

STEIN, Stanley J. O Brasil e a economia mundial, 1750–1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TAVARES, Maria. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, C. Ciclo de Desenvolvimento da Indústria Têxtil em Caxias - MA. Campinas, s.n. 2003.

TEIXEIRA, Marilane. A Economia Feminista e a crítica ao paradigma econômico dominante. Temáticas, Campinas, 26, (52): 135-166, ago./dez. 2018.

THOMPSON E. P. A formação da Classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. sobretudo a seção sobre "a experiência como categoria histórica".

TIROLE, Jean. The Theory of Industrial Organization. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

VERSIANI, Flavio e VERSIANI, Maria. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição in VERSIANI, F. e BARROS, J. (orgs.) Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: ANPEC, 1978.

VOGEL, L. Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory. Boston - EUA: Brill, v. 45, 2013.

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. São Luís: ACMA, 3 volumes, 2014 (1953).

_____, Paulo Martins de Souza, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Estado do Maranhão, imprensa oficial 1938.

ZENKNER, Thais Trovão dos Santos. São Luís 1840 a 1912: a construção de uma capital. São Luís: UEMA, 2021.

FONTES

ACERVO BENEDITO LEITE, Jornal O Operário/1894

ACERVO BENEDITO LEITE, Jornal Tribuna do povo/1953

ACERVO DIGITAL BENEDITO LEITE, Jornal O Operário/1893

http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160607175809.pdf

ACERVO DIGITAL BENEDITO LEITE, Jornal Tribuna do Povo/1954

http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160607174854.pdf

ACERVO DIGITAL BENEDITO LEITE, Jornal Tribuna do Povo/1955

http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160607180522.pdf

ACERVO DIGITAL BENEDITO LEITE, Jornal Tribuna do Povo/1953

http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141121100556.pdf

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, Caixas de Arquivos 222, 1314, 1195, 2634, 2695, 2911, 3096, 3201, 3265, 3426, 6931.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. Sinopse Estatística do Estado do Maranhão. Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1936/1938. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1937.

_____ Sinopse Estatística do Estado do Maranhão. Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1936/1938. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1938.